UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HUMANIDADES, DIREITOS E OUTRAS
LEGITIMIDADES

LUIZ FELIPE DE OLIVEIRA PINHEIRO VERAS

PENITENCIANDO A MULHER: O ENCARCERAMENTO FEMININO PELA
“GUERRA ÀS DROGAS” À LUZ DOS DIREITOS HUMANOS NA CAPITAL PAULISTA

Versão Corrigida

São Paulo/SP

2020

LUIZ FELIPE DE OLIVEIRA PINHEIRO VERAS

**PENITENCIANDO A MULHER: O ENCARCERAMENTO FEMININO PELA
“GUERRA ÀS DROGAS” À LUZ DOS DIREITOS HUMANOS NA CAPITAL PAULISTA**

Versão Corrigida

Dissertação apresentada ao Programa Interdisciplinar de Pós-graduação em Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Arno Nerling

São Paulo/SP

2020

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

V561p Veras, Luiz Felipe de Oliveira Pinheiro
 Penitenciando a Mulher: O Encarceramento Feminino
 pela "Guerra Às Drogas" à Luz dos Direitos Humanos na
 Capital Paulista / Luiz Felipe de Oliveira Pinheiro
 Veras ; orientador Marcelo Arno Nerling. – São
 Paulo, 2020.
 117 f.

 Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação
 Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades da
 Universidade de São Paulo. Área de concentração:
 Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades.

 1. Humanidades. 2. Direitos. 3. Encarceramento
 Feminino. 4. Guerra às Drogas. 5. Política Pública
 Prisional. I. Nerling, Marcelo Arno, orient. II.
 Título.

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE**Termo de Ciência e Concordância do orientador****Nome do aluno: Luiz Felipe de Oliveira Pinheiro Veras****Data da defesa: 04/08/2020****Nome do Prof. Orientador: Marcelo Arno Nerling**

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 07/08/2020

mnerling@usp.br - 5607659

VERAS, Luiz Felipe de Oliveira Pinheiro. **Penitenciando a Mulher**: O encarceramento feminino pela “guerra às drogas” à luz dos direitos humanos na capital Paulista. Dissertação (Mestrado) apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre.

Aprovado em: 04/08/2020

Banca Examinadora

Prof. Dr. **Marcelo** Arno Nerling (Orientador). Instituição: Universidade de São Paulo

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr^a. **Eunice** Aparecida de Jesus Prudente. Instituição: Universidade de São Paulo

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr^a. **Adriana** de Melo Nunes Martorelli Instituição: Centro Universitário Adventista de São Paulo

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr^a. **Samyra** Haydêe Dal Farra Napolini Sanches Instituição: Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas

Julgamento _____ Assinatura _____

À minha mãe, Maristela de Oliveira Pinheiro,
Ao meu pai, José Américo Veras,
E a todos os Acrianos, ribeirinhos, indígenas
trabalhadores e mulheres encarceradas.

AGRADECIMENTOS

Dedico este trabalho, com um preito de gratidão eterna, a quem me permite sonhar e fazer:

Ao. Dr. Marcelo Arno Nerling, minha eterna gratidão, afinal, com sua paciência monástica soube instruir e aguardar, como um grande amigo, o nascimento deste trabalho. Orientar é dar a liberdade para o olhar, ampliando e não reduzindo o seu alcance. Sei que ele não mediu esforços para que este sonho se realizasse, sem sua compreensão, ajuda e confiança, nada disso seria possível.

A Prof. Dr^a. Eunice Aparecida de Jesus Prudente, exemplo cativante de profissional e educadora, sua atenção e apoio durante o processo de definição e orientação deste trabalho foram fundamentais.

Aos queridos e inestimáveis amigos e familiares, Ricardo Azzolini, Mabel Hibari Kanashiro Cavamura, Gregório Marino, Fredson Oliveira, Francisca Pereira de Souza, Silmara Jardim Passarelli, Osvaldo Barbosa Junior, Antônio Marcos Diniz de Araújo, Anderson Pinheiro de Matos, Paulo Monteiro Queiroz da Silva, Adriana de Melo Nunes Martorelli e Júlio Cesar Nascimento, parceiros que me incentivaram a fazer o curso, ajudaram-me na penúria e me motivaram em todas as etapas deste trabalho.

À Universidade de São Paulo (USP), pela oportunidade de realização do curso, com especial atenção à biblioteca Florestan Fernandes (FFLCH/USP) que me disponibilizou inestimável acervo para construção desta pesquisa, e a todos que de alguma forma, contribuíram para a sua realização.

“Hei-de apresentar aqui - será, sem dúvida, mais adiante - pesquisas em que ando ocupado. Terão ocasião de ver no estado que se chama nascente, que dizer, em estado confuso, embrionário, trabalhos que, habitualmente, vocês encontrariam de forma acabada. O *homo academicus* gosta do acabado. Como os pintores acadêmicos, ele faz desaparecer dos seus trabalhos os vestígios da pincelada, os toques e os retoques: foi com certa ansiedade que descobri que pintores como Couture, o mestre de Manet, tinham deixado esboços magníficos, muito próximos da pintura impressionista – que se fez contra eles – e tinham muitas vezes estragado obras julgando dar-lhes os últimos retoques, exigidos pela moral do trabalho bem feito, bem-acabado, de que a estética acadêmica era a expressão.

(BOURDIER, Pierre, 1989)

A sabedoria suprema é ter sonhos bastante grandes
para não se perderem de vista enquanto
os perseguimos.

(FAULKNER, William, 1929)

RESUMO

VERAS, Luiz Felipe de Oliveira Pinheiro. **Penitenciando a Mulher**: O encarceramento feminino pela “guerra às drogas” à luz dos direitos humanos na capital Paulista. 2020. 114 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

Pesquisa de mestrado em que se aborda o problema do aprisionamento feminino. Um olhar masculino sobre as estereotipadas condições do encarceramento feminino à brasileira, ou à paulista. Busca identificar os princípios e as normas de direitos humanos e ver se elas existem, e como existem, implementadas e passíveis de uma descrição e análise, ainda que, de uma fração do cotidiano prisional feminino da Metrópole Paulista. É imperativo promover o debate sobre as políticas públicas de promoção dos direitos e garantias humanas fundamentais constitucionais do apenamento de mulheres. A política penal e prisional do Estado soa inadequada e desconsidera os fatores sociais e culturais que permeiam o uso o comércio e a “guerra às drogas” ilícitas no Brasil, principalmente no que se refere as mulheres. Crime inafiançável, processo moroso e cumprimento da pena seletivo e estigmatizador. Ao ignorar as situações de gênero e as peculiaridades dos delitos cometidos por mulheres, a pena é inadequada e cruel. A abordagem agressiva em relação aos delitos femininos mostra intolerâncias e conflitos. Um estudo sobre humanidades, direitos e outras legitimidades, envolto nas Ciências Conjointas do Direito Penal, nos levam acreditar que a sanção imputada à maioria das mulheres, é uma forma irracional de controle social que reproduz violência no lugar de preveni-la. Em suma, parafraseado Pierre Bourdieu: “Hei-de apresentar aqui, pesquisas em que ando ocupado. Serão apresentadas no estado que se chama nascente, que dizer, em estado confuso, embrionário, pesquisas que, habitualmente, se encontraria de forma acabada” ou não.

Palavras-chave: Humanidades. Direitos. Encarceramento Feminino. Guerra às Drogas. Política Pública Prisional.

ABSTRACT

VERAS, Luiz Felipe de Oliveira Pinheiro. Penitentiary for Women: Female incarceration for the “war against drugs” in the light of human rights in the capital of São Paulo. 2020. 114 f. Dissertation (Master) - Faculty of Philosophy, Letters and Human Sciences, University of São Paulo, São Paulo, 2020.

Master's research in which the problem of female imprisonment is addressed. A male look at the appalling conditions of female incarceration in Brazil and São Paulo. It seeks to identify the principles and norms of human rights and find out if they exist, and how they exist, implemented and liable to be described and analyzed, even if only in a fraction of the female prison life of Metropolis of São Paulo. It is imperative to promote the debate on public policies to promote the fundamental human rights and constitutional guarantees of the imprisonment of women. The state's penal and prison policy is inadequate and disregards the social and cultural factors that permeate the use of trade and the illicit “war on drugs” in Brazil, especially with regard to women. Non-bailable crime, lengthy process and serving the selective and stigmatizing sentence. Ignoring gender situations and the peculiarities of women's crimes, the penalty is inadequate and cruel. The aggressive approach to female offenses shows intolerance and conflict. A study on humanities, rights and other legitimacy, involved in the Joint Sciences of Criminal Law, leads us to believe that the sanction imposed on most women is an irrational form of social control that reproduces violence instead of preventing it. In short, paraphrased Pierre Bourdier: “I will present here research in which I am busy. They will be presented in the initial state, that is to say, in a confused, embryonic state, research that, usually, would be finished ”or not.

Keywords: Humanities. Rights. Female incarceration. War against Drugs. Prison Public Policy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 01 - População prisional feminina no Brasil por Unidade da Federação	37
Gráfico 02 - Distribuição dos crimes tentados/consumados entre os registros das mulheres privadas de liberdade, por tipo penal	39
Figura 01 - Países com maior número de pessoas encarceradas	44
Figura 02 - Ocupação das Prisões da América Latina	47

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Dados das unidades prisionais femininas na cidade de São Paulo.....	36
Tabela 02 - Evolução das mulheres privadas de liberdade entre 2000 e 2017	45
Tabela 03 - Taxa de aprisionamento de mulheres no Brasil entre 2000 e 2017	46
Tabela 04 - Número de filhos das mulheres privadas de liberdade no Brasil	70

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
CP	Código Penal
CEDAW	Comitê para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher
CF	Constituição Federal
CPP	Código de Processo Penal
DAPP/FGV	Diretoria de Análise de Políticas Públicas da Fundação Getúlio Vargase
DIVERSITAS	Núcleo de Estudos das Diversidades, Intolerâncias e Conflitos
DH	Direitos Humanos
FIG.	Figura
INFOPEN	Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias
ICPS	Centro Internacional de Estudos Penitenciários da Universidade de Essex
ONU	Organização das Nações Unidas
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
SISNAD	Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas
STF	Supremo Tribunal Federal
STJ	Superior Tribunal de Justiça
Tab.	Tabela
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 - DA PESQUISA	21
1.1 - Objetivo geral.....	21
1.2 - Objetivos específicos	22
1.3 - Problema	22
1.4 - Hipótese	23
1.5 - Metodologia	23
1.5.1 - Método.....	23
1.5.2 - Procedimentos metodológicos	24
2 - PENITENCIANDO A MULHER.....	26
2.1 - “Presídio de mulher”: origens nacionais	28
2.2 - Projetos e práticas na construção dos presídios femininos	29
2.3 - Mulher e prisão	31
2.4 - Classificando a mulher delinquente	32
2.5 - Unidades prisionais femininas na cidade de São Paulo	36
3 - POPULAÇÃO FEMININA E O TRÁFICO DE DROGAS	39
3.1 - A prisão como primeira resposta	42
3.2 - Política brasileira de guerra às drogas.....	48
3.3 - As mulheres do tráfico	52
3.4 - O sistema penal e seu efeito sobre a mulher	59
3.5 - Execução penal e a condição feminina	62
3.6 - Política criminal de drogas e escolhas: até quando esperar?.....	67
4 - OS EFEITOS DO CÁRCERE SOBRE AS MULHERES	70
4.1 - As peculiaridades do encarceramento feminino	71
4.2 - Por que as mulheres traficam drogas?.....	74
4.3 - Gênero, raça e classe: o caminho até o cárcere	76
4.4 - O abandono afetivo e as relações interpessoais	80
4.5 - Prisão e parto: o corpo em questão	82

5 - AS GARANTIAS LEGAIS DAS PRISIONEIRAS.....	86
5.1 - Das garantias	87
5.1.1 - Assistência médica.....	87
5.1.2 - Roupas de cama, vestuário e alimentação	87
5.1.3 - Visita da família e amigos	88
5.1.4 - Educação.....	88
5.1.5 - Higiene, luz e ventilação	88
5.2 - Direitos humanos, discriminação de gênero e preconceito.....	89
5.3 - O estigma da pessoa encarcerada e a dignidade da pessoa humana	95
5.4 - Regras de Bangkok	98
 6 - CONCLUSÕES	 103
 REFERÊNCIAS	 107

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa que resulta em dissertação, aponta para a necessidade de outras legitimidades relativas ao tema das políticas públicas das mulheres encarceradas.

A pesquisa foi orientada no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar intitulado Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades, que é uma iniciativa de docentes pesquisadores de diferentes áreas do saber – sociologia, comunicações, história, antropologia, psicologia, geografia, direito, meio ambiente – que se ocupam da investigação de questões pertinentes à diversidade cultural e suas implicações. O esforço conjunto decorre de insatisfações de resultados sempre parciais e de limitação de diálogos disciplinares. A linha de pesquisa chamada “Gênese e Gestão de Políticas Públicas” se fundamenta na construção de três eixos complementares: criticar as ações políticas historicamente estabelecidas ao longo do período republicano brasileiro; examinar as tendências do encaminhamento destinado às ações e práticas de atendimento público na atual ordem política coletiva; elaborar discurso crítico sobre as ações do Estado e instituições oficializadas. Vamos trabalhar um discurso crítico sobre as ações do Estado e instituições oficiais vinculadas às políticas públicas de encarceramento feminino, com recorte para teórico-prático/aplicado em prisões localizadas no Município de São Paulo.

O nosso “objeto de estudo” dá destaque para problemas e questões relativas ao cárcere feminino, um ambiente (des)humanos, tenso, intenso, fértil, fascinante, estigmatizante e trágico. Um diagnóstico de intolerância vai aflorar na descrição e análise, e na busca de evidências que descortinem o universo carcerário, levando mais pessoas a pensar sobre este tema e principalmente, servindo como denúncia que demanda mudança na gestão de políticas públicas prisionais femininas ou, melhor, mudança nos paradigmas que fazem crescente o universo encarcerado, amplificando a tragédia.

O número de mulheres encarceradas no Brasil aumenta de forma progressiva e veloz, mesmo assim, as mulheres presas são invisíveis para o Estado e para a sociedade. Assim começamos a justificativa para o nosso estudo. Uma cegueira inacreditável! As peculiaridades inerentes ao feminino não são respeitadas ou sequer observadas pelos responsáveis em criar e aplicar as políticas públicas do Sistema Prisional.

A expansão do encarceramento feminino no Brasil não encontra paralelo entre os grupos de países que mais aprisionam mulheres no mundo! Na comparação entre os anos

de 2000 e 2016, enquanto a taxa de aprisionamento no Brasil aumentou 700%¹, as taxas nos Estados Unidos, China e Tailândia aumentaram apenas 65,7%, 7,6% e 60,7%, respectivamente, enquanto na Índia foi de apenas 1,4%.

O estado da arte mostra que as pessoas que estão sendo privadas de liberdade têm um histórico de educação deficitária, infração juvenil, uso de drogas e envolvimento com o tráfico (BARCINSKI; CUNICO, 2014). No que se refere às mulheres, destacam-se as histórias prévias de violência, abandono e associação ao delito em decorrência dos relacionamentos com homens criminosos (HUANG; ATLAS; PARVEZ, 2012). Para (CERNEKA, 2009), a pobreza e a dependência química são os fatores mais agregados ao engajamento das mulheres em atividades criminosas.

E assim vão aparecendo as particularidades que caracterizam o encarceramento feminino, sobretudo aquelas relacionadas à expansão do número de mulheres presas e ao respectivo grupo social a que pertencem, estão entrelaçadas a condicionamentos de ordem cultural e social que imputaram à mulher singularidades relacionadas à sua saúde, à relação com a família, cuidado com os filhos e gravidez.

Tais singularidades, de modo especial sua destinação cultural como principal responsável pelo espaço doméstico (que por tanto tempo lhes roubou o direito ao trabalho, à voz, às decisões sobre sua própria vida e seu corpo), continuam a impor a mulher especial condição de invisibilidade e vulnerabilidade, circunstâncias essas que são estruturantes da perspectiva de tratamento adotado pelo sistema criminal e carcerário.

São várias as questões que ainda não apresentam respostas concretas e eficazes para solucionar o problema da situação da mulher inserida no sistema penitenciário brasileiro, ou são abordadas pela legislação em diversos dispositivos legais, mas não fazem parte da realidade fática. Temos que nos perguntar acerca da presença de situações peculiares, afinal, o tráfico² que é punido é o tráfico da subsistência, é o tráfico da mãe, que para sustentar os filhos e se submete à lei paralela das drogas, é o tráfico da esposa que leva entorpecentes para o presídio, para manter a dignidade do marido recluso. São os pequenos que figuram no banco dos réus, enquanto o problema que tanto a sociedade quer combater, por escolha dessa mesma sociedade, permanece crescendo.

¹ Conforme estudos da Diretoria de Análise de Políticas Públicas da Fundação Getúlio Vargas (Dapp/FGV). Disponível em: <http://dapp.fgv.br/fgv-dapp-produz-estudo-sobre-o-encarceramento-feminino-no-brasil/>. Último acesso em 25/03/2020.

² Conforme dados do INFOPEN Mulheres, o crime de tráfico de drogas é o principal responsável pela maior parte das prisões, perfazendo um total de basicamente 60%.

Indaga-se, até quando vamos fechar os olhos? Até quanto essa invisibilidade e esse silêncio?

Seguimos o conselho de Saramago: “SE PUDERES OLHAR, VÊ. SE PODES VER, REPARA. Retrato do desmoronar completo da sociedade causado pela cegueira que aos poucos assola o mundo, reduzindo-o ao obscurantismo de meros seres extasiados na busca incessante pelo poder. Crítica pura às facetas básicas da natureza humana encarada como uma crise epidêmica. Mais do que olhar, importa reparar no outro. Só dessa forma o homem se humaniza novamente. Caso contrário, continuará uma máquina insensível que observa passivamente o desabar de tudo à sua volta”.³

Buscamos olhar e reparar o que entendemos como peculiaridades do aprisionamento feminino e, de pronto, nos deparamos com o fato de que quase a totalidade das detentas, hoje, responde por tráfico de entorpecentes, o que nos levou pesquisar as causas e especificidades desse fenômeno. Definida a régua, buscamos verificar se existem ou não condições mínimas e adequadas para o fiel cumprimento do disposto na legislação penal. O necessário recorte nos levou aos presídios femininos da capital paulistana.

Refletir acerca das condições que envolvem o encarceramento feminino, analisando questões atinentes à dignidade da pessoa humana, ao gênero, a legislação e políticas sociais, bem como, ponderar a respeito da existência ou não de políticas públicas e em caso afirmativo, verificar a sua efetividade foi desafiante. Procuramos refletir por quê a realidade não condiz com aquilo que consta no papel, no texto das normas e nas doutrinas auferidas pelo levantamento bibliográfico e análise de julgados, dados oficiais a respeito do encarceramento feminino.

O presente trabalho foi estruturado em cinco capítulos.

No primeiro capítulo ofertamos uma síntese do projeto de pesquisa que foi utilizado como guia no desenvolvimento deste trabalho, dando ênfase aos objetivos gerais e específicos para resolução do problema e confirmação, ou não, da nossa hipótese de urgência na revisão das políticas jurídicas de pena e na implementação das políticas públicas de encarceramento feminino que atentam contra a dignidade humana, sendo desproporcionais e cruéis, como ser verás.

Aqui é mister esclarecer que ambientes prisionais não são fáceis de serem pesquisados. Desde as negociações para a entrada e a pesquisa ali ou mesmo a obtenção

³ <https://www.pensador.com/frase/NTY0NDAw/>

de simples dados, é preciso recorrer muitas vezes às redes formais (que geralmente negam) e informações de relações para o sucesso, pois o pesquisador em geral nunca pode se mover sozinho, ou com autonomia de decisão neste ambiente. Isto pode inclusive enviar o resultado da pesquisa, fazendo-a descrever tão somente as inquietações dos gestores, logo, é essencial manter o percurso esboçado no projeto de pesquisa.

Na seara do desenvolvimento deste trabalho, aprendemos que o pesquisador das políticas criminais e carcerárias na cidade de São Paulo, vai se mover em um terreno cheio de paradoxos, onde, por exemplo, a gramática dos direitos humanos não está abolida dos discursos políticos nem mesmo da legislação, mas convive com os sentimentos mais severos e intransigentes do campo da punição que conformam práticas que se direcionam no sentido antagonicamente oposto.

O segundo capítulo, realiza um apanhado histórico geral, abordando o surgimento das prisões femininas, desde suas origens antigas até a construção dos presídios nacionais. Analisa-se também, embora de maneira mui superficial, os “estudos” elaborados no decorrer da história e que buscavam descrever as características fisiológicas das mulheres que deveriam “pertencer” ao cárcere.

Nesse momento é abordado o papel do Estado, da igreja e das instituições e as relações destes com o feminino. Desde tempos remotos, num misto de amor, ódio, medo, repulsa e preconceito, as mulheres sempre foram alvo de discriminação, ao representar na sociedade a figura do outro, do diferente, logo, a questão da mulher e a distribuição da (in)justiça, com menção a discursos e práticas que marcaram as relações étnicas e de classe social são aqui esboçadas.

O terceiro capítulo, por sua vez, versa a respeito da mulher, das drogas e da criminalidade, são analisados dados estatísticos oficiais e oriundos de pesquisas acadêmicas e desenvolvidas por entidades de defesa dos direitos humanos para denunciar as ausências ou as lacunas que pairam sobre a existência das mulheres na prisão, assim como para correlacionar a invisibilidade feminina com o modelo de aprisionamento a que são submetidas.

Analiso, qualitativamente, dados sobre mulheres encarceradas por tráfico de drogas, com o objeto de evidenciar que as questões relativas ao gênero continuam a apresentar matizes especiais quando se trata do grupo de mulheres presas, afinal, o Estado por meio de normas penais simbólicas, age como se o direito penal fosse aplicado a todas as camadas sociais indistintamente, entretanto, isso tenta velar o nítido caráter seletivo do sistema penal, com a qual a mídia, desprovida de conhecimento técnico científico, divulga

o cárcere como solução para todos os problemas e anseios da população leiga, portanto, será discutido como o entrelaçamento dessas realidades interfere no exercício do poder estatal, mais especificamente no combate a prática de crimes vinculados ao tráfico.

Assim sendo, nos propomos a evidenciar que a atribuição social e cultural de papéis marcados para as mulheres, relacionados à maternidade e ao cuidado, bem como a divisão sexual de tarefas, ao mesmo tempo em que inviabilizam sua participação, amplia as desigualdades e condições do trabalho e da política, impondo a elas, especial condição de vulnerabilidade, a qual constitui ingrediente do caminho até a prisão.

No quarto capítulo, analiso as peculiaridades da população prisional feminina e os efeitos do cárcere sobre as mulheres. Verifico que as representações sociais que reproduzem o papel feminino nas relações familiares e afetivas influenciam para que essas mulheres se envolvam com a droga e que o mundo do crime revela as mesmas discriminações de gênero praticadas no mundo para além dos muros da prisão.

Descrevo a realidade do sistema de execução penal da capital paulista, e suas precárias e improvisadas instalações destinadas às mulheres. Instalações estas, feitas e pensadas para os moldes masculinos e que são parcamente adaptadas para receber as mulheres. Nenhum presídio foi efetivamente construído a fim de atender todas as necessidades que uma mulher possui.

Analiso também, como as dinâmicas do sistema criminal que circunscrevem a aplicação da lei penal relacionada ao tráfico de drogas têm imposto às presas no Brasil uma punição desproporcional.

Já no quinto e último capítulo, o trabalho debruçou-se sobre os direitos inerentes as mulheres presas. Abordou-se tais direitos sob a perspectiva das mulheres vulneráveis e a sua aplicação dentro do sistema carcerário, ambiente que potencializa toda sorte de preconceitos e discriminações que são capazes de aniquilar por completo a mulher. Considerou-se inclusive, que os efeitos da possível inaplicação de direitos básicos, causam sequelas que persistem após o cumprimento da pena e dificultam a reabilitação das mulheres ante seu retorno ao convívio social.

Logo, discutiremos aqui os direitos específicos para as mulheres previstos nas legislações, tentando verificar se são ou não suficientes para garantir tratamento digno à mulher encarcerada, ou seja, se está sendo tratada com respeito e proteção, não importando sua origem, raça, sexo, idade, estado civil ou condição socioeconômica, considerando a dignidade da pessoa humana como princípio fundamental. Da mesma forma, é analisado se as políticas públicas criadas são realmente executadas para atender

as necessidades e peculiaridades da mulher encarcerada ou buscam tão somente suprir a inúmeras omissões Estatais.

É mister, finalmente destacar, que em relação as mulheres encarceradas, os dados que tratam desta específica criminalidade, são escassos e pouco reveladores da real dimensão deste fenômeno social. Tendo em vista, que segundo os estudiosos, as mulheres são uma parcela muito reduzida do universo prisional, poucos estudos são efetuados no sentido de compreender as motivações e circunstâncias que a levaram à prisão, deste modo, a precariedade de dados e estudos, aliados a falta de informação, contribuem para a marginalização das mulheres e até de sua família, o que deixa clara a importância de pesquisas que tentem dar visibilidade para estas questões, sem cair no estereótipo de “vítimas” ou de que o sistema é muito brando. A pesquisa está dedicada às mulheres encarceradas e suas famílias.

1 - DA PESQUISA

As temáticas dos direitos humanos, da prisão, da mulher e do tráfico de drogas são passíveis de grandes debates. Esta pesquisa, longe de proporcionar ideias inovadoras, na área das ciências sociais e jurídicas, apenas se propõe a oferecer uma contribuição ao conhecimento acadêmico já existente, quanto ao crescente envolvimento de mulheres no negócio das drogas. Assim, ao analisar o problema, busco contribuir para explicar aspectos dessa realidade, rica e densa, tentando estabelecer alguma relação entre prisão/mulher/preconceito/vulnerabilidade e a política de guerra às drogas.

É imperativa a necessidade de se adicionar uma nova variável nos estudos clássicos do direito relacionados ao cárcere, por exemplo, o binômio criminalidade e gênero, permitindo um olhar sobre os efeitos específicos que se produzem quando o sujeito criminalizado é uma mulher

Ressalte-se desde já, que refletir a questão do encarceramento e do tráfico de drogas, considerando o preconceito e a vulnerabilidade social da mulher, não significa associar pobreza à criminalidade, mas dar visibilidade aos problemas enfrentados pelas mulheres.

1.1 - OBJETIVO GERAL

O propósito da pesquisa é descobrir e identificar o porquê de o Estado brasileiro, em especial a cidade de São Paulo, adotar ou não, determinadas diretrizes legais em relação à política carcerária e criminal feminina, busca avaliar, os fatores que gestam, moldam e influenciam a egressa, considerando não apenas os atores institucionais, mas também a participação e influência da sociedade, identificando os agentes políticos e grupos paraestatais, capazes de verdadeiramente organizar e intervir em todo o sistema.

O intento é trabalhar o investigado e analisado de forma que transponha a fronteira da *communis opinio*, para que a análise, ancorada em referencial teórico e metodológico, transcenda o conhecimento popular ou achismos. Assim, na análise do objeto de estudo, para maior compreensão do fenômeno, faz-se imprescindível a leitura dos significados, valores e aspectos relacionais envoltos ao tema.

1.2 - OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Identificar se o que é legislado, encontra-se aplicado nos presídios femininos da cidade de São Paulo?
2. Verificar se existem ou não condições mínimas e adequadas para o fiel cumprimento do disposto na legislação penal nos presídios femininos da capital paulistana?
3. Articular o conhecimento teórico com a real aplicação das normas elencadas, realizando se possível, uma comparação entre o que é legislado e o que é vivenciado.
4. Aferir se a eficácia dos direitos fundamentais e a dignidade da pessoa humana, são mitigados no cárcere e antes dele.
5. Conhecer e refletir sobre o sistema penitenciário e a política criminal, desenvolvendo habilidades de mapeamento das forças estatais, milicianas e individuais, que podem conduzir alterações estruturais e sistêmicas na prisão.
6. Identificar dentro do sistema prisional feminino o que de fato se penitência e encarcera, em relação aquilo que se estrutura e delimita nas Ciências conjuntas do Direito Penal.
7. Analisar como a dita “guerra às drogas”, gesta e molda as egressas, considerando os atores institucionais, a participação e influência da sociedade, buscando ainda, identificar os agentes políticos e grupos paraestatais capazes de influenciar e verdadeiramente intervir no sistema prisional.

1.3 - PROBLEMA

Por quê estudar o sistema prisional feminino? Há visibilidade e boa informação, além de bons estudos e análises relativas ao tema do universo prisional feminino?

Como a guerra às drogas impacta o sistema prisional feminino brasileiro? Como esse sistema é estruturado e que impactos a guerra às drogas gerou nas políticas públicas de encarceramento de mulheres envolvidas nessa “guerra”?

E as políticas públicas de aprisionamento feminino atendem à dignidade pessoa humana se observarmos a ‘ressocialização’ e o impacto no núcleo familiar/afetivo e social?

A restrição à liberdade, o castigo, a pena, ultrapassa a pessoa mulher penalizada?

As políticas públicas de aprisionamento, da qual emerge exponencialmente o resultado da famigerada guerra às drogas, despersonalizam a mulher ao ponto de aumentar o encarceramento feminino e inflacionar a violação de seus direitos humanos básicos dentro da prisão?

1.4 - HIPÓTESE

A priori, almeja-se através da presente pesquisa, comprovar pela teoria e pela evidência que é correta a seguinte hipótese: - As políticas públicas brasileiras de encarceramento são seletivas, discriminatórias e direcionadas a recortes sociais específicos, criando verdadeiros “abjetos”, bem como processo de encarceramento feminino massivos.

É mister esclarecer que a distinção e diferenciação pejorativa entre seres humanos não pode existir sob nenhuma hipótese. Não há que se falar em seres humanos melhores ou seres piores. Muitas pessoas não são tratadas como seres humanos e isso fere a dignidade da pessoa humana. Coisas são coisas e pessoas são pessoas, entretanto, nos dias atuais, muitos seres humanos são tratados como coisas e não como pessoas.

Uma segunda hipótese que esta pesquisa busca demonstrar é que o negócio da droga ilícita é um espaço de “geração de renda”, ou seja, de inserção laboral da mulher. Nos dados mais atuais do INFOPEN Mulheres, é possível observar que mais de 47% das mulheres encarceradas se envolveram no negócio por estarem desempregadas e necessitarem de meios para prover o sustento para família, além do que 94,8% são mães, sendo que 84,6% têm filhos na faixa etária de 0 a 17 anos; 82,1 % são provedoras.

1.5 - METODOLOGIA

1.5.1 - Método

A pesquisa foi construída de acordo com o método histórico-estrutural, no qual se parte de concepções mais gerais para abordagem mais específicas, até chegar-se ao objeto de estudo concreto, relacionando a estrutura com os fatores históricos.

O método histórico-estrutural é dialético, segundo (DEMO, 1995, p. 85), “a metodologia mais correta para as ciências humanas e sociais, porque é aquele que, sem deixar de ser lógica, demonstra sensibilidade pela face social dos problemas”, além de

equilibrar as condições objetivas e subjetivas. A dialética acredita na contradição e no conflito dos fatos em si, como forma de realidade, de modo que o processo é interminável e criativo, o que o constitui como história.

A dialética histórico-estrutural engloba dentro de si, condições objetivas e subjetivas, de maneira que as condições objetivas são aquelas externas ao homem, como por exemplo, a desigualdade social e as necessidades materiais. Já as condições subjetivas são “aquelas dependentes da opção humana, a capacidade de construir a história em parte, no contexto das condições subjetivas” (DEMO, 1995, p. 94). Estar dotado de consciência é uma condição objetiva, enquanto na condição subjetiva não se inventa a possibilidade de consciência histórica.

As dimensões quantitativas e qualitativas se assemelham as condições objetivas e subjetivas como parte de um todo. As condições objetivas se inserem no campo quantitativo que são mais acessíveis à captação científica, porque estas são mais adaptáveis a formalizações. A dimensão qualitativa também se assemelha as condições objetivas, por ser um dado histórico mais próprio da conquista humana.

Na presente pesquisa o método estrutural será utilizado para ajudar a entender como as políticas carcerárias e sociais adquiriram suas características e contornos, partindo do seu contexto mais amplo até chegar a discussão mais específica que é o caso paulista e dentro deste, como estas políticas contribuem para criminalizar e penitenciar a mulher, inferindo-se daí aspectos que descortinam o como a sociedade aceita e apoia esta criminalização.

1.5.2 - Procedimentos Metodológicos

Para realização desta pesquisa, foram analisados dois tipos de fontes secundárias. Em primeiro lugar, o referencial teórico que norteará as discussões da dissertação, será pesquisado em literatura especializada, documentos oficiais (legislação, levantamentos qualitativos de órgãos governamentais, sites de institutos e centros de pesquisa) e dissertações e teses sobre o assunto. Isso vale dizer, será com base no sistema jurídico-positivo, nas posições doutrinárias e nas conceituações dos penalistas e criminologistas especializados no assunto, que se irá auferir os conhecimentos imprescindíveis aos propósitos deste trabalho.

A coleta de dados, realizou-se através de múltiplas técnicas, destacando-se:

1) Pesquisa documental: documentos (leis, sentenças, acórdãos, pareceres, portarias...) que podem ser encontradas em arquivos (públicos ou particulares), bibliotecas, *sites da internet*, etc.;

2) Pesquisa bibliográfica: livros, artigos e outros meios de informação em periódicos (revistas, boletins, jornais), outras pesquisas podem ser encontradas em bibliotecas, dentre outras fontes;

2 - PENITENCIANDO A MULHER

O aprisionamento sempre fez parte da história da humanidade. Entretanto, sua vinculação a um método penal é relativamente recente. Na Roma Antiga, a prisão não possuía caráter de castigo, nem tampouco era local destinado a cumprimento de pena, uma vez que as verdadeiras sanções daquela época eram vinculadas quase que exclusivamente aos castigos corporais. A prisão na antiguidade era somente método usado para “guardar” o acusado, como se fosse um local de custódia, onde ele aguardaria o julgamento ou a sentença de morte. Certas práticas penais, na idade média foram determinadas por forças sociais e econômicas, com reflexo direto na modificação da concepção da pena nas sociedades e nos sistemas penais contemporâneos (SANTA RITA, 2006, p.21).

Privar a liberdade, escravizar os corpos, pode ser uma tortura maior do que matar. Beccaria foi o precursor ao se manifestar pelo banimento das penas cruéis e mencionar a necessidade de racionalidade e a proporcionalidade das penas.

Com propriedade, GOFFMAN (2010, p.11), define as instituições penais como locais onde grande número de indivíduos com situação semelhante que são afastados da sociedade por um amplo e considerável período de tempo e lá vivem fechados e trabalham de modo formalmente administrado. “O cárcere é uma instituição totalizante e despersonalizadora, na qual predomina a desconfiança e onde a violência se converte em instrumento de troca. O único objetivo de quem está ali é sair, fugir ou atingir a liberdade” (ESPINOZA, 2004, p.78)

A custódia da mulher interessava ao homem, pai, marido e também as instituições religiosas, políticas e econômicas que tinham o desejo de ver as mulheres afastadas da esfera pública. Assim foi criada a política milenar para correção e submissão feminina entre os gregos, romanos, hebreus e outros povos. Tal política rompeu as barreiras além-mar e chegou às Américas, ultrapassou a baixa Idade Média, avançou pela idade Moderna e chegou até dias muito próximos dos atuais (MENDES, 2014, p.145).

A relação entre o feminino, o poder e a igreja, ganhou uma relação mais direta com o Estado. Relação esta não explicitamente direta com o poder punitivo, mas de certa forma ligados a correção e a catequização daquelas mulheres fora do padrão e dos moldes que a sociedade esperava.

Os mosteiros e espaços de formação intelectual para as mulheres foram transformados no final da idade média em cárceres destinados para a correção daquelas

que se supunham ser pervertidas. Todos os escritos dirigidos às mulheres do século XII ao final do século XV pregavam um comportamento destinado ao controle de instintos demoníacos das mulheres (MENDES, 2014, p. 120-121).

A penitência oriunda da igreja posteriormente foi incorporada ao Estado e se transformou em sanção penal propriamente dita, a separação absoluta do mundo externo; a reclusão num mosteiro por tempo determinado reafirmou em parte a sua finalidade correcional por intermédio de um contato mais estreito com o culto e a vida religiosa que possibilitava a condenada expiar a própria culpa pela meditação (MELOSSI; PAVARINI, 2010, p. 24).

Antecedentes mais remotos, mas de contundente importância histórica evidenciam que a história da criminalização das mulheres é evidentemente a história do exercício do poder fundado em um direito cujas bases são inegavelmente patriarcais e machistas. É interessante realizar uma reflexão acerca do tratamento despendido pelo sistema penal às mulheres e se estas recebem um tratamento diferenciado para pior, justamente como forma de reforçar em conjunto com outras discriminações e desigualdades a identidade que a sociedade espera da mulher (SPOSATO, 2007, p. 254).

As escravas foram as primeiras mulheres presas no Brasil das quais se tiveram notícia. Inicialmente, as mulheres eram presas junto com os homens e não detinham nenhuma garantia de sua segurança física e psicológica e ficavam sujeitas aos mais variados tipos de violência física e sexual. Lemos de Brito, em 1924, então funcionário da corte foi o precursor e principal idealizador de projetos que passaram a envolver algum tipo de preocupação com a condição carcerária feminina (HELPEES, 2014, p. 69).

Na verdade, a separação dos homens e das mulheres dentro do ambiente carcerário somente aconteceu por causa da preocupação com o bem-estar dos homens, pois, a presença de mulheres nas carceragens perturbava os presos do sexo masculino, logo, tal medida foi tomada em prol de garantir a tranquilidade masculina e não necessariamente com o intuito de fornecer as mulheres um ambiente mais digno (HELPEES, 2014, p. 71).

A origem das concepções do cárcere feminino está relacionada com o controle da bruxaria e com a prostituição. Tais comportamentos ameaçavam os papéis socialmente estabelecidos para a mulher. As causas de aprisionamento da mulher e a origem das prisões femininas no Brasil estão vinculadas ao do discurso moral e religioso, pautados em grande parte, nos mesmos desígnios. (SANTA RITA, 2006, p.32).

2.1 - “Presídio de Mulher”: origens nacionais

Embora, o encarceramento de mulheres em salas, celas, alas e seções separadas dos homens fosse uma prática recorrente, até o ano de 1940, inexistia qualquer diretriz legal que exigisse ou regulamentasse essa prática, tão pouco, uma instituição para tal fim. Assim, as mulheres presas eram separadas ou não dos homens de acordo com os desígnios das autoridades responsáveis no ato da prisão e de acordo com as condições físicas do local para onde ela era enviada.

A partir da década de 1930, na tentativa de promover amplas reformas com vistas à regulamentação geral das prisões brasileiras (CUNHA, 1986; HERSCHMANN & PEREIRA, 1994; PEDROSO, 1995; FERLA, 2005), o governo federal adotou as seguintes medidas: implementou, em 1930, o Regimento das Correções que pretendia reorganizar o regime carcerário; em 1934, foi criado o Fundo e o Selo Penitenciário, a fim de arrecadar dinheiro e impostos para investimento nas prisões; em 1935, foi estabelecido o Código Penitenciário da República, que passou a legislar sobre o ordenamento de todas as circunstâncias que envolviam a vida do indivíduo condenado pela Justiça; e, em 1940, passou a vigorar o novo Código Penal.

Somente em 1940 foram tomadas as primeiras medidas efetivas, por parte do Estado, visando à acomodação legal de mulheres que cometeram crimes. A primeira diretriz legal que se refere às mulheres encarceradas foi determinada pelo Código Penal e pelo Código de Processo Penal, ambos de 1940, e pela Lei das Contravenções Penais, de 1941. Assim, no 2º parágrafo, do Art. 29º, do Código Penal de 1940, determinou que *“As mulheres cumprem pena em estabelecimento especial, ou, à falta, em seção adequada de penitenciária ou prisão comum, ficando sujeitas a trabalho interno”*. Cumprindo esta lei, somente duas prisões para mulheres foram criadas. Em São Paulo, em 11 de agosto de 1941, foi instituído o Decreto-Lei n.º 12.116 que dispõe sobre a criação do “Presídio de Mulheres”. Inaugurado em 21 de abril de 1942, permaneceu até 1973 sob a administração das freiras da Congregação do Bom Pastor D’Angers. E no Rio de Janeiro, pelo Decreto-Lei n.º 3.971 de 24 de dezembro de 1941, foi criada a Penitenciária Feminina da Capital Federal, também administrada por freiras da mesma congregação até o ano de 1955.

A promiscuidade, em suas mais diversas formas, era o mote da vez e compôs a maior pauta de discussão a respeito da necessidade de se criar estabelecimentos especiais que abrigassem as mulheres infratoras. O estabelecimento a ser criado, além de separar

mulheres de homens, deveria dar conta de operar separações entre as próprias internas por tipo de crime, condição jurídica e idade.

2.2 - Projetos e práticas na construção dos presídios femininos

No Parágrafo único do Artigo 1.º do Decreto que dispõe sobre a criação do “Presídio de Mulheres”, define-se que: “somente serão recolhidas mulheres definitivamente condenadas. ” Sendo assim, é importante ressaltar a diferença (CANCELLI, 2005. p. 142-143) entre as mulheres detidas para mera averiguação, ou que passavam pouco tempo nas casas de detenção e delegacias e as que passavam por processo, eram julgadas, consideradas culpadas e condenadas as penas de privação de liberdade.

O número de mulheres que respondiam a processo e eram efetivamente condenadas era reduzidíssimo. Lemos Brito, um dos maiores pesquisadores do sistema prisional da época, ressaltava o reduzido número das presas⁴. No caso do presídio feminino, os números eram ainda menores. No ano de sua inauguração, em 1942, o Presídio recebeu apenas sete sentenciadas. E, num prazo de dez anos, abrigou apenas 212 sentenciadas⁵, evidenciando que a criação da instituição penal para mulheres pode não ter sido motivada apenas por necessidades de demanda.

Uma característica relevante quanto à natureza da instituição penal feminina é o fato de seu suporte arquitetônico ser uma casa nos jardins da Penitenciária do Estado. Projetada pelo engenheiro Ramos de Azevedo, no ano de 1920, sendo construída para servir de residência para o primeiro diretor da Penitenciária Estadual e que posteriormente abrigou a penitenciária. Ora, sua edificação não foi construída com a função prisional-penal. Foi construído para cumprir a função de residência. E é esse espaço de residência que, em 1942, vai receber o nome e ser adaptado à “função” de “Presídio de Mulheres”.

O trato era realizado diretamente com as presas, desde seus primeiros anos, responsabilidade exclusiva das freiras da Congregação do Bom Pastor d’Angers, não de agentes penitenciários nem de agentes policiais. A administração legal continuava

⁴ “Na organização de nossos estabelecimentos penitenciários de mulheres, todavia, não se pode lançar uma larga visada no que entenda com o trabalho, dado o diminuto número delas. Na última visita feita a seu presídio na Capital Federal havia trinta e cinco mulheres, mas entre estas diversas processadas”. (BRITO, 1943. Pag. 20)

⁵ SILVA, 1992. Pag. 06: “(...) recebendo 07 (sete) sentenciadas: 05(cinco) por homicídio, 01 (uma) por aborto provocado por terceiros e 01(uma) por estelionato (...) de julho de 1942 a julho de 1952, passaram pelo “Presídio de Mulheres” 212 sentenciadas.

submetida à Penitenciária do Estado, mas não havia agentes estatais que lidassem imediatamente com as presas. Em suma, num momento em que o Estado estava concentrando poderes nas mãos do executivo, criando e fortalecendo mecanismos de controle, repressão e punição para a aplicação de um determinado projeto político ele delegou poderes a uma instituição religiosa. No caso, uma instituição católica, a Congregação do Bom Pastor d'Angers.

Ainda nas especificidades da punição sobre as mulheres, Marrey Jr. afirma: “A fraqueza física e a superior afetividade da mulher, explicam as atenuações que lhes são concedidas no regime prisional” (MARREY JR., 1941. p. 480). A esse respeito, Marrey Jr. faz um alerta relevante: “A mulher não está, pois, sujeita ao regime penitenciário estabelecido para o recluso ou detento e assim os regulamentos da Penitenciária lhes são aplicáveis apenas em especiais condições” (MARREY JR., 1941. p. 480).

Logo, estamos diante de uma suposta atenuação das penas, da instalação física das condenadas em uma casa, do trato direto com as presas ser função de freiras sem a presença imediata de agentes penitenciários ou policiais. E, ainda assim, o este estabelecimento recebeu o nome de presídio e estava submetido legalmente a uma instituição estatal, a Penitenciária do Estado.

Diante desse conjunto de elementos, o “presídio” não seria apenas uma variante dos modelos institucionais masculinos. Mas, uma instituição específica, cujas funções e a própria natureza divergiria dos presídios da época. Com efeito, para identificar as especificidades dessa instituição é de fundamental importância mapear e sistematizar o debate a respeito da necessidade de criação do “Presídio de Mulheres”, analisando seus discursos, apontando suas coerências e incoerências internas, relacionando-os aos demais discursos, identificando seus agentes, seus interesses e conflitos e contrapondo à legislação produzida. Tal mapeamento tem sua relevância assentada também na possibilidade de fornecer apontamentos seguros a respeito da natureza e das funções dessa instituição, ajudando-nos a compreender o que era uma instituição penal para mulheres em São Paulo, entretanto, por se tratar de uma análise demasiadamente longa e eminentemente histórica, não sendo o objeto deste estudo, tais aprofundamentos não serão aqui realizados.

As lacunas nessa produção de estudos com viés históricos implicam algumas dificuldades para a problematização de várias questões contemporâneas seja em relação à condição da mulher em geral, seja em relação à situação das mulheres encarceradas, pois, em primeiro lugar, sabe-se muito pouco sobre as práticas de encarceramento das

mulheres. O que motivava o envio de mulheres para as prisões, nos períodos iniciais, quais tipos de crimes e de comportamentos cotidianos eram alvos de controle e intervenção? Qual era o lugar social que ocupavam as mulheres e em que condições permaneciam nas prisões que, na sua expressiva maioria, eram locais improvisados?

2.3 - Mulher e prisão

A prisão é um espaço em que se misturam cores, classes, personalidades e em geral, particularidades que identificam uma pessoa com um grupo determinado. A única categoria legitimada para diferenciar o conjunto de pessoas encarceradas é a sexual, tendo em vista que, na prisão, tudo se mistura, menos os sexos. Desta forma, é importante interpretar o cárcere feminino sob a perspectiva de gênero, assim, a prisão é para as mulheres um espaço discriminatório e opressivo, além de duplamente estigmatizante e doloroso. Isso é constatado no tratamento desigual recebido e, no sentido, muito diferente, que assume o confinamento para mulheres e homens. Levando-se em consideração o papel que a sociedade lhe atribuiu, uma mulher presa, sempre será descrita como "ruim", porque violou seu papel como esposa e mãe, submissa, dependente e dócil.

Na virada do século XX, os teóricos atribuíam a violência feminina às influências dos estados fisiológicos pelos quais a mulher passaria na vida: a puberdade, a menstruação, a menopausa e o parto, ou seja, às influências relacionadas à sexualidade e à maternidade (SOARES e ILGENFRITZ, 2002).

Importante lembrar que o Código Penal Brasileiro vigente (datado de 1940) encontra-se ainda marcado por alguns elementos dessa perspectiva, apontando que, pela sua constituição hormonal, a mulher possui uma natureza psicológica por vezes sujeita a transtornos mentais significativos, em determinados períodos específicos da sua vida, os quais influenciam o psiquismo como ocorre, por exemplo, no delito de infanticídio, crime pelo qual a mulher mata o próprio filho influenciada pelo estado puerperal.

Na lição de Encarna Bodelón, devemos recordar o papel histórico do direito penal:

Longe de proteger seus interesses, o direito penal do século XIX e boa parte do século XX contribuiu para reproduzir uma determinada significação do ser social mulher, isto é, da estrutura de gênero. Por um lado, a mulher aparece sujeita a tutela e sem plena responsabilidade, por outro, estabelece um conjunto de controles sociais sobre a sexualidade

feminina e um conjunto de estereótipos sobre sua sexualidade⁶. (BODELÓN, 2000).

No artigo *Mulher e Cárcere: uma perspectiva criminológica*, SPOSATO (2007) diz que a literatura, a partir dos anos setenta, permite aferir o tratamento dispensado às mulheres pelo sistema penal, mostrando sua posição desigual no direito penal. Mais que isso, permite identificar que, historicamente, a mulher aparece considerada pelo sistema penal como uma pessoa sujeita a tutela, a um conjunto de mecanismos de controle sobre sua sexualidade (como a criminalização do aborto) e um conjunto de estereótipos sobre o feminino.

A mesma autora diz que a história da criminalização de mulheres é a história do exercício do poder fundado em um direito cujas bases são inegavelmente sexistas.

É sabido que o direito penal, com seus instrumentos repressivos de controle social, recai sempre sobre os mais vulneráveis, porque a prática do sistema penal está orientada a castigar os pobres e deixar impunes outros setores, mesmo que causem danos mais graves (op. cit. 2007). No mundo do tráfico de drogas, principal crime feminino, observa-se exatamente isso, ou seja, pune-se o pequeno traficante, a “mula”, o “fogueteiro”, enquanto as grandes organizações criminosas ficam impunes.

Carol Smart (1994) se manifesta dizendo que o direito tem gênero, pois atua como uma tecnologia de gênero, ou seja, um processo de produção de identidades fixas. A mulher é o diferente e, quando não exerce o papel de mãe ou esposa, é desviada.

2.4 - Classificando a mulher delinquente

No Brasil, os dados que tratam da criminalidade feminina são poucos e pouco reveladores da real dimensão deste fenômeno social. Poucos são os estudos que tratam da criminalidade feminina em relação à criminalidade geral, e algumas razões para este reduzido interesse são discutidas por Perruci (1983), Bastos (1997) e Fausto (2001).

Para Perruci (1983), os autores não diferenciam a criminalidade feminina da masculina, talvez pela constatação de que a participação feminina na criminalidade geral é quase insignificante quando comparada à masculina. Além disso, sublinha que: vivemos numa sociedade em que se pretende construir, no plano do discurso teórico, uma ciência

⁶ Tradução livre para este trabalho.

social para a humanidade como um todo, enquanto que, no plano das relações sociais concretas, a mulher é discriminada em quase todos os sentidos (PERRUCCI, 1983, p. 16).

Fausto (2001) contesta os estudos que apontam fatores biológicos como determinantes da menor criminalidade feminina (LOMBROSO e FERRERO, apud Fausto, 2001, p. 84), defendendo a tese de que “a redução da desigualdade entre os sexos, no âmbito da sociedade ocidental, implica a maior presença da mulher não apenas na área do trabalho fora de casa, mas em diferentes campos, entre os quais se inclui a criminalidade”.

Bastos (1997), por outro lado, aponta que as razões para a pequena importância dada à criminalidade feminina pelos criminólogos devem-se, entre outros fatores, ao “forte preconceito que atribui pouco ou nenhum valor às manifestações de desajuste social da mulher”. O autor procura explicar o crescimento da criminalidade feminina tomando como base a crescente inserção da mulher no mercado de trabalho, o que é contestado por Lemgruber (1999) mediante a constatação de que apesar da maior participação da mulher no mercado de trabalho, não se observou aumento proporcional de mulheres encarceradas.

Para se entender o processo de construção da identidade de mulheres criminosas no Brasil convém destacar a observação feita por Brausntein, (2007, p. 65) segundo a qual quando se busca escrever especificadamente sobre a história do encarceramento de mulheres no Brasil existe uma grande escassez de dados e fontes bibliográficas relacionadas ao tema, contudo existe uma quantidade maior de trabalho de pesquisa e estudos que descrevem a história das mulheres no Brasil.

A pesquisadora PERROT (1988, p. 256-258) explica que a mulher durante muito tempo não foi lida como criminosas e que, historicamente, “a mulher aparece como pouco ameaçadora. De resto, sua criminalidade responde a sua fragilidade (...) o crime, o delito eram assuntos de homens, atos viris cometido na seara das cidades. (...) quanto a mulher, a literatura criminal participa do mito da eterna Eva”.

O processo de estigmatização ao qual estão submetidas as mulheres encarceradas é algo que atravessa toda a sua história. Costuma-se atribuir a elas adjetivos do tipo: más esposas, mães más, mulheres sem alma. A mulher delinquente normalmente é vista como alguém que possui muita maldade.

Na construção da identidade da delinquente a partir das diferenças entre o sexo feminino e masculino, tendo como base os aspectos físicos Lombroso em seu livro *Mulher Delinquente, Prostituta e a Mulher Normal*, desenvolveu uma pesquisa com

mulheres presas na Itália que tinha como objetivo criar uma tipologia criminal. Para tanto, Lombroso compilou sinais que acreditava identificar a figura da mulher delinquente medindo o crânio e outros sinais físicos, tais como: a assimetria craniana e facial, mandíbula, estrabismo, dentes irregulares, clitóris, pequenos e grandes lábios vaginais. Nessa pesquisa, uma das primeiras proposições foi a de que as características variavam a depender do crime cometido. A partir do método empírico indutivo, baseado na observação da pessoa da delinquente Lombroso pretendia, também, identificar relação entre sinais atávicos com as condutas penalmente puníveis. Almeida (2006), ao comentar a obra do médico e criminalista, destaca que o autor chegou a três classificações em relação a mulher criminosa, segundo a autora seriam:

As criminosas-natas, que são o tipo mais perverso de estrutura monstruosa e com caracteres masculinos; as criminosas por ocasião, que apresentam características femininas, mas com tendência para o delito por influência do macho; e as criminosas por paixão, que atuam a partir de seu caráter animalesco, movidas pela forte intensidade de suas paixões. A primeira classificação vem da ideia de que a mulher, a partir de suas características apresenta traços de criminoso-nato e, em comparação ao homem, tem o crânio mais volumoso e cérebro mais pesado, o que dá a mulher qualquer coisa de infantil e selvagem. (ALMEIDA, 2006, p. 108).

Em um segundo momento de sua pesquisa, Lombroso não tendo conseguido provar a relação entre sinais atávicos com as condutas penalmente puníveis, partiu para a identificação de sinais de epilepsia associada à loucura moral foi quando formulou a tese da hereditariedade criminal, tendo como fundamento a informação de que a maioria das presas era descendente de pessoas que tinham traços de atavismos e eram criminosos. Nesse processo de pesquisas, as prostitutas e lésbicas eram tipos criminais diferenciados em relação ao grupo de mulheres presas. Dessa forma, analisando os sinais em prostitutas e lésbicas, Lombroso criou grupos de pessoas consideradas indesejáveis pela sociedade marcadas pela associação a uma tipologia criminal a partir do sexo, da sexualidade e da loucura como doença mental.

Observa-se que a construção de uma identidade de mulher normal para Lombroso estava associada a posição que a mulher assume na família, como esposa e mãe, um ser de condição inferior ao homem em inteligência que se aproxima um pouco dos selvagens e que deveria se dedicar mais a religião do que a ciência. Zaffaroni (1993) comenta que, segundo o pensamento de Lombroso, a mulher mais ou menos normal não era capaz de cometer crimes.

No que se refere às diferenças de sexo observou-se que já no Código Criminal do Império do Brasil começou-se a construir um tratamento penal diferenciado quando determinou a aplicação de penas diferenciadas quanto à mulher *prenha*, o tipo de trabalho que deveria desenvolver na “prisão” e o tipo de pena que deveria ser aplicada, pois no caso da pena de galés⁷ está deveria ser substituída por “prisão” com serviço análogo ao seu sexo.

Art. 43. Na mulher prenhe não se executará a pena de morte, nem mesmo ella será julgada, em caso de a merecer, senão quarenta dias depois do parto. Art. 45. A pena de galés nunca será imposta: 1º A's mulheres, as quaes quando tiverem commettido crimes, para que esteja estabelecida esta pena, serão condemnadas pelo mesmo tempo a prisão em lugar, e com serviço análogo ao seu sexo. (Brazil, 1830, CCIB, arts. 43 e 45).

Diante da legislação citada destaca-se a construção da identidade de gênero feminino associada ao aspecto biológico, o parto/maternidade e um segundo associado ao tipo de trabalho, que conseqüentemente deveria ser definido como relacionado ao trabalho doméstico enquanto o homem destinado a trabalhos pesados, ou seja, que exigisse mais força física, enquanto que a mulher como sexo frágil, como se observa na determinação de penas mais brandas as mulheres. Dessa forma, o projeto de sociedade estava fundamentado no dispositivo binário do masculino e feminino que repercutia, também, na aplicação do tipo de pena que deveria ser aplicada segundo as identidades de gênero produzidas socialmente.

Em suma, as ideias “lombrosianas” foram recepcionadas no Brasil a partir da associação entre sexo, criminalidade e raça, partindo do pressuposto de que o crime foi pensado como uma prática associada ao gênero masculino e quando há problematização da participação da mulher como protagonista no mundo do crime se apresenta como uma exceção associada a identidades moralmente desconsideradas, tais como: prostitutas, lésbicas, descendentes de criminosos ou uma pessoa anormal, próximo de uma figura monstruosa.

⁷ PENA DAS GALÉS. O condenado cumpria a pena de trabalhos forçados em embarcações a vela, remando sob a coerção de castigos corporais.

2.5 - Unidades prisionais femininas na cidade de São Paulo

O encarceramento feminino tem sido proporcionalmente superior ao masculino nos últimos anos. O próprio Ministério da Justiça assume que a população carcerária feminina do Brasil cresceu 698% entre 2000 e 2016. Essa realidade reafirma a orientação punitivista do sistema penal. Revela, sobretudo, a reprodução das desigualdades e opressões de gênero, e precariza ainda mais as condições de sobrevivência das mulheres presas.

A imposição de estereótipos e papéis sociais às mulheres é combustível central no punitivismo e no encarceramento dos quais são alvo. É importante também ressaltar que a quase totalidade das mulheres encarceradas foram presas por atos que, mesmo classificados atualmente como ilícitos, constituíam como a única possibilidade para sustentar os seus filhos e filhas, já que coube a essas mulheres a tarefa de sozinhas, cuidarem e proverem.

Nos cárceres femininos, além das precariedades e violências comuns às prisões masculinas, as violações de direitos multiplicam-se: péssimo atendimento à saúde das gestantes, lactantes e mães; separação abrupta das mães e seus/suas filhos/as, incluindo adoções à revelia; falta de notícias dos/as filhos/as; ausência de materiais de uso pessoal e de roupas íntimas; restrições, quando não raro a impossibilidade, para viver a identidade afetiva, psicológica e física; pouquíssimas visitas, vivendo um verdadeiro abandono da família e da comunidade, entre outros.

Na cidade de São Paulo, existe duas unidades prisionais destinadas especificamente a custodiar mulheres e um centro de Progressão Penitenciária. Cada uma delas possui atributos e particularidades próprias, conforme informações técnicas colhidas no site da Secretária de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo e evidenciados a seguir.

Tabela 01 - Dados das unidades prisionais femininas na cidade de São Paulo

*Penitenciária Feminina da Capital. Coordenadoria da Capital e Grande São Paulo. População Prisional em março de 2020: 556 – Capacidade para 606. Área construída: 11.717 m². Data de inauguração: 04/09/1973. Regime: Fechado
**Penitenciária de Sant'Ana. Coordenadoria da Capital e Grande São Paulo. População Prisional em março de 2020: 2263 – Capacidade para 2696. Área construída: 108.000 m². Data de inauguração: 08/12/2005. Regime: Fechado.
***CPP Feminino "Dra. Marina Marigo Cardoso de Oliveira" de Butantã. Coordenadoria da Capital e Grande São Paulo. População Prisional em março de 2020: 1008 – Capacidade para 1028. Área construída: 7300 m². Data de inauguração: 20/11/1990. Regime: semiaberto

No caso do encarceramento feminino na capital paulistana, há uma histórica omissão dos poderes públicos, manifesta na completa ausência de quaisquer políticas públicas que considerem a mulher encarcerada como sujeito de direitos inerentes à sua condição de pessoa humana e, muito particularmente, às suas especificidades advindas das questões de gênero. Isso porque, como se verá no curso deste trabalho, há toda uma ordem de direitos das mulheres presas que são violados de modo acentuado pelo Estado brasileiro, que vão desde a desatenção a direitos essenciais como à saúde e, em última análise, à vida, até aqueles implicados numa política de reintegração social, como a educação, o trabalho e a preservação de vínculos e relações familiares.

O gráfico abaixo, apresenta o número de mulheres privadas de liberdade em todas as Unidades da Federação, corroborando as diferenças existentes entre os Estados. O estado de São Paulo concentra 31,6% da população prisional feminina do país, com 12.183 mulheres privadas de liberdade, seguido por Minas Gerais com 10,6%, ou 3.365 mulheres e Rio de Janeiro com 7,3%, ou 2.168 mulheres. O estado do Amapá permanece com a menor população prisional feminina do país, com 108 presas ou, 0,29% mulheres privadas de liberdade.

Gráfico 01 - População prisional feminina no Brasil por Unidade da Federação

Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - INFOPEN, Junho /2017

As mulheres encarceradas apenas deveriam sofrer limitações ao seu direito de ir e vir, mas o descaso, a negligência e omissão do Estado no cumprimento de seus deveres dissemina violações de todos os demais direitos das presas que não deveriam ser afetados. O Estado, que deveria nesse universo específico, construir espaços produtivos, saudáveis, de recuperação e resgate de autoestima e de cidadania para as mulheres, só tem feito ecoar a discriminação e a violência de gênero presentes na sociedade para dentro dos presídios femininos.

Para as mulheres em situação de prisão, a ausência das garantias fundamentais é mais evidente e cruel. O sistema penitenciário não está preparado para receber a mulher e quando o faz dispensa a ela um tratamento ainda pior do que aquele dado aos homens.

Embora causem a pior impressão diante do que podemos entender como mundo, registramos, também, elogio às administrações da Penitenciária Feminina da Capital e a de Sant'ana, face à diversidade de atividades culturais e laborais ofertados, respectivamente, em cada unidade. De fato, muitas são as atividades laborais desenvolvidas, mas que demandam maior rodízio entre as presas, assim como sejam desenvolvidas atividades que possam ser aproveitadas por elas após a liberdade, a fim de que sejam absorvidas pelo mercado de trabalho com maior facilidade.

Cabe por fim, observar que basicamente todos os estabelecimentos prisionais visitados e estudados nesta pesquisa, não foram projetados para atender as necessidades específicas de mulheres em situação de prisão e nem tão pouco são adequados para a situação e demandas atuais.

3 - POPULAÇÃO FEMININA E O TRÁFICO DE DROGAS

Dentre as várias facetas do sistema penal, pode-se citar a política de drogas como derrocada das mulheres. Isso porque os dados obtidos pelo INFOPEN Mulheres relatam um número vertiginoso de mulheres presas no Brasil, a maioria delas pelo crime de tráfico de drogas. O percentual de mulheres presas pelo comércio de entorpecentes supera, em mais da metade, a quantidade de homens presos pelo mesmo crime.

No que se refere a frequência dos crimes tentados/consumados entre os registros das mulheres custodiadas no País, observa-se que o crime de tráfico de drogas é o principal responsável pela maior parte das prisões, perfazendo um total de 59,9% dos casos. Em seguida temos o crime de roubo, totalizando 12,90% das prisões efetuadas e furto, com 7,80% dos casos.

Gráfico 02 - Distribuição dos crimes tentados/consumados entre os registros das mulheres privadas de liberdade, por tipo penal

Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - INFOPEN, Junho /2017.

Os dados são reveladores, haja vista que se sobressai, visivelmente, a população carcerária advinda do tráfico de drogas. Certo é que muitas dessas mulheres aprisionadas lá estão por influência de seus companheiros, maridos e filhos, não porque são traficantes.

Segundo Luciana Boiteux (2015), “o encarceramento de mulheres por tráfico só reforça o patriarcado pois [...] a guerra contra as drogas é uma guerra contra mulheres, pois afeta especialmente as mulheres” pobres e negras.

Ao longo dos últimos anos, o que se tem observado é o aumento substancial na quantidade de mulheres presas, algo já constatado pelo estudo de Olga Espinoza (2004, p. 92), “o crime de maior incidência entre as mulheres presas é o tráfico de entorpecentes”. Observando-se a crescente taxa de encarceramento feminino, temos a impressão de que há uma escalada da adesão das mulheres à criminalidade, porém, não levamos em consideração, a criação de uma política criminal que enfatizou em suas estratégias de repressão ao tráfico de entorpecentes o endurecimento da lei, o direcionamento a recortes sociais específicos e principalmente o encarceramento como único e exclusivo meio de se o combater.

No Brasil, os crimes de drogas são elencados como problemas de saúde pública. Contudo, a política pública voltada para a repressão ao comércio de entorpecentes é baseada em uma política de criminalização que pretendia estabelecer uma relação entre o comércio ilícito e a violência, como se um fenômeno fosse intrínseco ao outro.

Para Vera Andrade⁸ (CARVALHO, 2014), “trata-se de uma Política de guerra, combate ou beligerância (genocida)”. Salo de Carvalho (2014, p. 47), por sua vez, entende que a política criminal de drogas, desde o ponto de vista dos processos de criminalização, de sua estruturação teórica e da forma de funcionamento das agências repressivas, define um tipo ideal de repressão e forma de controle do sistema penal nacional. Em outras palavras, a política criminal de drogas assume o papel de definição dos horizontes da punitividade.

(...) a falência do sistema de políticas públicas, resulta na política intolerante de guerra. O fracasso ou a ausência da diplomacia e do diálogo abrem espaço para o caminho da violência. Assim, o Governo compensa suas deficiências através das forças policiais e do sistema Penal, sem tratar dos reais problemas da sociedade. Desviando o foco da ausência dos sistemas básicos de saúde e educação (LATTAVO, 2013).

Lattavo (2013) fomenta a tese de que o Estado precisa implementar políticas públicas que visem um projeto de segurança nacional e, em razão desta necessidade, se

⁸ Prefácio ao Livro “A política criminal de drogas no Brasil: estudo criminológico e dogmático da Lei 11.343/06” (CARVALHO, 2014, p. 25)

elege a figura de um inimigo a ser combatido. A figura eleita, segundo ela, hoje, é a do traficante de drogas.

Não obstante, a autora conclui que o Estado busca fundamentar suas ações de combate ao tráfico na redução da violência, uma vez que o traficante (inimigo eleito) é quem dá ensejo a ela. A autora combate tal suposição demonstrando que, na verdade, a violência deriva da própria política proibicionista implementada pelo Estado.

Não são as drogas que causam violência. O que causa violência é a proibição. A produção e o comércio de drogas não são atividades violentas em si mesmas. [...] Estudos apontam que o aumento da repressão acaba por aumentar também a violência, especialmente homicídios. Sem dúvida, a “guerra às drogas” mata muito mais do que o uso da droga propriamente dita (LATTAVO, 2013).

Orlando Zaccone, sustenta o mesmo entendimento, ensinando-nos que:

Em nome da proteção a vida, produzimos os maiores massacres (...) Se no período de 2001/2011 contabilizamos mais de 10 mil pessoas mortas a partir de ações policiais, podemos afirmar que parte significativa dessas mortes foi legitimada no marco de uma “guerra às drogas”. Não podemos afirmar, no entanto, se neste mesmo período tivemos o mesmo número de pessoas mortas pelo consumo destas substâncias proibidas”. (ZACCONE, 2016)

Neste cenário, a seletividade punitiva escolhe, através de estereótipos, alvos para as ações do sistema penal. Assim, a dificuldade de inserção no mercado de trabalho, as deficiências da estrutura familiar, o baixo nível de escolaridade, muito antes de se constituírem como causas da criminalidade, aparecem como identificadores do estereótipo do criminoso. “Este é o Estado da criminalização da pobreza em que vivemos, travestido por uma Política Criminal de Combate às Drogas” (LATTAVO, 2013)

O aumento do número de encarceramentos de mulheres tem relação direta com o fato da política implementada contra as drogas privilegiar uma abordagem repressiva em vez de uma política preventiva. Este sistema segue regras que violam diretamente princípios básicos e direitos processuais, ensejando o aumento do percentual carcerário feminino em razão do aumento das prisões cautelares e das restrições de garantias individuais.

O Comitê de Eliminação da Discriminação contra Mulheres, da ONU, expressou grande preocupação quanto ao encarceramento das mulheres por pequenas ofensas, incluindo o tráfico de drogas. O Comitê recomendou que os governos intensificassem os

esforços para compreender as causas da criminalidade feminina e procurassem alternativas às condenações e prisões para delitos leves (SENA, 2015, p. 46).

Sabe-se que, desde o fim dos anos 1980, as mulheres têm se envolvido de forma crescente nos crimes ligados a drogas, principalmente como consumidoras, como empregadas em pequenas atividades do varejo do tráfico e no transporte nacional e internacional (LIMA, 2015). Contudo, o aumento da quantidade de mulheres presas, resulta da opção por lidar com o tema das drogas por meio de políticas criminais que incidem precipuamente sobre os indivíduos que desempenham funções de pouca relevância e baixa remuneração no mercado transnacional das drogas.

Neste sentido, Luciana Boiteux (2016) nos instrui no sentido de perceber que:

Acima de tudo, a maioria das presas no Brasil são mulheres pobres que não ocupam posição destacada no mercado ilícito (...). Verifica-se claramente nesse perfil o fenômeno da feminilização da pobreza, que aponta que as mulheres são a maioria entre os mais pobres. As mulheres presas por tráfico no Brasil são os elos mais frágeis desse circuito extremamente lucrativo do mercado ilícito da droga, primárias, presas com pequenas quantidades, sozinhas, desarmadas, porém, sempre acusadas de tráfico.

De acordo com Soares (2002), a prisão de mulheres devido ao tráfico está ligada intimamente ao fato delas ocuparem posições de menor importância, subalternas ou periféricas na estrutura criminosa, permanecendo mais expostas a ações policiais, possuindo poucos recursos para negociar sua liberdade quando capturadas pela polícia.

3.1 - A prisão como primeira resposta

Aplicar o direito penal no Brasil é quase sinônimo de prisão, afinal, a maioria das condutas tipificadas como crimes acabam tendo como punição única a cadeia. A primeira resposta do Estado a insegurança, a violência e ao tráfico, senão a única na atualidade, é recorrer ao direito penal para que este encarcere. E isso não é exclusividade do direito Brasileiro, “em diversos Estados como México, Costa Rica e Peru, restrições à liberdade ou casos que supostamente abonem o uso da pena privativa de liberdade, aumentaram exponencialmente”. (Riego e Duce, 2008)⁹.

⁹ Riego, C. y Duce, M. (2008). Prisión preventiva y reforma procesal penal en América Latina: evaluación y perspectivas. Santiago de Chile: Centro de Estudios de Justicia de las Américas. Disponível em <http://biblioteca.cejamericas.org/handle/2015/3133>. Acesso em: 13 de novembro de 2019.

Mesmo os representantes do povo (deputados e senadores), fomentam exacerbadamente a prisão, afinal, aprovam regimes constitucionais de exceção (Lei nº 13.840 de 05/06/2019)¹⁰ para crimes relacionados ao tráfico de substâncias ilícitas, principal crime do universo prisional feminino, isso sem contar o contínuo, histórico e ininterrupto aumento das penas relacionadas as drogas.

Inclusive, um dos focos iniciais desta pesquisa, era demonstrar que o número médio de anos de prisão impostas a crimes como estupro e homicídio, por exemplo, aumentaram significativamente desde a promulgação da carta constitucional em 1988, entretanto, as sanções e penas relacionadas as drogas, cresceram de maneira muito mais rápida e consistente, afinal, a política de guerra às drogas estabelecida no mundo desde o início do século, vem há muito produzindo efeitos nefastos, na medida em que sob pretexto de combatê-la, está acabou se transformando em seu grande catalisador.

Em seu livro *Punir os Pobres*, Loïc Wacquant, demonstra que nos países da América Latina, houve uma clara expansão no uso da legislação criminal para combater as drogas ilícitas, desconsiderando-se até, o custo¹¹ que isso acarreta ao Estado. Em alguns deles como o Brasil, os presos por crimes relacionados a drogas, recebem uma sentença bem mais severa e restritiva se comparado a outros crimes com potencial de lesividade ainda maior (estupro e crimes no trânsito), no referido contexto, o encarceramento, via de regra, tornou-se a única e exclusiva resposta as drogas e, por consequência, impulsionou o constante crescimento da população carcerária, conforme salientado por Figueiredo:

De fato, o crescimento acelerado da população carcerária em todo o País nos últimos anos deu-se em decorrência do endurecimento das penas, e envolveu especialmente os delitos equiparados a hediondos, dentre eles o tráfico de entorpecentes, antes sujeito a regime integralmente fechado. Considera-se, então, a política criminal de drogas no Brasil como um dos fatores que mais contribuiu para o agravamento da população carcerária na última década, situação que só tende a piorar com a nova lei¹².

¹⁰ Altera o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD), que coordena medidas relacionadas à prevenção do uso de psicoativos, à atenção à saúde de usuários e à repressão ao tráfico, facilitando até, a internação compulsória dos usuários.

¹¹ Os Estados Unidos, país que constitui o grande modelo e incentivador da proibição, despedem, atualmente, mais de US\$ 9 bilhões anuais somente para manter encarcerados violadores de normas penais relativas a drogas. – DAVENPORT-HINES, Richard. *The pursuit of oblivion: the global history of narcotics*. London – New York: W. W. Norton. 2002. P. 11.

¹² FIGUEIREDO, Luciana Boiteux de. *O controle penal sobre as drogas ilícitas: o impacto do proibicionismo sobre o sistema penal e a sociedade*. Tese de Doutorado. Faculdade de Direito da USP, 2006.

Em termos internacionais, segundo o levantamento do INFOPEN, o Brasil é o terceiro país no mundo com maior número de pessoas presas. Tem menos presos que os Estados Unidos (2.145.100 presos) e a China (1.649.804 presos). O quarto país com maior número de presos é a Rússia (646.085 presos).

Figura 01 - Países com maior número de pessoas encarceradas

Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - Análise comparada (2017)

Michel Foucault, em seu livro *Vigiar e Punir: história da violência nas prisões*, fornece ao leitor uma perspectiva arqueológica, cronológica, genealógica, antropológica e sociológica da evolução dos castigos, da Idade Média até a Idade Moderna. Segundo o filósofo francês, a delinquência é a vingança da prisão contra a justiça. No capítulo quatro, sobre as prisões, o autor denuncia a prisão como o grande fracasso da justiça penal, trazendo uma série de críticas que lhe foram feitas, desde quando se tem notícias de sua implementação e que se repetem nos dias atuais. Foucault conclui que a prisão não diminui as taxas de criminalidade - ao contrário, provoca a reincidência, fabrica novos delinquentes, fortalece uma administração arbitrária, a corrupção e o medo. A prisão traz, também, segundo o filósofo, um duplo prejuízo para a economia de uma civilização: diretamente, pelo custo de sua organização e sustento e, indiretamente, pelo custo da delinquência, já que não a reprime. São conhecidos os efeitos criminógenos da prisão e amplamente citados pela literatura especializada, incumbindo ao poder público a difícil

tarefa de minimizar seus aspectos negativos e fazer com que exerça algum influxo positivo sobre a pessoa do apenado.

Quando olhamos o universo feminino, a série histórica das mulheres privadas de liberdade entre os anos de 2000 a 2017, apresenta um crescimento exponencial, o que comprova o histórico, desenfreado e constante crescimento do encarceramento da mulher.

Tabela 02 - Evolução das mulheres privadas de liberdade entre 2000 e 2017

Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública. A partir de 2005, dados do INFOPEN.

Nota: população em milhar

É com base nestes atos Estatais que a inflação punitivista leva mais de 10,4 milhões de pessoas a serem privadas de sua liberdade em todo o mundo, cerca de 3,7 milhões ou 36%, estão em prisões no continente americano. De acordo com os dados do Resumo Prisional Mundial compilado pelo Centro Internacional de Estudos Penitenciários da Universidade de Essex (ICPS), 6 dos 10 países selecionados no estudo (Estados Unidos, Brasil, México, Colômbia, Peru e Argentina) estão entre os 25 países com o maior número de pessoas presas no globo. Tais países concentram sozinhos, quase um terço da população carcerária mundial (32,5%).

Destaque-se, que o crescimento da população carcerária no continente sul-americano foi maior do que em outras partes do mundo, sendo que no Brasil, houve verdadeiramente uma explosão prisional de 2000 a 2016, pois, só população penitenciária

feminina aumentou nesse período, mais de 500%¹³. Se considerados dados atualizados até 2018, o aumento se aproxima de 700%, conforme estudos da Diretoria de Análise de Políticas Públicas da Fundação Getúlio Vargas (Dapp/FGV).

Tabela 03 - Taxa de aprisionamento de mulheres no Brasil entre 2000 e 2017

Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - INFOPEN, junho /2017
Para os cálculos das taxas foram utilizados dos dados da PNAD continua/ IBGE 2017

Tendo em conta o tamanho da população, o continente americano não é apenas o que mais aprisiona sua população, mas também o que teve o maior crescimento carcerário no século XXI. O Brasil tem taxas de encarceramento superiores à média global, desconsiderando-se países que geram a maior distorção estatística (ou seja, os Estados Unidos da Américas, Rússia na Europa, China e Índia na Ásia e Ruanda na África), ocupando o 26º posto, no índice de superpopulação carcerária, dentre entre 222 países/territórios. É o terceiro país com maior número de pessoas presas com 172% de ocupação de suas prisões, segundo a *World Prison Brief*, base de dados da Universidade de Londres.

Segundo dados fornecidos pela Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo, pode-se constatar um significativo aumento do número de mulheres aprisionadas, porém, um reduzido aumento no que se refere aos estabelecimentos

¹³ ARCANJO, Daniela. Mulheres invisíveis: as presas no Brasil por tráfico. Calle2 Revista Eletrônica. Disponível em: https://calle2.com/mulheres-invisiveis-as-presas-no-brasil-por-trafico-de-drogas/?fbclid=IwAR2xmNry8Go3czgLoDGxEwYaWZGq54juRqYNF74kwaq1ZBr4U1vJ6r9jvtQ#.Xcv2o_31qGw.facebook. Acessado em setembro de 2019.

carcerários femininos. Percebe-se, a partir dos dados colhidos, que a maioria destas mulheres estão na prisão pelo crime do tráfico, muitas envolvidas afetivamente com membros de associações criminosas.

No que tange aos motivos pelos quais as mulheres infratoras são em menor número que os homens sobre uma perspectiva macro, pode-se intuir, pelos estudos aqui apresentados, que o costume da família patriarcal em que as jovens são socializadas de forma diferente, de modo que as mulheres incorrem menos em comportamentos antissociais e desviantes por razões sobretudo culturais, já que são educadas a adotar um comportamento dócil, apesar disto, as mulheres encarceradas, fomentam uma taxa de ocupação prisional histórica no país.

Figura 02 - Ocupação das Prisões da América Latina.

Fonte: Centro Internacional de Estudos Penitenciários da Universidade de Essex (ICPS)

Este cenário denota a falência do sistema prisional como medida de combate à violência e contenção da criminalidade, demonstrando que, em vez de cumprir com o fim que motiva sua criação, qual seja, a reinserção da mulher ao ambiente social, o modelo

de penalização tem impulsionado o aumento da estigmatização das prisioneiras e o aumento da criminalidade, posto que, os indivíduos que sofrem sanções provenientes do encarceramento, como regra, são simplesmente aglomerados, tal qual uma mercadoria.

3.2 - A política brasileira de guerra às drogas

A política criminal de drogas, desde os processos de criminalização, de sua estruturação dogmática, até o de operacionalização das agências repressivas do Estado, define, segundo Salo de Carvalho (2007), espécie de tipo ideal de repressão e de gestão do sistema penal nacional, além de possibilitar uma definição de toda a estrutura repressiva do País.

Certo é que o tema da política de drogas é extremamente vasto, tendo em vista que configura um campo de convergência multidisciplinar de diversos saberes. Como não seria possível abordar neste trabalho todas as nuances da referida temática, a análise feita levará em conta o eixo ideológico da política de drogas adotada no Brasil, dos quais as mulheres envolvidas no tráfico de drogas, certamente, também são alvos.

Observa Sintia Helpes (2014, p. 67), que toda vez que determinada política de combate a certo tipo de atividade ilícita passa a ser central, temos uma nova configuração no perfil da população carcerária. Daí a importância de se estudar a política criminal de drogas que vem sendo adotada no Brasil para se compreender o fenômeno do aumento da população carcerária feminina, em especial pela prática do crime de tráfico de drogas.

Ao discorrer sobre a política criminal de drogas, Luciana Boiteux Rodrigues (2006, p. 21) afirma que “(...) o controle penal sobre a droga atua por meio da proibição do consumo e da venda de determinadas substâncias, e seu discurso punitivo fundamentado no conceito de “nocividade” de determinadas substâncias, e impõe um comportamento individual à coletividade, moldado sobre o ideal de abstinência como virtude a ser seguida”.

Partindo dessa compreensão, RODRIGUES (2006, p. 22-23) pondera que, não obstante a proibição, pesquisas têm mostrado que as drogas continuam sendo largamente consumidas, tendo se inserido em um amplo mercado ilícito. Ainda dentro desse aspecto, a autora afirma que uma das consequências desse modelo proibicionista é a marginalização de um número cada vez maior de pessoas que não se enquadram no modelo de conduta preconizado pela norma proibitiva.

Há autores que entendem que a motivação política do proibicionismo em nosso país constitui, nada mais, nada menos, que uma estratégia de controle social, haja vista que os critérios médicos e farmacológicos não definem, efetivamente, quais drogas devem ser proibidas. Segundo Thiago Rodrigues (2004, p. 72), as legislações antidrogas “devem ser entendidas apenas como instrumentos impulsionadores de dispositivos de controle extremamente úteis para a manutenção da ordem”.

No Brasil, autores como Salo de Carvalho, Vera Malaguti Batista, Maria Lúcia Karam, entre outros, possuem estudos críticos importantes sobre o discurso repressivo da droga. BATISTA (1995, p. 1), por exemplo, defende que “(...) o sistema neoliberal produz uma visão esquizofrênica das drogas, especialmente a cocaína”. Isso porque, segundo a autora, “Por um lado, estimula a produção e circulação dela; e por outro lado constrói um arsenal jurídico e ideológico de demonização e criminalização desta mercadoria”.

No mesmo sentido, HELPES (2014, p. 84) também entende que a política de combate ao tráfico, baseada na criminalização das drogas e no aumento do número de prisões dos envolvidos, “não tem se mostrado eficaz, uma vez que a atividade continua ocorrendo, e de forma violenta”. Isso significa que essa política criminal repressiva de combate às drogas, (pretender, bater e segregar) “resolver” tão somente, a questão do tráfico minudo, de venda particularizada, isso com o uso da força e da restrição da liberdade, o que representa, na verdade, um enorme fracasso¹⁴.

Aliás, Maronna (2014, p. 47) ressalta que, quando se trata da questão das drogas, a corrupção jamais pode deixar de ser lembrada. O autor afirma que, não por acaso, o principal beneficiário da proibição de determinadas drogas acaba sendo o próprio crime organizado transnacional.

Nessa mesma linha, registra que, nos EUA, durante a Lei Seca, o comércio clandestino de bebidas alcoólicas proporcionou vultosos ganhos financeiros para alguns grandes mafiosos. “Nesse caso, a proibição também não foi capaz de impedir que pessoas ingerissem bebidas alcoólicas, mas causou muitos danos sociais, como o aumento da corrupção e de problemas de saúde relacionados ao consumo de bebidas alcoólicas produzidas clandestinamente em precárias condições sanitárias” (p. 47), pondera a autora.

Assim, compartilhando da mesma compreensão que Mellim Filho (2010, p. 75-76), também entendo que essa guerra contra as drogas, em todos os países, reforçou,

¹⁴ No mesmo sentido: MORAIS, Renato Watanabe de; et. al. Breves considerações sobre a política criminal de drogas. In: SHECAIRA, Sérgio Salomão (org.). Drogas. Uma nova perspectiva. São Paulo: IBCCrim, 2014.

concretamente, o controle do Estado sobre as classes “potencialmente perigosas”, responsável, em grande parte, pelo crescimento da população carcerária.

Embora a história do proibicionismo em nosso país revele um aumento do interesse pela repressão ao uso de drogas, Del Olmo (2002, p. 66) observa que as drogas nem sempre foram um problema. “Converteram-se em problema quando deixaram de ter exclusivamente valor de uso para adquirir valor de troca e converterem-se, assim, em mercadorias sujeitas às leis da oferta e da procura”, o que levou diversos países a adotarem posturas cada vez mais repressivas, em resposta a acordos e tratados internacionais que se multiplicaram no século XX, a partir da liderança dos Estados Unidos.

A militarização da segurança pública para o controle do tráfico de drogas se caracteriza pela transposição de concepções, valores e crenças da doutrina militar para as agências civis de controle do crime, “(...) acarretando no seio da sociedade (a ideologia não atinge só as organizações policiais) a cristalização de uma concepção centrada na ideia de guerra (quando se tem um inimigo declarado ou potencial a ser destruído com a força ou neutralizado com a inteligência militar). Daí a concepção maniqueísta - os “bons” contra os “perigosos” da sociedade - refletida nas práticas do sistema político-judicial (...)”, avalia SILVA (1996, p. 501).

Nesse contexto, pergunta-se: qual seria o custo social dessa criminalização? Ainda: quem são as pessoas que, atualmente, são (ou estão) presas por tráfico de drogas?

A critério exemplificativo, uma pesquisa¹⁵ realizada por Luciana Boiteux, Wiecko et al. (2009), entre março de 2008 a julho de 2009¹⁶, analisou sentenças e acórdãos condenatórios pelo crime de tráfico de drogas, no foro central estadual e federal das cidades do Rio de Janeiro e de Brasília/DF, tendo sido constatado que a maioria dos condenados por tráfico de drogas (o equivalente a 61,5%), tanto no Distrito Federal quanto no Rio de Janeiro, atuou de forma individual (ou, pelo menos, foram presos sozinhos), sendo que 66,4% dos condenados eram primários e foram apreendidos com quantidade de drogas insignificantes.

Para as pesquisadoras, “(...) o dado é eloquente no sentido de revelar que, à diferença da ideia difundida pelo senso comum, o traficante não é, “por definição”,

¹⁵ Essa pesquisa foi realizada no curso do Projeto Pensando o Direito, uma parceria entre a Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD.

¹⁶ O recorte temporal foi fixado entre 07/10/2006, desde o momento da entrada em vigor da Lei n. 11.343/2006, que é 31/5/2008.

integrante de “organização criminosa”, nem atua, necessariamente, em associação” (p. 51). Ainda, esses dados revelam que os pequenos e microtraficantes - categorias em que está inserida a maioria das mulheres presas por tráfico de drogas - são os elos mais frágeis da estrutura do comércio de drogas ilícitas e, conseqüentemente, são os que mais sofrem toda a intensidade da repressão penal.

A pesquisa também identificou que, em ambas as cidades, a maior ocorrência¹⁷ das causas de aumento de pena previstas no art. 40 da Lei n. 11.343/2006 referia-se à prevista no inciso III, relativa ao tráfico de drogas praticado nas dependências ou nas imediações de estabelecimentos prisionais, dado que também deve ser pensado a fim de que possamos compreender o aumento de mulheres presas por tráfico.

Considerando que, atualmente, o tráfico de drogas é o principal crime cometido por mulheres - sujeitos da presente pesquisa -, é importante que se pense as mulheres encarceradas como indivíduos integrados nessa rede de violência. Assim, a discussão acerca do aumento do número de mulheres encarceradas por tráfico de drogas nos permite formular a seguinte questão: será que esses dados, de fato, evidenciam uma maior adesão da mulher ao crime, nas mesmas proporções em que revelam os índices oficiais, ou será que eles podem ser interpretados como o resultado de uma política nacional antidrogas, que prioriza o encarceramento de pessoas envolvidas com esse tipo de atividade? (HELPEs, 2014, p. 67).

Fundamentalmente, na maioria dos casos, os efeitos secundários da questão das drogas são superiores aos próprios efeitos primários; não raramente, a resposta punitiva produz mais danos à sociedade e ao usuário (ou ao dependente) do que a própria droga em si. Isso porque “a criminalização destes indivíduos impede a aproximação deles de forma produtiva, já que dessa maneira eles são inseridos em um círculo diabólico regulado por acusações e culpabilizações. Dessa maneira, não existe mais qualquer possibilidade de solução para seus impasses existenciais”, conforme registra BIRMAN (2000, p. 222-223).

Entendimento semelhante também é o de SHECAIRA (2014, p. 249), ao afirmar que “não há mais como se negar que a proibição das drogas levou a resultados contraditórios aos fins que declara perseguir e gerou conseqüências adicionais tão graves ou mais graves que esses resultados”.

17 No Rio de Janeiro, o percentual de incidência da majorante relativa a - estabelecimento prisional foi de 26,8% e, no Distrito Federal, de 40,7% (p. 62-65).

Para CARVALHO (2013), que também compartilha da ideia de que essa política de guerra às drogas é, na verdade, um grande fracasso, um efeito visível dessa militarização da repressão às drogas é a constante violação de direitos e garantias fundamentais dos grupos vulneráveis da população, em especial as mulheres.

Aliás, SHECAIRA (2014) observa que “(...) os efeitos perversos do proibicionismo são potencializados nos países marcados pela desigualdade e pela exclusão social, como é o caso do Brasil e dos demais países em desenvolvimento, muito embora sejam também detectados nos países desenvolvidos”. Conclui o autor que “(...) o proibicionismo acarreta maiores danos à sociedade e à saúde pública do que protege esses mesmos fins, razão pela qual defende-se deva ser substituído por um modelo alternativo mais tolerante e humanitário”.

Assim, partindo da compreensão de que o proibicionismo e a repressão não têm trazido nenhum êxito para a sociedade, é necessário repensarmos novas políticas públicas e revermos a maneira com que estamos lidando com as drogas, sobretudo com as mulheres que são encarceradas pelo tráfico de drogas.

3.3 - As mulheres do tráfico

Neste ponto, falar-se-á das mulheres envolvidas com o mundo do tráfico de drogas. Tratasse de merecido destaque, uma vez que elas têm presença marcante dentro do mundo da venda e consumo ilegais de drogas. O livro e documentário Falcão: Mulheres e o Tráfico (BILL; ATHAYDE, 2007) pautará os estudos deste tópico.

Celso Athayde (2007) identificou pelo menos 16 atividades no tráfico ligadas às mulheres durante os oito anos de pesquisa que realizou no universo do crime.

Eu imagino que 20% dos serviços das bocas-de-fumo sejam desenvolvidos por mulheres. Elas estão em todas as áreas na escala do tráfico. É claro que existem menos mulheres do que homens, mas elas estão ocupando espaços na hierarquia do crime (GUIMARÃES, 2007).

Nem todas as mulheres acusadas e presas pelo crime tráfico de drogas são, necessariamente, traficantes, mas, devido a seletividade punitiva do Estado, todas elas enfrentam condenações pelo fato de serem mulheres, pobres, negras e estarem inseridas no estereótipo do criminoso (LATTAVO, 2013).

Essas mulheres são normalmente mais vítimas do que culpadas. Vítimas de uma situação de falta de condições mínimas de sobrevivência, de uma vida digna. Para elas, vender droga passa a ser uma forma de sobrevivência própria e da família, avalia o promotor de Justiça Vetuval Martins Vasconcelos, vice-presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (DST, AIDS, HEPATITES VIRAIS, 2016).

Não obstante, os padrões e imposições sexistas se reproduzem dentro da criminalidade. Isto quer dizer que a divisão sexual do trabalho existente no mercado de trabalho formal se repete no âmbito ilícito, reforçando a ideia da atuação feminina em serviços domésticos e a liderança como papel desempenhado por uma figura masculina, ainda quando inseridos em um contexto criminoso.

Esse aumento de mulheres presas por causa do tráfico teria por causa a maioria das mulheres desempenhar funções subalternas na escala hierárquica, sendo, assim, mais facilmente presas, em ordem decrescente de frequência e importância da função feminina associada ao tráfico: “bucha” (pessoa que é presa por estar presente na cena em que são efetuadas outras prisões), consumidoras, “mula” ou “avião” (transportadoras da droga), vapor (que negocia pequenas quantidades no varejo), “cúmplice” ou “assistente/fogueteiro”. Além do evidente aumento da violência por causa do tráfico de drogas em ambos os sexos, haveria uma baixa condescendência por parte do sistema de justiça em relação à condenação das mulheres. (SOUZA, 2009)

A percepção do papel desempenhado pela mulher quando envolvida em atividades criminosas tem a importante função de aprofundar o questionamento acerca da correlação entre a questão de gênero e a opressão feminina. É inegável que muitos discursos pautados na moralidade religiosa (idealização da mulher casta) ou no determinismo científico (a ideia da mulher racionalmente limitada) ainda têm amparo dentro do ordenamento jurídico e vinculam-se diretamente com o aumento da criminalização das mulheres.

Diante de uma sociedade que predestina papéis socialmente aceitáveis às mulheres, surge a concepção de que a mulher que atua de forma criminosa é considerada duplamente desviante: além de transgredir a lei, ela também desobedece aos padrões impostos pela sociedade, intimamente ligados àquilo que se considera uma conduta feminina apropriada.

As mulheres estão ocupando posições, até agora, estritamente masculinas no tráfico de drogas. Algumas (poucas) delas já chegaram ao alto escalão da criminalidade e desempenham todas as funções nas bocas-de-fumo. Podem ser as donas do negócio, as

responsáveis pela segurança dos chefes ou as que preparam e vendem as drogas. Cumpre notar que estas mulheres são uma ínfima minoria que faz parte da exceção à regra.

O universo feminino constitui ainda uma rede de apoio aos homens envolvidos no tráfico. Há mulheres que sobrevivem vendendo comida, comprando roupas, cuidando dos feridos, ajudando os que saem da prisão, pagando propinas a policiais e até satisfazendo sexualmente os traficantes.

Será analisado agora as mulheres ditas tráfico, de acordo com a narrativa de MV Bill e Celso Athayde¹⁸, sendo a base para a elaboração deste tópico da pesquisa.

A primeira personagem da história do tráfico apresentada por MV Bill e Celso Athayde é a Mina do homi (sic). Esta mulher, segundo os autores é a primeira-dama do crime. Ela exerce o poder informal na favela e não dá a palavra final em nenhuma ação criminosa, geralmente está envolvida com eventos culturais, mas os gerentes das bocas de fumo sempre prezam sua opinião, ainda que isto os desagrade, pois é ela quem faz o contato entre o traficante, chefe da favela, preso, e o demais soldados do tráfico que permanecem na favela (BILL; ATHAYDE, 2007, p. 28).

Ela era linda e falava compulsivamente, muito diferente das chefonas que eu conheço. (...) chamavam ela de Meire, se bem que vi várias pessoas chamarem ela de outros nomes. Meire disse que nada tinha a ver com o crime, que odiava o crime, que estava só ajudando o marido. (...) na prisão, tive a clareza do quanto o Foca (marido de Meire e chefe da favela) tinha o controle da favela (...) e ela estava com ele por amor (BILL; ATHAYDE, 2007, p. 36-46).

As mães que têm filhos e filhas envolvidos com o comércio de drogas são, também, mulheres que, indiretamente, estão incluídas na dinâmica do tráfico. Segundo Celso Athayde, muitas mulheres que estão envolvidas com o tráfico nem sempre trabalham para ele; algumas delas são mães cujos filhos estão na vida do crime traficando, tomando conta das bocas ou trabalhando para o tráfico de outras maneiras.

Pode parecer absurdo, mas tem aquelas (mães) que, para protegê-los, passam a noite por perto, nos seus plantões, com receio de que eles sejam surpreendidos pela polícia, e vão dormir na madrugada quando o perigo e o risco de invasão são menores. Elas se tornam cúmplices de seus filhos marginais, porém, para elas, trata-se simplesmente da vontade de proteger e instintos maternos. (ATHAYDE, 2007, p. 75)

¹⁸ MV Bill; ATHAYDE, Celso. Falcão: mulheres e o tráfico

A terceira figura que Bill e Athayde trazem é a da mulher chefe do tráfico, que controla o crime e domina a favela. É desempenhando funções masculinas e sendo reconhecida, principalmente, pelos homens como a dona da favela, essas mulheres se destacam em meio as outras mulheres do tráfico (BILL; ATHAYDE, 2007, p. 81).

O seu poder não é somente garantido pelo exercício de tarefas reconhecidas como predominantemente masculinas e pelo grau de violência que envolvem, mas, sobretudo, pela legitimação dos homens de tal poder e da submissão dos mesmos a ele.

(Vacarella) não parecia sentir tristeza por estar preso; pelo contrário, parecia ter orgulho de estar garantindo a liberdade de sua progenitora, cujo nome é Leda. Ele foi se empolgando e começou a falar da técnica da sua mãe para traficar e dominar as favelas. (...) ele disse que o seu pai nunca foi ‘o frente’ das favelas que dominava, que a mãe é quem era o cérebro e o pai executor das ações¹⁹.

(Dona Leda) não tratava nenhum deles bem. Parecia que os bandidos subalternos precisavam ser maltratados para não perderem o ritmo da opressão e não pensarem em dar o golpe de Estado (...) na patroa (BILL; ATHAYDE, 2007, p. 116).

Sobre as chefes do tráfico, MV Bill e Celso Athayde, trazem mais um relato, a história de Ritinha/Robson (BILL; ATHAYDE, 2007, p. 209). Ritinha é uma transexual que comanda uma favela. Agredida sexualmente pelo pai quando criança, tentou o suicídio após não conseguir fazer uma autocastração em casa.

Ritinha, segundo MV Bill, assumiu a chefia do tráfico após o dono do morro ser preso e ela, que era braço direito do mesmo, teve que assumir a favela, “saindo da administração para o confronto direto, para a exposição pessoal”, tendo que decidir se “assumia definitivamente sua condição de mulher ou ficava na discrição. Decidiu assumir seu lado mulher, mas mantendo a seriedade que o trabalho exigia” (BILL; ATHAYDE, 2007, p. 222-223).

A quarta personagem feminina da dinâmica do tráfico é a mulher que trabalha por falta de dinheiro ou, segundo Athayde, por um motivo ainda pior: devido ao envolvimento de seu marido com o crime organizado.

De acordo com o relato de Celso Athayde essas mulheres, geralmente, não têm oportunidades na vida e trabalham desde crianças para complementarem a renda de suas

¹⁹ Segundo relato de Celso Athayde (2007, p. 86), Vacarella era um presidiário inocente, que havia se auto incriminado no lugar de sua mãe, Dona Leda, chefe da favela, quando ela foi pega com um caminhão de cocaína pela polícia em um galpão da família. Com a mãe presa com um carregamento de drogas, o filho resolveu assumir a responsabilidade do crime diante da polícia.

famílias. Muitas delas se envolvem com parceiros que têm vínculos com o tráfico e, assim, estabelecem a conexão com o mundo do crime.

Outras entram no mundo do tráfico atrás de sustento para suas famílias, ou por não conseguirem emprego no mercado formal ou porque estes não pagam o suficiente para o sustento da casa.

Eu “tava” (sic) trabalhando como doméstica numa casa, mas não “tava” (sic) dando para sustentar meus três filhos mais o barraco. Meu desespero começou a aumentar. Fiquei perdida, enlouqueci por dois dias e resolvi entrar para o crime “pra” (sic) ter uma grana extra, “pra” (sic) sustentar minha família. Parecia que eu já tinha vivido aquilo, eu “tava” (sic) acabando com o mesmo destino da minha mãe. (...)

“Tava” (sic) lá fazendo meu servicinho discretamente (...) quando chegou uma garota (...) perguntando se eu tinha bala. (...) Quando fui botar na mão “pra” (sic) mostrar a mercadoria, ela sacou a arma e disse que eu “tava” presa. Pronto (...) minha vida tinha terminado ali. (...)

Fiquei quatro anos presa (...), mas eu aprendi muita coisa na cadeia nesta vida. Na cadeia todo mundo sabe disso, por isso a mulherada lá é unida. Várias delas já cumpriram pena e “tão” (sic) lá ainda, porque ninguém tem o interesse de tirar elas dali. Deixa elas apodrecerem lá porque dão menos problemas. É o que os diretores de presídio querem, é o que a sociedade quer.

Aprendi que quem mora na favela ou quem já passou pela prisão é rotulado pela sociedade sempre de favelado ou de preso pelo resto da vida. (...) Qual é? (...) A gente faz tem que pagar por isso o resto da vida?! (BILL; ATHAYDE, 2007, p. 121-129)

Um mercado de prostituição foi criado dentro das próprias comunidades para atender os falcões²⁰. Nas favelas as jovens que se prostituem são identificadas como “boqueteiras” (sic) do tráfico (BILL; ATHAYDE, 2007, p. 141). A maioria dessas mulheres têm entre 13 e 20 anos e buscam nos jovens traficantes reconhecimento, drogas e dinheiro. Em geral, elas se prostituem na própria boca de fumo enquanto os falcões tomam conta das mesmas. Em troca, as “boqueteiras” (sic) recebem uma pequena quantidade de cocaína, algumas pedras de crack e, no máximo, cinquenta reais. Às vezes, ganham não mais de cinco reais por programa (BILL; ATHAYDE, 2007, p. 162-167).

Em mais um de seus relatos, MV Bill passa a descrever a mulher de bandido, mais uma das mulheres que, indiretamente, entram no mundo do tráfico de drogas. Segundo

²⁰ Falcão é o jovem que vigia e protege os traficantes, a “boca” e os moradores da comunidade, é aquele que está no tráfico noturno. Não dorme, e para manter-se acordado, na grande maioria das vezes, faz uso de drogas

ele, casar com um homem que trabalhe no tráfico, no contexto social das favelas, representa algo que desperta o fascínio das mulheres, uma vez que são promovidas à posição de esposas do crime.

Priscila (...) era uma menina de 17 anos, mas que já tinha muita coisa de bagagem. Já tinha dois filhos com dois “caras” (sic) diferentes. (...) os dois eram bandidos. Casou pela primeira vez aos 13. Isso porque não aguentava viver na sua casa, morava com cinco irmãos, a mãe e um padrasto que abusava dela sexualmente. [...] E ainda tinha o glamour, o brilho que representava casar com um cara que trabalhava no tráfico. (BILL; ATHAYDE, 2007, p. 193)

A sétima história das mulheres do tráfico apresentada por MV Bill e Celso de Athayde é a de uma mãe, Dona Marlete, chefe de família. Ela, junto aos seus dois filhos, ajudava em uma boca de fumo vendendo e entregando a droga. Nas palavras dela, quem vai desconfiar de uma senhora entrando em qualquer lugar que seja? (BILL; ATHAYDE, 2007, p. 232).

Dona Marlete começou a chorar, até soluçava. Suas lágrimas e sua fala não me convenciam de que ela tinha certeza de nada que dizia, mas de toda maneira, dizia o que vinha em sua mente. Não estou dizendo que ela mentia sobre seus sentimentos e convicções. Estou dizendo que ela estava naquela vida, enterrada com sua família inteira e, no fundo, não sabia o porquê. (BILL; ATHAYDE, 2007, p. 235)

A tia do lanche, de acordo com o relato escrito por Celso de Athayde, é uma mulher de meia-idade que percorre a favela empurrando uma bicicleta adaptada, levando seus produtos para vender aos trabalhadores da noite. Celso narra que ela saía todas as noites pelas vielas e becos da favela para vender comida aos falcões durante o expediente

Celso: o que a senhora acha desses meninos (falcões), do trabalho deles?

Tia: (...) é necessidade, sabia? ... Eles não têm outra coisa “pra” (sic) fazer... ou fazem isso ou morrem de fome e deixam a família morrer também. “É que nem eu” (sic)! Se eu não tivesse esse dinheirinho que ganho aqui, nem sei!!! Tenho meus netos “pra” (sic) alimentar... são três. Meu filho morreu assassinado, e a mãe das crianças foi embora e me deixou os três de presente... (...) Acordo uma e vinte da manhã (...), quando “é” (sic) três e meia, eu desço. Eu saio com tiroteio, com chuva, com sol (...).

Celso: como a senhora age quando começa um tiroteio?

Tia: “teve” (sic) um dia que eu (...) cheguei ali e vi um carro preto (...) mandando bala! Quer saber? Joguei a “bicicreta” (sic) ali, e fiquei abaixada. (...) Esperei o tiro acabar e voltei “pra” (sic) luta... continuei vendendo meus salgados! Quem ficou tinha que trabalhar, comer “pra” (sic) trabalhar de barriga cheia. (BILL; ATHAYDE, 2007, p. 239)

A última história narrada é a de Leandra, uma jovem de dezessete anos, moradora da favela e que exerce a atividade de falcão do tráfico. Ela conta que decidiu entrar para o movimento após a morte de seu pai, quando precisou de dinheiro. Quando começou a trabalhar no tráfico Leandra vendia a carga, mas depois passou a trabalhar na boca de fumo, junto ao seu irmão, também falcão.

Governo e polícia “é” (sic) a mesma coisa. Polícia que era “pra tá” (sic) como?... Preso. Já matou “várias gente” (sic), era “pa tá” (sic) preso e “tá” (sic) na rua. Andando assim armado. Solução... acho que não tem mais solução não. Esse bagulho (guerra às drogas) já expandiu muito. “Pra” (sic) mim já expandiu muito... “É” (sic) muitas armas. Tipo um exército já. Eu faço parte de um exército, e o motivo da minha luta é tipo assim a independência. Eu dependo mesmo “de tá aqui” (sic) ... Senão não “tava” não. (BILL; ATHAYDE, 2007, p. 252)

Pode-se dizer que o funcionamento do tráfico de drogas se sustenta basicamente pelo pequeno comércio que agrega em sua maioria mulheres ou jovens e gera renda para todos os envolvidos. As mulheres que fazem parte do cotidiano do tráfico de drogas, raramente, chegam aos postos mais elevados. Como se nota, elas cumprem as funções mais subalternas na hierarquia econômica do tráfico e estão mais sujeitas a política criminal de drogas e a seletividade punitiva do Estado. Este tipo de filtragem começa na instância inquisitória, quando a autoridade policial, baseada em preconceitos e estereótipos, seleciona quem de fato é o criminoso.

Vera Andrade (1995, p. 26) explica que uma conduta não é considerada criminal em si, nem seu autor um criminoso por consequência de sua personalidade ou influências do ambiente em que vive. A criminalidade se revela, principalmente, como status atribuído a determinados indivíduos mediante de um duplo processo: a definição legal de crime, que atribui à conduta o caráter criminal e a seleção que etiqueta e estigmatiza um autor como criminoso entre todos aqueles que praticam tal conduta.

O tráfico permeia-se por todas as classes sociais, contudo a repressão se manifesta apenas contra a classe mais empobrecida, estabelecida nas favelas e comunidades com poucos recursos econômicos. Nestes ambientes, o Estado exerce o seu poder punitivo de forma desmedida e desgovernada, violando direitos de cidadão simplesmente por enquadrarem-se em um suposto perfil criminoso. Do direito, a área que mais se aproxima do pobre e a que mais lhe é empregada é o Direito Penal (JACINTO, 2011, p. 44).

Moura afirma que não são as mulheres que, na maioria das vezes, procuram o tráfico, mas é o tráfico que chega às suas vidas (MOURA, 2005). Seja por necessidade financeira, por influência sofrida por meio do marido/companheiro ou, até mesmo, pela vontade de se destacar dentre as demais mulheres, todas as detentas envolvidas com o tráfico de drogas encontraram neste crime a sua sentença a uma vida de estigmatização e de submissão a tratamentos degradantes sofridos no interior dos estabelecimentos prisionais.

3.4 - O sistema penal e seu efeito sobre a mulher

Segundo a pesquisadora Corina Giacomello (2013, p. 17), as mulheres presas por delitos relacionados a drogas são afetadas por três níveis de exclusão que se traduzem em uma sentença de tripla dimensão.

A primeira dimensão da condenação ocorre antes da instauração de qualquer processo. A exclusão da mulher se dá antes mesmo do seu encontro com a justiça criminal, uma vez que está sujeita a fatores de discriminação que se manifestam na assimetria das relações de poder entre homens e mulheres na hierarquia do tráfico de drogas.

Essa assimetria de poder referente ao gênero é constatada no modo como geralmente ocorre o recrutamento das mulheres para trabalharem no tráfico. Enquanto os homens desempenham um papel central na organização do tráfico, às mulheres cabe, na grande maioria das vezes, o trabalho subalterno. A política criminal de drogas reconhece essa assimetria de poder na inserção das mulheres no tráfico, contudo, as pune de forma ainda mais gravosa.

O mundo do tráfico, por ser fruto de uma sociedade com origens patriarcais, é extremamente machista e objetifica mulheres, relegando a elas as posições mais dispensáveis. Penalizar as pequenas atividades do tráfico é uma política que incide de modo mais gravoso sobre as mulheres, pois é o emprego em pequenas atividades de transporte nacional e internacional de drogas que permite que muitas delas cumpram com as expectativas sociais de cuidado dos filhos e da casa que lhes são impostas.

Reconhecer a discriminação de gênero que marca a entrada das mulheres no tráfico de drogas não significa afirmar que as mulheres são meras vítimas de homens ou que não sabem se defender. De todo modo, o que não se deve fazer é criminalizar duramente os empregos de pior remuneração dentro do comércio de drogas, pois isso é

agir de forma seletiva, penalizando por gênero, uma vez que são esses os empregos de que muitas mulheres dependem para a manutenção de suas famílias.

O segundo aspecto da tripla sentencição trata das mulheres após transformadas, juridicamente, em acusadas pelo crime de tráfico de drogas. Uma vez condenadas por tráfico de drogas, as mulheres estão sujeitas a sentenças e regimes penais desproporcionais quando comparados com outros crimes, tendo em vista a política proibicionista de combate às drogas. Esta é uma das razões que explicam por que o crescimento do encarceramento feminino é tão substancial.

Na prisão, o outro crime é ser mulher. Como tem sido exposto, a discriminação contra a mulher acusada de tráfico de drogas se faz presente ao longo de toda a sua trajetória, começando antes mesmo do encontro formal com o sistema de justiça e se perpetuando inclusive após cumprida a pena.

Para Luciana Boiteux (2015):

São as mulheres o elo mais fraco dessa política de drogas repressiva, autoritária e machista. Elas são estigmatizadas por serem “criminosas”, mas ainda mais por serem “mulheres criminosas” (...). Acrescento que elas ainda ousaram violar a lei dos homens, de “combate” ao tráfico de drogas.

No Brasil, a lei de drogas vigente, Lei n. 11.343 de 2006, seguiu a tendência de endurecimento das penas para o tráfico drogas. O delito teve a pena mínima aumentada de três para cinco anos, sem possibilidade de conversão da pena de prisão em pena restritiva de direitos. Não obstante, o tipo básico do caput do artigo 33²¹ prevê dezoito condutas que caracterizam o tráfico de drogas e, em razão desta pluralidade de verbos, a aplicação do dispositivo é bastante ampla e com larga margem para erros.

Segundo Salo de Carvalho (2014, p. 419), a Lei 11.343/06, no que tange à incriminação do tráfico ilícito, promove a punibilidade, aumentando as quantidades mínimas de pena privativa de liberdade através da imposição de severo tratamento penal, processual e executório, na linha da Lei dos Crimes Hediondos²².

²¹ Art. 33. Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar.

²² Os crimes hediondos, previstos na Lei 8.072/1990, e os equiparados (tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e terrorismo) são inafiançáveis e insuscetíveis de anistia, graça ou indulto, e a progressão de regime só pode acontecer após o cumprimento de dois quintos da pena, se o réu for primário, e de três quintos, se for reincidente.

Importante mencionar, que em recente decisão, proferida 23 de junho de 2016, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) entendeu que o tráfico privilegiado, previsto no artigo 33, parágrafo 4º, da Lei 11.343/2006 (Lei de Drogas), não deve ser considerado crime de natureza hedionda. A discussão ocorreu no julgamento do Habeas Corpus (HC) 118.533, que foi deferido por maioria dos votos.

O voto do ministro Celso de Mello ressaltou que o tráfico privilegiado tem alcançado as mulheres de modo grave, e que a população carcerária feminina no Brasil está crescendo de modo alarmante. Segundo o ministro, grande parte dessas mulheres está presa por delitos de drogas praticados principalmente nas regiões de fronteiras do país.

O então presidente do STF, ministro Ricardo Lewandowski (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2016), constatou, também, que a grande maioria das mulheres está presa por delitos relacionados ao comércio ilegal de drogas, e quase todas sofreram sanções desproporcionais às ações praticadas, sobretudo considerada a participação de menor relevância delas nessa atividade ilícita. Segundo o ministro, “muitas participam como simples ‘correios’ ou ‘mulas’, ou seja, apenas transportam a droga para terceiros, ocupando-se, o mais das vezes, em mantê-la, num ambiente doméstico, em troca de alguma vantagem econômica”, ressaltou.

Por fim, o terceiro aspecto da tripla sentencição feminina recai sobre as mulheres que já foram condenadas ou ainda estão respondendo ao processo e estão submetidas ao ambiente carcerário. Dentro da prisão, as mulheres sofrem formas específicas de discriminação, enfrentando a negligência de um Estado que não consegue prover um ambiente satisfatório de ressocialização ao negar direitos e garantias fundamentais às detentas.

Segundo Lima, em condição análoga de negligência estão as Regras de Bangkok⁶. Para a autora, lutar pela aplicação e pelo explícito reconhecimento das Regras de Bangkok pode ser uma importante ferramenta normativa para a construção de novos paradigmas de política criminal e penitenciária. Elas podem fornecer o ponto de partida de que mais urgentemente precisamos para reverter o triplo sentenciamento de mulheres: a regra de não prendermos mais mulheres. Simplesmente por elas serem mulheres (LIMA, 2015).

A guerra às drogas falha em seus dois objetivos principais ao não diminuir o comércio de entorpecentes e, principalmente, ao gerar ainda mais violência. É necessário admitir que questão do comércio das drogas é um problema de saúde pública e não de

criminalização. Desta forma, a medida mais adequada a se tomar é a de descriminalização das condutas e a implementação de uma política preventiva pelo poder estatal.

A política criminal brasileira ainda caminha em pequenos passos. A única certeza que se tem é que o aumento do encarceramento não traz resultados positivos para o fim da delinquência feminina e que, na verdade, apenas gera mais violência e exclusão. É importante que se destaque a necessidade do Estado repensar suas políticas criminais, buscando amenizar o crescimento massivo do contingente carcerário em relação ao crime de tráfico de drogas.

3.5 - Execução penal e a condição feminina

Ao contrário dos demais países da América Latina, o Brasil possui uma legislação penal que estende os princípios democráticos ao cárcere e está em consonância com as principais recomendações internacionais. O problema é que segundo as pesquisas realizadas e os relatórios estudados, os direitos essenciais à saúde, educação, política de reintegração e trabalho, são violados, principalmente, quando diz respeito aos segmentos menos favorecidos da população, inclusive mulheres (FERRARI, 2010, p. 1327-1328).

O problema não é atual. Em 24 de dezembro de 1941, foi criado o Decreto-Lei nº 3.971, época em que Getúlio Vargas era presidente do Brasil. O mencionado decreto dispunha acerca do cumprimento de penas no Distrito Federal e também de considerações acerca dos procedimentos a serem realizados com as mulheres que se encontravam em situação de cárcere, como por exemplo, no artigo 4º e seus parágrafos:

Artigo 4º As mulheres cumprirão pena privativa de liberdade sempre que possível na Penitenciária de Mulheres subordinada à Penitenciária Central, assegurando-se a separação entre as condenadas a penas de reclusão, de detenção e de prisão simples.

§ 1º As mulheres presas, preventiva ou provisoriamente, serão recolhidas a secção especial da Penitenciária de Mulheres.

§ 2º Os serviços internos da Penitenciária de Mulheres poderão ser confiados a irmãs brasileiras de congregação religiosa experimentada em missão dessa natureza.

A Resolução nº 14, de 11 de novembro de 1994 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária fixa as Regras Mínimas para o Tratamento do Preso no Brasil de plano estabelece no artigo 7º que os “presos de diferentes categorias devem ser alojados em diferentes estabelecimentos prisionais”, inclusive com observância das

características pessoais como “sexo, idade, situação judicial e legal, quantidade de pena a que foi condenado, regime de execução, natureza da prisão e o tratamento específico que lhe corresponda, atendendo ao princípio da individualização da pena”. A respeito da mulher, especificamente, aborda em seus parágrafos que “as mulheres cumprirão pena em estabelecimentos próprios” e a elas “serão asseguradas condições para que a presa possa permanecer com seus filhos durante o período de amamentação dos mesmos”.

A disposição mencionada está em total consonância com o artigo 227 do texto constitucional cuja redação foi dada pela emenda constitucional nº 65 de 2010. Assim conforme o dispositivo:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Neste mesmo sentido, a Resolução nº 14, de 11 de novembro de 1994 estabelece no artigo 11 que aos filhos de presos, de 0 até 6 anos, será garantido o atendimento em creches e em pré-escola e no artigo 17 menciona que o “estabelecimento prisional destinado a mulheres disporá de dependência dotada de material obstétrico para atender a grávida, à parturiente e à convalescente, sem condições de ser transferida a unidade hospitalar para tratamento apropriado em caso de emergência”.

A lei de execução penal aborda peculiaridades do cárcere feminino e foi criada para humanizar o cumprimento das penas privativas de liberdade de maneira uniforme em todo o território nacional. A falta de observância ao disposto acerca dos estabelecimentos prisionais femininos é “justificada” devido ao reduzido número de reclusas do sexo feminino se comprado com o público masculino. Entretanto, mesmo que a população carcerária feminina seja menor, não exclui a obrigação do Estado de atender a Lei de Execução Penal, a qual versa a respeito da edificação de distintos estabelecimentos penais (HELPE, 2014, p. 109).

O texto constitucional impõe ao ente responsável pela manutenção da unidade carcerária o dever de conferir aos detentos e detentas indistintamente condições mínimas de existência digna. As Regras Mínimas para o tratamento do preso no Brasil trazem provisões detalhadas para as condições carcerárias. A Lei de Execução Penal prevê de modo taxativo no artigo 10 que a assistência ao preso é um dever do Estado e no artigo

11 explica que tal assistência alcançará o campo material. De acordo com o artigo 88 da Lei de Execução Penal, "O condenado será alojado em cela individual que conterà dormitório, aparelho sanitário e lavatório". Seu parágrafo único prevê ainda quais são os requisitos básicos da unidade celular.

Ao contrário do que determina o ordenamento jurídico, o Estado brasileiro não tem garantido condições mínimas adequadas para o cumprimento de penas privativas de liberdade nas instituições destinadas a execução penal. Nos estabelecimentos para mulheres a realidade carcerária é ainda mais grave e já pode ser constatada a partir das estruturas arquitetônicas e dos equipamentos internos que compõe as penitenciárias que são ocupadas por presas do sexo feminino, uma vez que só muito recentemente uma unidade prisional foi construída com o intuito de abrigar a população feminina. As cadeias públicas e delegacias de polícia que deveriam ser destinadas e apropriadas para detenções de curto período e em caráter provisório, são contumazmente utilizadas para cumprimento de penas longas pelas mulheres no Brasil.

A mulher oprimida na sociedade é vista como vítima, assunto de vários estudos e debates, a mulher opressora é vista como algoz e a ela não é dispensado nenhum tipo de atenção ou preocupação. Ocupam estabelecimentos penitenciários precários, com estruturas físicas improvisadas, que não atendem as suas necessidades básicas de higiene, saúde e salubridade. Grande parte da sociedade não se importa ao saber que mulheres presas não recebem itens básicos de higiene e são, por exemplo, obrigadas a utilizar pão na falta de absorventes. É o cúmulo da degradação de um ser humano que precisa estar apto para retornar ao convívio social. Vários são os fatores envolvidos.

No Brasil, desde o surgimento das penitenciárias femininas, já ficou evidenciado que a criminalização feminina não estava atribuída somente aos desvios de ordem sexual, mas também intrinsecamente ligada à criminalização da pobreza, da miséria e da falta de oportunidades, (ANGOTTI, 2012, p. 107-109), situação que também pode ser evidenciada na atualidade.

A trajetória de vida pessoal de uma mulher que vai parar no cárcere é na maioria das vezes bastante adversa. Por sua vez, a condição da mulher presidiária no Brasil sempre foi e continua sendo muito precária, principalmente por causa da negligência do aparato estatal que proporciona nestes ambientes institucionais a reafirmação da "natural inferioridade da mulher" (HELPE, 2014, p. 73).

As condições carcerárias do público masculino também não são boas e nem de longe adequadas, pois a prisão é uma realidade perversa, porém, a condição específica da

mulher consegue ser ainda mais perversa do que a do homem na mesma situação por causa de elementos tanto objetivos (dificuldades impostas às mulheres que não são impostas aos homens) quanto subjetivos diante de uma sociedade que vê a mulher que pratica crime como duplamente culpada: pela infração ao texto legal e pela sua condição feminina (HELPEs, 2014, p. 73).

A violência institucional caracterizada pela imposição de castigos e humilhações, realizada por agentes do Estado contra as mulheres encarceradas é narrada e relatada com frequência por organizações da sociedade civil. Tortura psicológica, ameaças de morte, violência ou constrangimento sexual também são amplamente utilizadas em unidades que têm população mista ou em que os funcionários são homens.

A Lei nº 12.121 de 2009 acrescentou o § 3º ao artigo 83 da Lei de execução penal, que dispõe que nos estabelecimentos destinados a mulheres, os agentes penitenciários das dependências internas devem ser exclusivamente do sexo feminino.

A naturalidade com a qual a mulher custodiada considera a violência sofrida no cotidiano merece atenção, uma vez que os homens em situação de cárcere se sujeitam a violência policial e a mulher, além de sofrer com este tipo de violência por parte das instituições repressoras como os homens, ainda convive com violência doméstica praticada principalmente pelos seus próprios companheiros (HELPEs, 2014, p. 49).

Os processos criminais das mulheres presas se perdem e se amontoam no meio dos muitos autos de execução penal de réus que repetidas vezes permanecem em trânsito. Neste sentido, há uma problemática vinculada estritamente à questão de gênero, para que o encaminhamento aconteça de forma proporcionalmente igualitária.

Por parte da sociedade, a prisão é vista como se fosse uma instituição mágica que tem o poder de transformar um homem criminoso em um homem não criminoso. Também é vista como a escola que (re) educa, que recupera, que ressocializa, como se a prisão fosse um hospital que cura o homem adoecido pelo crime. A cultura da sociedade atual ainda está fortemente impregnada de um clássico equívoco conceitual e também de caráter dogmático jurídico, quando crê que a privação de liberdade seja um instrumento capaz de transformar o homem para melhor (SILVA, 2014).

O recrudescimento penal, a limitação de garantias e benefícios na execução, em conjunto com reduzido número de estabelecimentos destinados para abrigar mulheres repercute diretamente numa elevada taxa de superlotação (SPOSATO, 2007, p. 259).

Na Europa existe um índice para medir os sistemas prisionais baseado na densidade carcerária. Tal índice é obtido dividindo o número de pessoas privadas da

liberdade pelo número de vagas e multiplicado por cem. O limite máximo de densidade carcerária resultado de tal operação recomendada deve ser 120. A densidade carcerária no Brasil gira em torno de 132, mas se considerada somente a população de mulheres presas esse número equivale a 141, justamente pelo reduzido número de vagas tal situação se mostra mais precária do que para os homens. Ademais, entre as presas, não há nenhum tipo de separação por idade ou tipo de crime praticado (SPOSATO, 2007, p. 253).

Durante o período em que estão aguardando julgamento, na condição de detenção provisória ou após o julgamento já na condição de condenadas, outros direitos das presas assegurados pela Convenção Americana de Direitos Humanos relativos às pessoas privadas de liberdade não são cumpridos e observados. Na execução das penas privativas de liberdade não há nenhum tipo de preocupação com a finalidade reformadora com vistas à readaptação social. A situação degradante explicitada no mencionado relatório demonstra que a Convenção Interamericana para Prevenir e Sancionar Tortura é desrespeitada pelo Estado brasileiro, uma vez que permite que sob a égide de sua soberania que mulheres privadas dá liberdade e, conseqüentemente, sob custódia, sejam submetidas a maus tratos, tortura e tratamentos cruéis e degradantes.

Diante de um significativo aumento do aprisionamento de mulheres e dos espaços improvisados destinados a elas, fica demonstrado que o Estado não se preocupa em alocar recursos e investimentos necessários, para que estas possam cumprir suas penas em condições dignas, sendo a mulher o centro do processo de ressocialização, pois atualmente são um mero “apêndice” do presídio masculino (HELPE, 2014, p.73).

A prisão como tecnologia corretiva e os castigos legais devem ser repensados, a fim de refletir até que ponto podem ir as entrelinhas do poder de punir, do poder disciplinar de vigiar. No que diz respeito a implementação de castigos universais há de ser indagado se eles realmente são ou não seletivos e se são ou não somente aplicados sempre aos mesmos indivíduos. Também há de ser pensado em que medida o discurso utópico da ressocialização é ou não um treinamento útil do criminoso e o papel a ser exercido pelo direito como forma jurídica efetiva e institucionalizada. “O que generaliza então o poder de punir não é a consciência universal da lei em cada um dos seus sujeitos de direito, é a extensão regular, é a trama infinitamente cerrada dos processos panópticos” de uma sociedade controlada, vigiada e disciplinada (FOUCAULT, 2014, p. 211).

Para que a execução penal possa realmente cumprir o seu papel “ressocializador” tão apregoado, porém, de realidade um tanto quanto utópica, a sociedade em geral deve estar engajada em projetos que levem aprendizado, escolaridade,

cursos profissionalizantes e atenção as egressas, pois, caso não exista um esforço coletivo esta mulher não consegue se reerguer na sociedade.

3.6 - Política criminal de drogas e escolhas: até quando esperar?

Pode-se dizer, com toda propriedade, que o tráfico de entorpecentes não se trata de conduta tipicamente masculina, mas que resta presente na maior parte das condenações femininas²³. No entanto, o tráfico praticado por mulheres reveste-se de inúmeras particularidades. Trata-se de um tráfico próprio para o sustento e, por muitas vezes, trata-se de um tipo peculiar de tráfico, conhecido como “tráfico no sistema”.

Esse tráfico dentro do sistema ocorre quando mães, esposas e namoradas de detentos adentram nas penitenciárias, através das visitas, portando entorpecentes. Tal conduta, habitualmente, ocorre em decorrência dos subempregos/desemprego dessas mulheres, que para sustentar suas famílias acabam se expondo a tais situações. Não raras vezes, essas mulheres submetem-se a adentrar nos presídios fornecendo drogas para proteger a integridade de seu familiar - ora preso - que para manter-se a salvo no cárcere tem de fornecer droga para os donos do tráfico, dentro da prisão.

Além do tráfico no sistema e do tráfico de subsistência, encontrado como opção viável para manter-se em um mercado de trabalho que não lhes proporciona possibilidades de inserção, muitas das mulheres respondem por tráfico de pequeno porte, realizado para manter seu vício. Assim, muitas vezes, por não haver previsão legal para esse tipo de conduta, usuárias, que acabam por traficar em decorrência do vício, respondem com a mesma severidade dirigida àqueles que cometem tráfico de grande porte, ainda hoje, equiparado aos crimes hediondos²⁴.

A Lei 11.343/2006 - Lei de Drogas - foi um advento punitivo que despenalizou as condutas de uso, enrijecendo as penas em relação ao tráfico de entorpecentes. Exemplo disso foi o aumento da pena mínima prevista no art. 33 da referida lei e a equiparação aos crimes hediondos trazida pela Lei 8.072/90. Nesse sentido, o Brasil procurou, através da punição, diminuir o problema das drogas. Tentativa frustrada, que, como toda a

²³ MELLO, Thais Zanetti de. O tráfico é feminino? É, sim senhora! A faceta inexplorada. Boletim IBCCRIM, São Paulo, v.17, n. 205, p.14-15, dez. 2009.

²⁴ WOLFF, Maria Palma; MORAES, Márcia Elayne Berbich de. Mulheres e tráfico de drogas: uma perspectiva de gênero. Revista Brasileira de Ciências Criminais, São Paulo, v.18, n.87, nov./dez. 2010, p. 384.

sistemática penal vigente, desprezou a situação feminina e trouxe novas mazelas para seletividade exercida pelo sistema.

Dentro dessa direção punitiva trazida pelo mencionado regramento temos a presença do usuário como dependente e do traficante como delinquente, desprezando as questões sociais e a verdadeira problemática hoje presente em nossa sociedade. Ocorre que o tráfico de drogas tem se mostrado como alternativa nas comunidades, principalmente para as mulheres, a fim de prover-lhes sustento. Ademais, como esse tipo de conduta tem sido o motivo massivo das condenações femininas, com a hediondez que lhe foi atribuída, as mulheres acabam passando mais tempo na prisão, afastando-se de seus filhos e não poucas vezes sendo condenadas por um uso, que, pelo menos na intenção legislativa, deveria suscitar ação terapêutica e não repreensiva.

Como bem sustenta Loïc Wacquant, o que se tenta fazer é um desenvolvimento do Estado Penal, para suprir as lacunas deixadas pelo Estado Social. Tenta-se responder aos delitos suscitados pela “desregulamentação da economia, pela dessocialização do trabalho assalariado e pela pauperização relativa e absoluta de amplos contingentes do proletariado urbano” com uma política de encarceramento, tirando do convívio social aquilo que a sociedade não quer ver, (r)estabelecendo uma ditadura sobre os pobres.

Por estar tão clara essa problemática nas estatísticas do aprisionamento feminino, imperioso destacarmos o pensamento de Mathiesen²⁵, o qual afirma que ao descriminalizarmos os crimes de drogas, além de diminuirmos, significativamente, os outros delitos decorrentes de seu comércio ilegal, esvaziando, consideravelmente as prisões, efetivamente ameaçaríamos e liquidaríamos “o poder dos figurões que hoje em dia não terminam na prisão, porque ela está sistematicamente reservada para os pobres.

O que Mathiesen quer dizer é o mesmo que vislumbramos em nossa pesquisa: as grandes figuras do tráfico de drogas, os grandes “patrões” desse comércio, não acabam nas penitenciárias, esses possuem recursos o suficiente para não se submeterem ao sistema penal. O tráfico que é punido, é o tráfico da subsistência, é o tráfico da mãe, que para sustentar os filhos se submete à lei paralela das drogas, é o tráfico da esposa que leva entorpecentes para o presídio, para manter a dignidade do marido recluso. São os pequenos que figuram no banco dos réus, enquanto o problema que tanto a sociedade quer combater, por escolha dessa mesma sociedade, permanece em liberdade.

²⁵ MATHIESEN, Thomas. A caminho do século XXI – abolição, um sonho impossível? VERVE - Revista semestral autogestionária do Nu-Sol (Núcleo de Sociabilidade Libertária do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP). São Paulo, n.4, p.80-111, 2003, p.97.

Além dessa nítida seleção que se opera no sistema, quando essas mulheres obtêm a liberdade, além da discriminação naturalmente projetada sob elas, estas não estão preparadas para o mercado que as aguarda uma vez que, as opções de trabalhos ofertadas pelas instituições penais, constituem, em sua maioria, trabalho artesanal, que como já abordado anteriormente, reforça o caráter submisso da mulher na sociedade e não a prepara para o mercado de trabalho atual, que cada vez mais requer mão de obra especializada e qualificada. Dessa forma, essas mulheres, que já não tinham uma fonte sólida de sustento por não terem conseguido um lugar no mercado formal, continuam sem preparação alguma, o que, em conjunto ao estigma a elas atribuído pela passagem no sistema prisional, acaba por dificultar ainda mais a sua reinserção na sociedade.

A própria dinâmica da vida prisional causa o que Goffman chamou de descultramento ou destreinamento, processo de dessocialização e de infantilização que a vida dentro de instituições totais acarreta aos seus internos. As regras seguidas dentro dos estabelecimentos prisionais fazem prevalecer as relações de passividade-agressividade e de dependência-dominação, alimentando em quem está recluso, o desprezo pela pessoa. Todo esse clima opressivo desvaloriza a autoestima, faz desaprender a comunicação com o outro, despersonalizando e dessocializando aqueles que passam pelo cárcere²⁶.

²⁶ HULSMAN, Louk; CELIS, Jacqueline Bernat de. *Penas Perdidas: O sistema penal em questão*. Rio de Janeiro: Luam, 1993.p.63

4 - OS EFEITOS DO CÁRCERE SOBRE AS MULHERES

O impacto nocivo da pena de privação de liberdade não age apenas sobre a presa, mas também, e de forma ainda mais grave e injusta, sobre sua família. Todo o sistema familiar é afetado em relação ao declínio da situação financeira, rompimento das relações de amizade e de vizinhança, enfraquecimento dos vínculos afetivos, problemas na escolaridade dos filhos e perturbações psicológicas decorrentes da percepção de exclusão social (WACQUANT, 2004).

A entrada da mulher que é mãe no sistema carcerário brasileiro envolve uma mudança drástica na rotina, não só na vida dessas mulheres, mas também na da família, especialmente na organização do cotidiano dos filhos. Segundo o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias 74% das presas têm filhos, o que significa que, na maioria dos casos de prisão, há crianças e adolescentes que são separados de suas mães.

Tabela 04 - Número de filhos das mulheres privadas de liberdade no Brasil

Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - INFOPEN, junho /2017

Ao tratar da separação mãe/filho em razão do cárcere, Stella (2009) traz à tona questões como a culpabilização sobre o abandono, abalos na estrutura familiar e a possibilidade de o filho desamparado “retroalimentar a carreira do crime”. Conforme a autora, a prisão amplia a crença social de que a conduta ilícita dos pais possa vir a ser

transmitida para os filhos e, em consequência, essa crença pode permear as relações estabelecidas pelos filhos, dificultando assim o processo de socialização e individuação.

Estar presa influencia a condição humana porque isso produz várias rupturas com o meio social e familiar, uma vez que a prisão determina o afastamento da família, filhos, parceiros, amigos e do ambiente social (LIMA et. al., 2013). Há situações em que os filhos de mulheres que cumprem pena são cuidados por parentes distantes, amigos da mãe ou em uma casa de acolhimento, no entanto, a prisão nunca é de um só membro da família, assim, em muitos casos, os membros da família mais próximos também ficarão encarcerados e isso revela que a criança perde mais de uma referência afetiva; ela fica sem a mãe, avó, tias.

Segundo a pesquisa de Diuana, Correa e Ventura (2017), a prisão representava para as mulheres encarceradas uma violência que se exercia sobre elas e seus filhos, gerando angústia, ansiedade, depressão e revolta. Para elas, o sentimento preponderante era de que a pena se estendia a seus filhos, e eles não mereciam isso.

Geralmente, ainda que, na atualidade, essa realidade esteja se modificando, a inserção e o acompanhamento da vida dos filhos são responsabilidades atribuídas à mãe. Com a privação de liberdade, ela fica impossibilitada de acompanhar o processo social e educativo das crianças. A realidade neste contexto não é fácil, pois como regra são mulheres carentes e fragilizadas, desprovidas de poder, voz e autoestima para exercer a parentalidade. Elas consideram o ambiente em que “vivem” degradante e, por isso, na maioria dos casos, escolhem mantê-los distantes, ainda que sintam saudades e expressem preocupações com os filhos. Então, a culpa e a vergonha pelo delito preponderam, inviabilizando o estreitamento dos laços afetivos com os filhos.

4.1 - As peculiaridades do encarceramento feminino

Como bem têm demonstrado os estudos oriundos da Criminologia Crítica²⁷, o sistema prisional trata-se de um espelho, que tende a refletir a realidade - em especial as desigualdades - apresentadas na sociedade da qual se origina. Assim, o que se pode visualizar é a penalização das camadas mais débeis da sociedade, ou seja, aquelas já excluídas por não fazerem parte da lógica do consumo. Aí se vislumbra o caráter seletivo

²⁷ CAMPOS, Carmen Hein de (org.); BARATTA, Alessandro; STRECK, Lenio Luiz; ANDRADE, Vera Regina Pereira de. Criminologia e feminismo. Porto Alegre: Sulina, 1999. p. 14.

do Direito Penal, o qual elege “as pessoas, quer para criminalizá-las quer para vitimizá-las, recrutando sua clientela entre os mais miseráveis²⁸.”

Apesar do encarceramento feminino contar com percentual estatisticamente inferior ao masculino, tal seletividade se faz presente também em sua realidade. Além disso, no que se refere à espiral estigmatizante oriunda do ingresso no sistema prisional e aos sofrimentos no cárcere, o aprisionamento feminino tende a ser duplamente penalizador, tendo em vista as diferenças biológicas entre os sexos e a característica patriarcal da nossa sociedade.

Para definir, brevemente, a concepção de gênero, faremos uso das teorias feministas associadas às vertentes criminológicas. Nesse sentido, salientamos a chamada teoria *queer*²⁹, a qual aduz que a diferenciação dos sexos é cultural, é a cultura que os trata de forma peculiar, fixando os papéis sociais de cada gênero, assim, a mulher é mãe, é esposa e é submissa, em decorrência de fatores culturais/ideológicos, que pré-definem suas condutas e seu modo de agir e ser vista na sociedade em que está inserida.

Não perdendo de vista esses (pré)conceitos culturalmente atribuídos às mulheres, importante averiguar sua incidência nas condutas delituosas, bem como a percepção que a sociedade faz sobre a “desviança” feminina. A criminalidade feminina vem sendo pauta dos estudos criminológicos desde o determinismo Lombrosiano, que defendia que as mulheres delinquiriam em menor escala que os homens por fatores unicamente biológicos. Lombroso acreditava que as mulheres teriam evoluído menos que os homens, não estando aptas a realizar os desafios que o crime lhes exigiria. Já Freud acreditava que a criminalidade feminina consistia em um complexo de masculinidade, uma vez que as atitudes agressivas e as condutas desviantes eram características da psique masculina³⁰.

Além do estigma normalmente atribuído àquele que delinque, a mulher desviante, em face dessa cultura patriarcal, carrega o rótulo de “criminosa”, bem como o de inconsequente e irresponsável (por agir sem pensar na criação dos filhos) e também acaba perdendo, perante os demais, a sua feminilidade, por praticar condutas socialmente

²⁸ ESPINOZA, Olga. A Prisão Feminina desde um Olhar da Criminologia Feminista. Revista Transdisciplinar de Ciências Penitenciárias. Pelotas, v.1, n. 1, p. 35, jan./dez. 2002.

²⁹ “A palavra *queer* pode significar estranho, excêntrico, fora do lugar, ridículo. Pode também ser uma expressão pejorativa para designar sexualidades não heterossexuais. Os estudos *queer* re-significam a expressão pejorativa, questionando ordens de sexo, gênero e sexualidade.” ALIMENA, Carla Marrone. Op. Cit, p. 07.

³⁰ LEMGRUBER, Julita. Cemitério dos vivos: análise sociológica de uma prisão de mulheres. Rio de Janeiro: Forense, 1999. p. 2.

atribuídas ao gênero masculino. Acaba que, mesmo delinquindo em menor expressão, a mulher tem sua punição majorada pelos pré-conceitos da sociedade.

Além disso, o encarceramento feminino é revestido de inúmeras peculiaridades que majoram o sofrimento das mulheres que a ele são submetidas. Ao adentrar no aparelho prisional, a mulher passa, por exemplo, a carecer de atenção médica especializada, levando-se em consideração que nenhum dos presídios da capital paulista, contam com atendimento ginecológico ou obstétrico próprios. Não obstante tal falta de cuidado, diversos estabelecimentos prisionais não possuem recursos humanos suficientes, tendo que, por muitas vezes, valer-se de contingente masculino para exercer as funções operacionais da casa, deficiência que proporciona uma maior vulnerabilidade, por parte das detentas, à ocorrência de abusos sexuais.

A situação agrava-se em relação à questão da maternidade durante o cumprimento da pena, circunstância que apresenta uma série de fragilidades ignoradas pelo ordenamento penal. Dentre elas, podemos ressaltar que, quando estas mães adentram nas penitenciárias, possuindo filhos de menor idade, acabam afastadas destes, muitas vezes pelo preconceito de suas famílias, que hesitam em levá-los para visita e não raras vezes por falta de condições para recebê-los, por parte dos estabelecimentos prisionais.

Quando a gestação se dá no ambiente prisional, a situação agrava-se ainda mais. As enfermarias - quanto existem -, responsáveis pelos atendimentos médicos das penitenciárias, não suportam os cuidados especiais que uma gestante necessita, restringindo o atendimento pré-natal a meras consultas ambulatoriais. Não é difícil encontrar uma gestante que no quinto mês de gravidez ainda não realizou nenhuma ecografia, procedimento que, quando a gestante encontra-se em liberdade, normalmente se dá nas primeiras semanas subsequentes à descoberta do estado de puerpério.

Em relação às atividades laborais ofertadas, o que se vislumbra massivamente são serviços de tapeçaria, lavagem de roupas, artesanato e padaria, reforçando o papel submisso da mulher na sociedade e, ao contrário do que se espera, não dando a essas mulheres condições de manter-se, durante a vida extramuros, de forma independente, através dos trabalhos ensinados no cárcere. Esse modelo acaba infantilizando as mulheres, impondo-as a uma condição de dependência e incapacidade de tomar decisões³¹.

³¹ Em relação a esta institucionalização, importante salientar o pensamento de Goffman, a respeito das consequências causadas pelo confinamento em instituições totais, tais quais as prisões: “Se ocorre mudança cultural, talvez se refira ao afastamento de algumas oportunidades de comportamento e ao fracasso para

Considerando-se que, como já comentado anteriormente, o delito de maior incidência entre a população carcerária feminina é o tráfico de entorpecentes, imperioso se faz averiguar que, na maior parte das vezes, essas mulheres cometem tais delitos a fim de prover o sustento de sua família. Dessa forma, como durante o cumprimento da pena não são preparadas para exercerem o seu papel de arrimo de família, tendem a delinquir novamente.

Estas mulheres, que acabaram delinquindo, no mais das vezes, por serem oriundas de estratos mais baixos da população, tendo suas chances de desenvolvimento econômico-social reduzidas, além de sofrerem por este primeiro “descaso” estatal, acabam sofrendo, novamente, uma intervenção impensada, que desmorona suas famílias e traz seus filhos ao encontro de um sistema opressor e segregatório. Assim, os problemas que chegam à penitenciária, antes de serem penais, são sociais.

4.2 - Por que as mulheres traficam drogas?

Estudo realizado por Carolina Haber e Pedro Abramovay (2011), em relação à população carcerária brasileira no período de 2007 a 2010, revelou que a maior parte dos presos é constituída por usuários ou por pequenos traficantes que fazem o transporte da droga que, uma vez presos, são rapidamente substituídos por outros. São exatamente essas as características mais marcantes das ações praticadas por mulheres nos crimes de tráfico de drogas, conforme veremos a seguir.

Pesquisas relacionadas a essa temática tentam explicar porque que as mulheres acabam se envolvendo com essa modalidade criminosa. Para alguns, esse envolvimento se desencadeia a partir da ligação afetiva da mulher com um traficante que, por algum motivo específico, ficou impedido de fazê-lo e permitiu que a mulher ocupasse essa função para complementar a renda familiar (JACINTO, 2011, p. 49; ZALUAR, 1993, p. 136-140). Para outros, a mulher estaria entrando em modalidades de economia informal, que também pode alcançar atividades ilegais (como é o caso do tráfico de drogas), como uma forma de contribuir para a economia do lar (TELLES, 2009, p. 156-158).

Considerando-se a motivação para a prática desse delito, pode-se dizer que essas mulheres tornam-se traficantes por múltiplos fatores, alguns deles são: em razão de

acompanhar mudanças sociais recentes no mundo externo. Por isso, se a estada do internado é muito longa, pode ocorrer, caso ele volte para o mundo, o que já foi denominado desculturamento ou destreinamento - que o torna temporariamente incapaz de enfrentar alguns aspectos de sua vida diária.” GOFFMAN, Erving. Manicômios, prisões e conventos. São Paulo: Perspectiva, 2010, p. 23.

relações afetivas, para dar alguma prova de amor ao companheiro ou namorado ou, ainda, porque se envolvem com os traficantes como usuárias, com o fim de obter drogas e, com isso, acabam em um relacionamento afetivo que as conduz ao tráfico (COSTA, 2008).

Segundo Eliana Calmon³² (2011), muitas vezes a mulher entra na criminalidade por influência do marido ou do namorado. “(...) geralmente as mulheres presas por tráfico de drogas são aquelas que tentaram entrar nos presídios para levar entorpecentes para os companheiros. Há, aí, um componente afetivo, típico das mulheres. Muitas delas cometem crimes por amor”, afirma.

Em sua pesquisa realizada na penitenciária feminina de Juiz de Fora/MG, HELPES (2014, p. 128) constatou que, quando questionadas sobre as motivações³³ que as fizeram participar do tráfico de drogas, a maioria das entrevistas (o equivalente a 28%) respondeu que foi em razão de necessidade financeira. Apenas 8% delas responderam ter sido por influências do marido/namorado.

Sobre esse ponto, a autora chama a atenção para o fato de que esses dados não correspondem às pesquisas que apontam o envolvimento amoroso com algum homem como porta de entrada principal para as mulheres no tráfico de drogas, como os estudos realizados por Elaine Cristina Pimentel Costa, em sua obra *Amor bandido: as teias afetivas que envolvem a mulher no tráfico de drogas*, de 2008.

Nessa obra, Costa (2008) também realizou estudo sobre as práticas femininas relacionadas às drogas, a partir da sua ligação com um sujeito masculino - marido, namorado, companheiro, irmão. Para a autora, tratar do envolvimento da mulher no tráfico de drogas e de suas relações com as representações sociais que o sujeito carrega consigo, acerca de sua identidade no contexto do amor:

“(...) significa adentrar num universo simbólico tipicamente feminino, permeado por ideias que não são exclusivas da mulher traficante de drogas, mas fazem parte da construção social da categoria mulheres, como resultado daquilo que elas apreenderam ao longo de sua trajetória na história da humanidade” (p. 29)

32 Fonte: Encontro Nacional do Encarceramento Feminino, realizado em Brasília/DF, pelo Conselho Nacional de Justiça, em junho de 2011. Disponível em www.youtube.com.

33 Sintia Helpes (2014, p. 129) também identificou, como motivação para participação no tráfico de drogas, a busca por status e respeito (1%), a influência de outras pessoas da família (1%), a influência de amigos (6%), a manutenção do vício (10%). 25% das entrevistas afirmaram não ter participado do tráfico de drogas; dessas, 60% ainda estavam presas provisoriamente.

Ou seja, COSTA (2008) considera que é no contexto das relações sociais com um homem traficante e a partir das representações sociais que se formulam acerca do papel feminino nas relações femininas que as “mulheres traficantes” justificam suas práticas ilícitas relacionadas às drogas, ainda que esse envolvimento seja esporádico ou esteja relacionado ao uso da droga.

4.3 - Gênero, raça e classe: o caminho até o cárcere

As estruturas que produzem o gênero e sustentam posições de vulnerabilidade às mulheres estão intrinsecamente ligadas à divisão sexual do “mundo” (homens vestem azul, mulheres vestem rosa). Tais fenômenos, no entanto, não atuam de modo uniforme para todas as mulheres. As mulheres negras se encontram na base da pirâmide social de basicamente todas as sociedades. A raça é, portanto, elemento central nas análises quanto à distribuição de riquezas e castigos.

A pesquisa produzida pelo IPEA³⁴, retrato das desigualdades de gênero e raça, revelou que nos lares chefiados por homens a renda média per capita é 10,9% maior do que nos domicílios chefiados por mulheres. A diferença entre a renda nos lares chefiados por mulheres brancas e nos lares chefiados por negras, no entanto, demonstra os efeitos que o elemento raça acrescenta nessas dinâmicas. A renda domiciliar per capita dos domicílios chefiados por brancas é 47,3% maior do que a dos domicílios chefiados por mulheres negras, e 40% maior do que nos chefiados por homens negros.

Ana Carla Harmatiuk Matos e Samia Moda Cirino³⁵ advertem que:

De acordo com o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher (de 2014), em 2012, de forma geral, as mulheres apresentavam um rendimento-hora do trabalho principal equivalente a R\$ 10,2 (dez reais e vinte centavos), enquanto homens, no geral, recebiam o equivalente a R\$ 12,2 (doze reais e vinte centavos) (2015, p. 55). (...) A discrepância é ainda maior se considerarmos os rendimentos de um homem branco em relação às mulheres negras. Note-se que, em 2012, enquanto uma mulher branca recebia por hora de trabalho, no geral, o montante de R\$ 12,5 (doze reais e cinquenta centavos) e um homem branco, no geral, recebia o equivalente a R\$ 15,6 (quinze reais e sessenta centavos), as mulheres negras recebiam, no geral, R\$ 7,7 (sete reais e setenta centavos) (2016, p. 90).

³⁴ IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). Retrato das desigualdades de gênero e raça. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores_chefia_familia.html. Acessado em 19/12/2019.

³⁵ MATOS, Ana Carla Harmatiuk; CIRINO, Samia Moda. Análise crítica da efetividade do direito humano ao trabalho: um impasse na discriminação de gênero. In: Quaestio Iuris. vol. 09, nº 04, Rio de Janeiro, 2016.

Laís Abramo e Maria Elena Valenzuela³⁶ também revelam dados a respeito da dimensão racial da desigualdade: 16% das trabalhadoras negras da região Norte têm crianças menores de três anos, sendo que, dentre essas, apenas 18% frequentam creches, enquanto a proporção de trabalhadoras brancas com filhos menores de três anos na região Sul é menor, 9,5%, sendo que os filhos destas frequentando creches atingem a proporção de 35,5%.

Que fenômenos e dinâmicas determinam a maior vulnerabilidade da população feminina negra e quais as suas relações com o encarceramento feminino? A raça ou a racialização dos sujeitos, atreladas às questões de gênero, desempenham papel fundamental na determinação daquelas mulheres que serão selecionadas pelo aparato Estatal para a manutenção dos parâmetros de segregação.

Esse fenômeno ocorre como produto da discriminação direta e da indireta³⁷, em razão das quais se naturalizam as desigualdades sociais decorrentes da estratificação social, a qual afeta a ascensão social e de sustento material dos membros do grupo social radicalizado.

A discriminação racial cria e acentua vulnerabilidades:

No plano econômico, a discriminação atua diferenciando, entre grupos étnicos-raciais, as probabilidades de acesso a ativos econômicos e mecanismos favorecedores à mobilidade social ascendente: empregos, crédito, propriedades, terra, educação formal, acesso às universidades, qualificação profissional, treinamentos no emprego (job-training). No plano dos direitos sociais, a discriminação opera tolhendo, aos grupos discriminados, o acesso à justiça e à proteção policial contra a violência, bem como criando barreiras ao acesso aos bens de uso coletivo nos planos educacional, ao sistema de saúde e à realização de investimentos públicos nas áreas mais frequentes de residência etc³⁸.

³⁶ ABRAMO, Laís; VALENZUELA, Maria Elena. Tempo de Trabalho Remunerado e Não Remunerado na América Latina. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (org). Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais. Tradução: Carol de Paula. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016, p.116.

³⁷ Sobre os conceitos de discriminação direta e indireta: RIOS, Roger Raupp. Direito da antidiscriminação: discriminação direta, indireta e ações afirmativas. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2008; SILVA, Rodrigo da. Discriminação múltipla como discriminação interseccional: as conquistas do feminismo negro e o direito da antidiscriminação. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016; e ALMEIDA, Silvio Luiz de. O que é racismo estrutural? Belo Horizonte: Letramento, 2018.

³⁸ PAIXÃO, Marcelo et al. Relatório Anual das desigualdades raciais no Brasil: 2009-2010. Rio de Janeiro: Garamond; Laeser; IUPERJ, 2011. Disponível em: http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2011/09/desigualdades_raciais_2009-2010.pdf. p. 21. Acesso em 19/12/2019.

Ainda em razão do racismo institucional, estabelecem-se parâmetros discriminatórios baseados na raça, que fazem com que “a cultura, a aparência e as práticas de poder de um determinado grupo tornem-se o horizonte civilizatório do conjunto da sociedade”.³⁹

A naturalização das desigualdades e a atribuição de determinadas características aos indivíduos em razão da cor da sua pele são os ingredientes que alimentam o encarceramento em massa da população feminina em especial as mulheres negras.

Sueli Carneiro⁴⁰ afirma que raça é um conceito eminentemente político. A partir da compreensão da autora, as diferenças biológicas relacionadas à cor da pele sempre foram e continuam sendo usadas com o objetivo de comprovar a superioridade branca e manter os privilégios da elite, à custa da escravidão e da exploração. A noção de raça seria utilizada, assim, para naturalizar desigualdades e justificar a segregação.

No mesmo sentido, Silvio Luiz de Almeida⁴¹ afirma que “raça não é um termo fixo, estático”. Para o autor, “por trás da raça, sempre há contingência, conflito, poder e decisão, de tal sorte que se trata de um conceito relacional e histórico”.

Para ele, as circunstâncias de meados do século XVI, a expansão econômica mercantilista e a descoberta do novo mundo, assim como o Iluminismo, constituíram “as ferramentas que tornariam possíveis a comparação e, posteriormente, a classificação, dos diferentes grupos humanos a partir de características físicas e culturais”, culminando com a distinção entre “selvagem” e civilizado.

Nesse sentido, do ponto de vista eurocêntrico, a “brancura passa a ser parâmetro de pureza artística, nobreza estética, majestade moral, sabedoria científica” assim como passa a encarnar todas as virtudes: a civilização e a própria humanidade⁴².

É a partir dessas noções que Silvio de Almeida afirma que “é o racismo que cria a raça, e os sujeitos racializados”. Da radicalização dos sujeitos emerge uma hierarquia a partir da qual se atribui valor à vida daqueles que compõem a minoria racial:

³⁹ ALMEIDA, Silvio Luiz de. O que é racismo estrutural? Belo Horizonte: Letramento, 2018, p. 31

⁴⁰ CANEIRO, Aparecida Sueli. Ideologia Tortuosa. Revista Caros Amigos. Julho de 2002 – edição 64, disponível em: http://www.sinprosp.org.br/reportagens_entrevistas.asp?especial=16&materia=71. Acessado em 19 de dezembro de 2019.

⁴¹ ALMEIDA, Silvio Luiz de. O que é racismo estrutural? Belo Horizonte: Letramento, 2018, p. 24

⁴² NOGUEIRA, Izildinha. Significações do Corpo Negro (Tese de Doutorado). Apud. CANEIRO, Aparecida Sueli. A Construção do Outro como Não-Ser como Fundamento do Ser. 339 p. Tese (Doutorado em Educação), USP, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://docplayer.com.br/48065729-Aparecida-sueli-carneiro-a-construcao-do-outro-como-nao-ser-como-fundamento-do-ser.html>. p. 43. Acessado em 29 de dezembro de 2019.

Daqui é que deriva o senso comum, segundo o qual a vida dos brancos, vale mais do que a de outros seres humanos, o que se depreende, por exemplo, da consternação pública que provoca a violência contra brancos das classes hegemônicas, em oposição à indiferença com que se trata o genocídio dos negros e outros não-brancos em nossa sociedade. Aqui está o princípio da autoestima e a referência do que é bom e desejável no mundo, estabelecendo o branco burguês como paradigma estético para todos.⁴³

A hierarquia racial é o pilar que sustentou a escravidão no mundo moderno, notadamente após o período das grandes navegações, a partir da noção de que, porque portadores de um corpo negro, os homens africanos careciam de humanização e se "inscreviam na escala biológica num ponto que os aproximavam dos animais ou coisas"⁴⁴

Outra noção importante para compreender as dinâmicas que a hierarquia racial imprime no contexto jurídico é a compreensão de que o racismo é um fenômeno estrutural, ou seja, é um elemento que constitui a organização econômica, política e jurídica da sociedade. A partir de tal compreensão, o racismo não seria produto das dinâmicas sociais, mas constitutivo delas. Nesse sentido, como explica Silvio de Almeida, não deve ser compreendido como exceção ou anomalia, mas como uma manifestação normal dos fenômenos sociais que moldam o inconsciente e conferem sentido às desigualdades e à violência a que se submetem os negros.

Nesse sentido, enquanto estrutura, o racismo impõe dinâmicas que são centrais para compreender a sub-representação de mulheres negras na prisão. A primeira é a manutenção e naturalização das desigualdades sociais, perpassadas historicamente pela escravidão e reorganizadas a partir da discriminação em razão da cor da pele, as quais, na intersecção com as dinâmicas de gênero, acentuam vulnerabilidades.

A segunda é a hierarquização racial da sociedade, que atribui características psicológicas e comportamentais aos negros que são impressas no inconsciente e interferem nas relações de poder desenvolvidos pelo aparato estatal o qual se orienta a partir de estigmas sociais e seleciona os sujeitos que serão objeto do controle a ser realizado pelo sistema de justiça criminal.

⁴³ Idem, p. 44

⁴⁴ NOGUEIRA, Izildinha. Significações do Corpo Negro (Tese de Doutorado). Apud BORGES, Juliana. O que é encarceramento em massa? Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2018, p. 59.

4.4 - O abandono afetivo e as relações interpessoais

Fragilizadas pela separação dos filhos e da sociedade, as mulheres ainda precisam lidar com os estressores presentes nas condições de vida da prisão. Isso porque eles podem contribuir em grande parte para o comprometimento da saúde mental das presas. Riscos de adoecimento mental, como depressão, e até suicídio estão presentes na população apenada (LIMA, 2013). Somado à quebra de vínculos das relações anteriores devido ao cumprimento da pena, há uma atmosfera hostil nas relações entre as presas. A sobrecarga de fatores negativos torna as relações frágeis neste ambiente e contribui, significativamente, para um clima de desconfiança, seja com as companheiras de detenção, com a própria família, seja até mesmo com a equipe profissional que compõe o cárcere. As relações são superficiais e pouco confiáveis no grupo de presas. Isso parece alimentar a insegurança e a solidão na vida das participantes.

Lima (2013), nos lembra que o ambiente carcerário se caracteriza como um local que não propicia o suprimento da necessidade de relacionamento, pois a atmosfera gira em torno de fatores como opressão, desconfiança e temor, o que dificulta a possibilidade dessas mulheres viverem com mais saúde física e mental. Varella (2017) ressalta que a imposição de normas e as relações de mando, tão lineares entre homens presos, adquirem complexidade incomparável no caso das mulheres, porque as emoções entram em jogo com o mesmo peso da racionalidade.

As difíceis relações entre as presas, a falta de acolhimento, a dificuldade de confiar, confidenciar e conviver é uma realidade na vida grupal da cadeia. Um ambiente tenso, conflituoso e marcado por brigas e discussões, realidade que também contribui para as poucas visitas de crianças às suas mães. Considerando que os estabelecimentos prisionais no qual foram realizados este estudo foram construídos inicialmente para abrigar homens e, posteriormente, tiveram que ser adaptados para as mulheres. Eles dispõem de uma infraestrutura física precária e, por isso, as visitas são coletivas, nas quais todas as presas recebem seus filhos em regra no pátio.

Diante de um ambiente hostil, da falta de afeto, da ausência dos filhos, relacionamentos homossexuais são frequentes e podem ser compreendidos como uma forma de lidar com a solidão, com a carência provocada pelo abandono e pela falta de relações sociais mais abrangentes. Segundo Varella (2017), as práticas homossexuais na cadeia envolvem a maioria das presas. Na experiência como médico de um presídio, o autor salienta que as presas não são forçadas a manter relações amorosas não consentidas,

mas quando a química acontece, as parceiras solicitam mudança de cela para morar juntas. A restrição do espaço físico, o confinamento com pessoas do mesmo sexo, a falta de carinho, ausência masculina e o abandono afetivo formam as condições socioambientais para que a mulher realize seus desejos íntimos, reprimidos na vida em sociedade.

É fato que as mulheres privadas de liberdade utilizam estratégias de resistência e visibilização no cárcere. Entre as estratégias estão a maquiagem e a forma de arrumar o cabelo, porque minimizam a despersonalização e uniformização promovidas pela instituição prisional (CUNHA, 1996, p. 20-23). Outro aspecto para a compreensão do fenômeno são as relações interpessoais estabelecidas dentro da prisão: elas podem ser entendidas como relações afetivas de pai, mãe e filha que se reeditam entre as mulheres presas (BARCINSKI, 2012). Nesse viés, a necessidade de sobreviver à prisão e alimentar esperanças para o futuro promove rupturas e tentativas de recomeços, talvez formas de dar um novo sentido para a vida, durante um tempo que passa lentamente.

Além do abandono afetivo, proveniente da perda de convivência com maridos/companheiros/namorados, familiares, amigos e filhos, as relações entre as presas não contribuem para acalantar o sofrimento; pelo contrário, intensificam o sentimento de solidão. De acordo com Varella (2017), a falta de afeto gera sentimentos diversos, que variam da solidão ao desespero. As presas recebem pouca ou nenhuma atenção, e essas mulheres acabam esquecidas pelos familiares e até pelo próprio Estado.

Múltiplos fatores são responsáveis pelo abandono que se apresenta na forma de ausência de visitas. Há que se considerar o custo de deslocamento para as famílias, pois, algumas vezes, a instituição prisional não é na mesma cidade em que reside a família. Por isso, ao longo dos anos, os laços podem se enfraquecer, e a visita pouco frequente se transforma em nenhuma visita. Além disso, as mulheres da família geralmente assumem os cuidados dos filhos da presa, dificultando a possibilidade de esses se afastarem para visitas. Há também os casos em que a família não consegue perdoar o ato criminoso cometido pela mulher.

De todos os tormentos do tempo de cumprimento de pena, o abandono é o que mais aflige as detentas. Elas geralmente são esquecidas pelos familiares, amigos, maridos, namorados e até pelos filhos. “A sociedade é capaz de encarar com alguma complacência a prisão de um parente homem, mas a de mulher envergonha a família inteira” (VARELLA, 2017, p. 38). A experiência intramuros produz danos distintos, entre eles, está o rompimento de vínculos, a deterioração da identidade feminina e uma experiência de violências sofridas, presenciadas e praticadas (SOARES; ILGENFRITZ, 2002).

Em geral, essas relações já estão fragilizadas quando elas iniciam a pena, o que pode contribuir para um distanciamento ainda maior nos casos e, em consequência, há o abandono. Em muitos casos, ele ratifica a fragilidade dos laços afetivos. Conforme Lima (2013), o abandono dos familiares e amigos e, sobretudo, a separação dos filhos, as experiências de sofrimento são recorrentes e expressas por sentimento de tristeza, dor, desesperança e solidão. Segundo Varella (2017) e Lima et. al. (2013), isolar a presa na cadeia por anos consecutivos também pode ocasionar distúrbios de comportamento, transtornos psiquiátricos e dificultar sua capacidade de retomar a vida em sociedade.

4.5 - Prisão e parto: o corpo em questão

A ausência de módulo de saúde nas unidades prisionais constitui grave violação dos direitos de qualquer preso, independentemente do seu sexo. No caso das mulheres, no entanto, a eventual condição de se encontrar presa e grávida eleva a uma outra categoria a lesão à dignidade humana: à categoria de discriminação em razão do sexo. Isso revela uma das práticas mais cruéis de tortura estatal contra as presas: a falta de atendimento médico durante o parto⁴⁵ e o uso de algemas durante o procedimento.

A mulher é antes de tudo uma imagem. Um rosto, um corpo, vestido ou nu. A diferença dos sexos marca o corpo, mas não qualquer corpo; marca o corpo feminino, aquele que é desviante do corpo masculino, o modelo-padrão-absoluto.

Luigi Ferrajoli relaciona a liberdade das mulheres à liberdade do seu corpo. As prisões e opressões do feminino são também, opressões e prisões do seu corpo. Um corpo subordinado, objeto de alguém, e submetido a toda sorte de discursos e intervenções:

A liberdade feminina se concebe, se teoriza, como uma reivindicação em estreita conexão com o corpo. A liberdade feminina é, direta ou indiretamente, uma liberdade do corpo, e precisamente, do corpo sexuado, se um corpo feminino: quer se trate de liberdade sexual, isto é, de imunidade do corpo feminino frente às violações, abusos sexuais, assédios, mutilações genitais ou servidões conjugais; quer se trate de autodeterminação da maternidade e de suas formas e, em qualquer caso, da não constrição a gravidezes forçadas.

⁴⁵ Este trabalho não se debruçou sobre dados de presas que tenham dado à luz dentro da prisão, sem atendimento médico, mas há relatos na imprensa de que eventos como esse ainda não desapareceram do sistema penitenciário nacional. A respeito, vide notícia sobre um parto ocorrido dentro de uma solitária, em isolamento, na Penitenciária Talavera Bruce, no Rio de Janeiro, apesar dos gritos de socorro das demais detentas. O jornal ainda informa que outra detenta deu à luz na mesma unidade prisional porque a escolta não chegou a tempo para o parto. Disponível em: <https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,presa-da-a-luz-dentro-de-solitaria-em-penitenciaria-do-rio,1786404>. Acessado em 19/10/2019.

Para o autor italiano, ainda, a liberdade feminina é uma liberdade paradigmática: a mulher constitui o paradigma do outro. Por isso, - “sua opressão e discriminação são paradigmáticas de todas as desigualdades que hoje persistem sob o véu da igualdade de direitos”.

É através do seu corpo, que carrega a culpa, que a mulher deve expiá-la. Após a descoberta do pecado capital, Deus dá um castigo a Eva: “com sofrimento você dará à luz filhos. Seu desejo será para o seu marido, e ele a dominará⁴⁶. No curso da história, um corpo dominado e subjugado⁴⁷. Um corpo que dá à luz.

A prisão aprisiona o corpo. O corpo feminino, porém, é ele mesmo objeto de opressões e apreensões, de controles formais e informais extramuros. A prisão feminina confina um corpo já aprisionado pela violência simbólica.

Se as paredes do cárcere constituem violentamente a vivência das presas, e se a maternidade é “o grande caso das mulheres”, a dominação masculina apresenta seu símbolo mais cruel e infame na prática estatal de restringir a liberdade corporal enquanto estão a dar à luz, ao submeter as gestantes ao uso de algemas durante o trabalho de parto.

O mito do pecado original na face em que pune a mulher pela traição a Deus permanece constitutivo das práticas estatais por meio da tortura do seu corpo no ato mais simbólico da condição feminina: a gestação e o parto.

Na pesquisa realizada pela Fiocruz⁴⁸, o uso de algemas em algum momento da internação para o parto foi relatado por mais de um terço das mulheres, sendo que, em 8% dos casos⁴⁹, a gestante permaneceu algemada mesmo durante o parto, “não lhes tendo sido permitidos os benefícios da deambulação e da livre movimentação que são recomendados para o melhor desempenho nessa ocasião”.

Com o propósito de coibir a prática estatal do uso de algemas em grávidas, em 26 de setembro de 2016, foi editado o Decreto 8.858/16, e posteriormente, em abril de 2017, a Lei 13.434/17, que vedaram o emprego de algemas em mulheres presas em qualquer unidade do sistema penitenciário nacional, durante o trabalho de parto, no trajeto da

⁴⁶ Gênesis, 3:16

⁴⁷ PERROT, Michelle. Minha história das mulheres. Tradução de Angela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2016, p. 76

⁴⁸ Os dados da pesquisa foram coletados entre os anos de 2012 e 2014.

⁴⁹ LEAL, Maria do Carmo et al. Nascer na prisão: gestação e parto atrás das grades no Brasil. In: Ciênc. saúde coletiva [online], 2016, vol.21, n.7, 2068. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232015217.02592016>. Acessado em 19 de dezembro de 2019.

parturiente entre a unidade prisional e a unidade hospitalar e após o parto, enquanto a mulher permanecer hospitalizada.

É sintomático do machismo e da dominação que as presas permaneçam algemadas durante o trabalho de parto. Em primeiro lugar, porque o uso de algemas constitui uma restrição à liberdade do sujeito que apenas se justifica nos casos de resistência e de fundado receio de fuga ou perigo à integridade física própria ou alheia. É evidente que tais requisitos materiais não estão presentes no momento do trabalho de parto, o que dispensaria a edição de qualquer ato normativo para regulamentar a prática de atos estatais de restrição física no momento em que a mulher dá à luz. Em segundo lugar, porque muito antes da edição da lei e do decreto acima citados já havia previsão constitucional dos princípios da proteção e promoção da dignidade da pessoa humana e da proibição de submissão à tortura e ao tratamento desumano e degradante (Art. 1º, III e Art. 5º, III).

Está presente no sistema jurídico vigente também a Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher. Entre as prescrições da convenção, encontra-se a obrigação dos Estados Parte de proteger a mulher contra todo ato de discriminação, assim como de abster-se de praticar atos discriminatórios contra elas.

Constitui discriminação, nos termos a muito exasperados pela Convenção:

"Toda a distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher, independentemente de seu estado civil, com base na igualdade do homem e da mulher, dos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural e civil ou em qualquer outro campo.

Do mesmo modo, as Regras de Bangkok, regras das Nações Unidas para tratamento de mulheres presas e medidas não privativas de liberdade para mulheres infratoras, reconhecem a presença de necessidades distintas das presas e impõem adequado tratamento a tais condições, inclusive no que diz respeito à proibição do uso de algemas durante o parto.

Neste caso, submeter a gestante à restrição corporal desnecessária e desproporcional, mediante o uso de algemas durante o trabalho de parto, constitui evidentemente prática discriminatória, uma vez que se trata de restrição baseada no sexo, que tem por resultado anular o reconhecimento dos direitos humanos e liberdades fundamentais.

“É, sobretudo, no corpo e através dele que se estabelece o controle institucional às mulheres encarceradas”⁵⁰. Não se trata de mero acaso, portanto, o uso de algemas durante o parto. A prática é desnecessária e vedada pela Constituição Federal. A violência simbólica e a dominação masculina machista, no entanto, atuam à margem do sistema jurídico e apesar dele. Trata-se em medida estatal institucionalizada que cumpre uma função não declarada do direito penal, qual seja, promover e manter o controle dos corpos das mulheres, um corpo que deve ser vigiado e punido em razão do seu sexo.

Em suma, a luta não deveria ser contra “as criminosas”, mas sim contra a pobreza e a aberração de miséria que existe dentro da fatura que produz todo tipo de insegurança social. Não é bem verdade que a criminalidade feminina vem aumentando de modo assustador, pois o que aumenta é o preconceito, a intolerância contra certos comportamentos tidos como criminosos e que mesmo no intramuros são “algemados”.

⁵⁰ BARCINSKI, Mariana; CÚNICO, Sabrina Daiana. Os efeitos (in)visibilizadores do cárcere: as contradições do sistema prisional. In: Revista Psicologia, 2014, Vol. 28 (2), p. 65.

5 - AS GARANTIAS LEGAIS DAS PRISIONEIRAS

Em nosso País todas as pessoas - mulheres, crianças e homens - são cidadãs titulares de direitos e deveres, logo, a mulher presa tem os mesmos direitos que o homem preso. A prisão já é o resultado da condenação pela prática de crime e para toda pessoa condenada são devidos todos os direitos e garantias constitucionais, não importa a sua classe social, raça, cor da pele, sexo, orientação sexual, a quantidade da pena, o crime que praticou ou quantos crimes cometeu, deve ser tratada como cidadã e ter seus direitos respeitados por todos.

O Estado é o responsável por seu bem-estar. Por isso, é dever do Estado disponibilizar atendimento jurídico, médico, odontológico, bem como fornecer alimentação saudável, vestuário, instalações higiênicas, medicamentos, ensino, trabalho, assistência psicológica e social, atividades religiosas, enfim, o serviço necessário para o bem-estar de todas as pessoas encarceradas.

Toda vez que o Estado, através de seus funcionários, deixa de cumprir tais deveres, coloca a pessoa presa em situação de restrições ilegais de direitos, pois não previstas em lei.

Na aplicação das sanções criminais e no cumprimento destas, deve-se atender ao “princípio da individualização”, conforme o qual a dosimetria e execução da pena são atividades que devem estar legitimadas por meio de um processo fundamentado de personalização da resposta punitiva do Estado, atentando-se para todas as características do delito e considerando-se as condições pessoais da condenada.

A legislação brasileira, ao menos formalmente e guiando-se pelo princípio da legalidade, empenhou-se em adaptar a execução da pena ao princípio da humanidade do tratamento. Nosso ordenamento jurídico contém garantias explícitas para a proteção da população encarcerada, assegurando um tratamento humanizado e respeitando todos os direitos que não são atingidos pela privação da liberdade, resguardando, desse modo, a integridade física e moral das presas.

Os seguintes direitos, não desconsiderando-se muitos outros que podem ser elencados, são assegurados pela Lei de Execução Penal e podem ser reclamados a qualquer momento, uma vez que são garantias das detentas que não lhes foram retiradas pela pena ou pela lei.

5.1 - Das garantias

5.1.1 - Assistência médica

A população prisional, em especial a feminina, demanda uma atenção de saúde específica, devido suas condições de vida e ambiente. Muitas mulheres que hoje estão presas já passaram pela prostituição, violências dos mais variados tipos e uso abusivo de drogas. Então, portam consigo consequências físicas e psicológicas de uma vida exposta a fatores de risco.

Nesse sentido, na atenção à saúde das mulheres presas deve levar em consideração as singularidades sociais e culturais destas, e isso vai determinar como devem ser realizadas as ações e desenvolvidas as políticas.

Uma decisão envolvendo tal assunto que gerou bastante repercussão e polêmica foi a da juíza Adriana Marques Laia Franco, da 4ª Vara de Fazenda Pública do Rio de Janeiro, onde rejeitou uma ação da Defensoria Pública estadual que exigia atendimento médico e ginecológico para presas. O serviço deveria ser prestado por dois profissionais em tempo integral em cada uma das seis unidades prisionais femininas do Estado. A magistrada considerou que oferecer o serviço às presas seria dar-lhes um "privilegio" em relação às mulheres em liberdade.

5.1.2 - Roupas de cama, vestuário e alimentação

O governo possui o dever de disponibilizar não só roupas de cama, mas camas individuais para cada apenada, bem como vestuário e alimentação. No entanto, raras são as vezes que essas determinações são atendidas.

Principalmente por ocasião do superlotamento dos presídios, com número de apenadas que só aumenta a cada ano, a oferta de camas e lençóis acaba não sendo suficiente para atender a todas as presas. O vestuário poucas vezes é oferecido pelo governo, ficando as detentas dependendo que os parentes e amigos tragam roupas. Quanto à alimentação, excetos em alguns casos, por muitos é tida como de baixa qualidade e por vezes insuficientes.

5.1.3 - Visita da família e amigos

Como o governo não consegue garantir apoio material extremamente necessário para todas as detentas, a garantia da visita é de grande importância, pois muitas vezes é a família ou amigos que trazem vestuário, remédios, produtos de higiene pessoal, etc., para as apenadas. No entanto, durante a revista, muitas vezes denuncia-se o abuso por parte dos funcionários.

As penitenciárias alegam ser necessária uma revista rigorosa, pelo fato de muitas vezes os visitantes tentarem adentrar o presídio carregando objetos proibidos, como drogas e celulares. Todavia, esse motivo não pode se sobrepor ao tratamento respeitoso dos visitantes. A honra e dignidade do revistado deve ser preservada.

5.1.4 - Educação

A educação está relacionada não só ao desenvolvimento intelectual do apenado, como também da sua ressocialização. Muito ainda deve ser investido nesse setor, tido como a principal solução para a melhoria das condições de vida da pessoa, não só enquanto preso, mas principalmente, na sua preparação para servir à sociedade facilitando as oportunidades de emprego, quando em liberdade.

5.1.5 - Higiene, luz e ventilação

As boas condições físicas do estabelecimento também são garantias das detentas. No entanto, em nosso país, é fácil observar a degradação na estruturação dos presídios. Quanto à higiene, as mulheres possuem um agravante em relação aos homens, a menstruação. Pela falta de absorventes, muitas têm que utilizar miolos de pão como tampão, por exemplo. Produtos de limpeza pessoal também são escassos, sendo a família e demais visitantes os principais responsáveis pelo seu fornecimento às detentas. Àquelas com situação financeira mais precária passam por maiores dificuldades nesse setor.

Em termos mundiais, observa-se que a legislação Brasileira é bastante completa e abrangente, porém, sua aplicabilidade, via de regra, não está ocorrendo como idealizou o legislador. Os Estados não têm estrutura para manter um sistema penitenciário como o previsto em lei, logo, o ideal ressocializador acaba deparando-se com a realidade de

superlotação, desrespeito aos direitos humanos, falta de estrutura física frente à demanda das presas e falta de recursos humanos capacitados para as atividades penitenciárias.

O direito sempre foi machista e se preocupou somente com os problemas dos homens. A atual Constituição procurou de modo claro assegurar a igualdade entre homens e mulheres com respeito às diferenças e peculiaridades necessárias para transformar a história de opressão vivida pelas mulheres. Entretanto, a legislação é somente um instrumento de modificação legal, que deve vir acompanhado de uma mudança de mentalidade da sociedade e das próprias mulheres, sem o qual, não passará de letra morta.

5.2 - Direitos humanos, discriminação de gênero e preconceito

Muitas mulheres são vítimas de crimes no Brasil. A baixa escolaridade de pessoas do sexo feminino está diretamente ligada às precárias condições das crianças destas mães, pois estas, não raras vezes, são as únicas responsáveis pelo sustento do lar. Muitas ações de discriminação de gênero e preconceito que violam gravemente os direitos humanos não acontecem de forma clara e explícita, mas sim de forma velada.

A prisão como um ambiente violador de direitos possui fundamento na compreensão equivocada de que homens e mulheres presos seriam como se fossem “cidadãos de segunda categoria”. O princípio da dignidade humana, o qual estrutura a doutrina dos direitos humanos, deve ser levado em consideração para então identificar o ambiente de exclusão que constitui o cárcere (ESPINOZA, 2004, p.52-3).

As pesquisas que identificam as mulheres presas como objeto de estudo, demonstram a necessidade de incluir a perspectiva de gênero como marco de aproximação ao universo carcerário e refletir a transformação das mulheres presas diante de valores impostos, os quais compreendem a docilidade e a domesticidade como virtudes que reforçam a submissão da mulher e restringem o exercício de práticas cidadãs. (ESPINOZA, 2004, p.52-3).

Concebidos como organismos equilibrados, estáticos e fechados em si mesmos, os sistemas que regem as sociedades, aparentemente são baseados em uma pretensa e harmônica sintonia funcional de todas as partes envolvidas, sobre os mais diversificados interesses das comunidades e sobre o consenso (BARATTA, 2011, p.120).

O Estado, de forma utópica, sempre vai procurar demonstrar que a maioria dos cidadãos entende que a ordem social em que vive é a melhor do mundo, que o nível de desemprego é baixo, que o nível de riqueza é o mais alto da história da humanidade e a

renda média cresce anualmente. Tudo isso para fazer com que a ordem social seja vista como justa e preocupada com o interesse de todos e das instituições, como por exemplo, o trabalho, a família, a política democrática do sistema legal e da economia mista são aceitas sem muito questionamento. Isto soa mais ou menos, como se o fim da ideologia estivesse ao alcance da mão e os valores ocidentais representam uma verdade absoluta, um ponto final do progresso humano (YOUNG, 2002, p.20).

Entretanto, o descarte de pessoas indesejáveis é inevitável dentro de uma sociedade que valoriza o conhecimento e o saber como produto de uma ciência e de práticas legitimadas por instituições idôneas e eficazes. A parcialidade do processo de conhecimento e a sua pretensão universal como forma de dominação é demonstrada pelo uso de uma ciência que cria obstáculos naturais a uma mudança de paradigma que resulte em alteração radical do sistema penal ou sua abolição. (MELLIM FILHO, 2010, p. 250).

O cárcere como um instrumento de coerção, possui objetivos extremamente precisos: o primeiro deles é reafirmar a ordem social burguesa quando faz uma nítida distinção entre o universo dos que são proprietários e o universo dos que não são proprietários e posteriormente quando pretende educar ou reeducar o criminoso que não possui propriedade para ser um trabalhador que não represente perigos para a sociedade. Assim, o indivíduo que não é proprietário é doutrinado para também não ameaçar a propriedade alheia (MELOSSI; PAVARINI, 2010, p. 216).

No que diz respeito à intervenção penal a ser aplicada em desfavor de mulheres, a temática atinge importante grau de especialidade e especificidade. Primeiramente, o histórico de discriminação e preconceito sofrido pela mulher na sociedade ao longo dos séculos deve ser levado em conta, uma vez que a dignidade da pessoa humana é algo que deve ser respeitado para homens e para mulheres independentemente ao gênero que pertença. Entretanto, muitas vezes costumes sociais costumam atribuir valores diferenciados do que seja tido como dignidade para um homem e o que seria a dignidade para uma mulher.

Operadores do sistema devem desvencilhar do exercício do poder a utilização de razões que não sejam baseadas na técnica, ou seja, não devem agir com base em razões sociais e ideias que povoam o imaginário do senso comum. Quando agem em desconformidade com as garantias previstas na norma, o fazem em desfavor de uma clientela composta por indivíduos pobres, miseráveis, profissionalmente desclassificados, desempregados e subempregados, selecionada pelo sistema e classificada como criminosa (MELLIM FILHO, 2010, p. 251).

A visão da prisão como um castigo persiste ao longo do tempo. Os inconvenientes da prisão são conhecidos e também é sabido que esta é perigosa e inútil. Todavia, é uma solução que a sociedade não abre mão e não é capaz de enxergar “o que pôr em seu lugar” (FOUCAULT, 2014, p.218). Violência desenfreada, atitudes discriminatórias, preconceito e falta de observância aos direitos humanos, não é e nem nunca foi a melhor solução para a resolução dos conflitos que assolam a sociedade.

Grande parte dos conflitos de uma sociedade complexa é resolvida ou liquidada pela própria sociedade, por meio de suas instituições, como família, amigos, associações, movimentos sociais, dentre outros. Entretanto, o grande foco de resolução da maioria dos conflitos sociais, sempre foi e continua sendo o Estado, o qual é uma instituição que surgiu para resolver os problemas da vida em coletividade. Os problemas são fruto do processo de diferenciação social, quando a sociedade se organiza a partir de grupos portadores de identidades (classe, sexo, religião, cor), valores, interesses e opiniões divergentes (BORBA, 2006, p. 28).

No relatório a respeito da situação das mulheres encarceradas no Brasil são citadas violações a direitos protegidos na Convenção Interamericana de Direitos Humanos, como demonstração de parte do grupo das graves violações a direitos humanos que ocorrem no Brasil. As condições atuais do cárcere, as quais os homens e principalmente as mulheres estão sujeitas no país, constituem graves violações a direitos fundamentais como o direito à vida, à integridade física, à integridade psíquica e moral do ser humano.

Neste sentido, todas as vezes que as presidiárias saiam da cela para trabalhar, tomar banho de sol, receber atendimento do corpo técnico ou de advogados particulares, devem obrigatoriamente passar pelo “procedimento”, o qual a detenta deve ficar nua, agachar três vezes de frente e três vezes de costas, estão na verdade vivenciando uma situação que não lhes permite o controle de seus corpos. (HELPES, 2014, p. 102).

Fato é que tal “procedimento” é realizado sob o argumento da garantia da segurança, uma vez que as partes íntimas poderiam abrigar objetos ilícitos ou perigosos. porém, ainda que não tenha havido nenhuma notícia de alguma presidiária que portava algo consigo e o tenha deixado cair durante a revista, tal revista continua a acontecer cotidianamente, aliás, várias vezes ao dia, se necessário (HELPES, 2014, p. 103).

Os métodos punitivos são estudados por meio de uma tecnologia política do corpo a qual compreende uma história que relaciona poder e objeto. O direito penal como uma técnica de poder, pode ser compreendido simultaneamente: o crime como objeto de intervenção penal envolve o homem, a alma, o indivíduo normal e o indivíduo anormal,

os quais, diante de específica sujeição fazem com que o homem se torne o objeto do saber de um discurso com status “científico” (FOUCAULT, 2014, p. 27).

Há de ser levantada a hipótese de que o mencionado procedimento não é na verdade uma medida de segurança real, mas sim um ato simbólico que vai muito além dos seus efeitos reais, ou seja, tal processo vexatório e de humilhação faz parte da morte do indivíduo que acontece dentro das instituições totais, uma vez que este mecanismo não possui nenhuma eficácia comprovada e ainda assim continua sendo praticado (HELPE, 2014, p. 103).

O suplício penal nem sempre é uma punição corporal. É na verdade, uma produção de sofrimentos múltiplos em um ritual de manifestação da força do poder punitivo, o qual demarca o corpo “supliciado” de suas vítimas quando a justiça esquece seus princípios e age descontroladamente. Os excessos dos suplícios praticados representam toda a economia do poder representada numa encenação na qual o judiciário deve esclarecer a qualquer custo a verdade do crime (FOUCAULT, 2014, p. 36).

O Estado, por meio de seus agentes penitenciários, se olvida que os cidadãos deste mesmo do Estado são os titulares da esfera pública e consequentemente membros da sociedade, também são trabalhadores, consumidores, pacientes, contribuintes do fisco e de clientes de burocracias estatais, estudantes, turistas, participantes do trânsito etc, expostos, de modo especial, às exigências específicas e às falhas dos correspondentes sistemas de prestação (HABERMAS, 1997, p.98).

A prisão coaduna com o sistema de discriminação e vigilância, a qual permite controlar os indivíduos libertados. O fato de colocar as infratoras umas com os outras em um ambiente fechado em si mesmo proporciona um meio delinquente organizado e mais fácil de controlar. A exclusão acarreta desemprego e impõe determinadas tarefas as egressas. A prisão e a polícia são determinantes para gerir as ilegalidades, a diferenciação, o isolamento, a utilização e o manejo da delinquência. O conjunto: polícia, prisão e delinquência são interdependentes e ininterruptos. “A vigilância policial fornece à prisão os infratores que está transforma em delinquentes, alvo e auxiliares dos controles policiais que regularmente mandam alguns deles de volta à prisão” (FOUCAULT, 2014, p. 267).

Ao adentrar na prisão, a qual (GOFFMAN, 2010, p.17) denomina “terceiro tipo de instituição total”, como sendo um local para proteção da comunidade dos eventuais perigos que os indivíduos que ali necessitam estar possam causar a sociedade, não há para estes indivíduos isolados e segregados nenhum tipo de preocupação com o bem-estar deles.

Os operadores do direito dos tempos atuais devem compreender adequadamente a emergência dos novos direitos e a necessidade de contextualizar o histórico desses direitos. Compreender a realidade é um trabalho interdisciplinar que depende da análise de fenômenos como globalização, cidadania, direitos humanos, acesso à justiça, o meio ambiente, a questão agrária, o princípio da legalidade, as relações de trabalho, a dignidade humana, a bioética, o urbanismo, a democracia, o papel do Estado.

As mulheres punidas com privação de liberdade perdem tal direito, mas devem ter todos seus demais direitos humanos respeitados. O descaso, a negligência e omissão do Estado no cumprimento de seus deveres afeta não só a limitação a ser cerceada pela pena, qual seja o direito de ir e vir das mulheres encarceradas, mas também propaga violações de todos os outros direitos das presas que não deveriam ser afetados. Ao invés de perpetuar a discriminação e a violência de gênero presentes na sociedade para dentro dos presídios femininos, o Estado deveria se preocupar em construir espaços produtivos, saudáveis, de recuperação e resgate de autoestima e de cidadania para as mulheres.

Outro exemplo é que o diz respeito ao direito ao voto. A supressão dos direitos políticos deveria ser apenas referente à capacidade eleitoral passiva, ou seja, somente para o direito de ser votado, diante da impossibilidade do exercício regular do poder político, mas tal condição em hipótese alguma deveria interferir nos direitos políticos ativos que compreendem o direito de votar.

Cabe destacar que nos termos do texto constitucional, a perda do direito ao voto é somente para aqueles com trânsito em julgado da sentença penal condenatória. Nos termos do artigo 15 da Constituição: “É vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos de: (...) III - condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos”.

A disciplina é uma modalidade de exercício de poder e não se identifica nem como uma instituição e nem como um aparelho, uma vez que se trata de instrumentos, técnicas e procedimentos e diversificados níveis de aplicações e de alvos, pois exerce o papel de uma “física” ou uma “anatomia” do poder, na verdade como uma tecnologia (FOUCAULT, 2014, p. 203).

A partir do pós-guerra surgiram movimentos em prol dos direitos humanos e uma redefinição da legislação penitenciária em âmbito internacional e nacional. As Regras Mínimas para tratamento dos presos serviram de parâmetro para estabelecer a partir do pensamento contemporâneo bons princípios e práticas a serem realizadas pela administração penitenciária quanto ao tratamento dos presos e podem ser consideradas

como o mais importante documento produzido na área penitenciária (SANTA RITA, 2006, p.23).

“Registros históricos mostram a preocupação com um tipo diferenciado de tratamento para mulheres presas que, ainda que mencionado, na realidade não ocorria, deixando claro, mais uma vez, a sua condição de invisibilidade” (LOPES, 2004, p.44).

Desde a antiguidade, as diferenças biológicas da mulher foram motivos para discriminação de gênero. A igreja ditava regras de conduta moral e exercia forte influência no comportamento das pessoas e também papel socioeconômico e político. Para aquele e aquelas que transgrediam a ordem vigente eram punidos (as) pela sociedade e expostos (as) a julgamento público (SANTA RITA, 2006, p.48).

O preconceito histórico capaz de evidenciar a diferenciação do gênero na modernidade se mistura a um novo ingrediente econômico para o qual a combinação gênero feminino acrescido de pobreza resultam na perpetuação da discriminação, do preconceito e da falta de oportunidades. Ou seja, o preconceito enfrenta uma dupla barreira.

Apesar de tudo, ainda há muita discriminação e preconceito numa sociedade altamente excludente, a qual pessoas pobres, com baixa renda, baixa escolaridade, sem acesso à saúde, educação, cultura e lazer, ainda são delegados para segundo plano. Este é o perfil das mulheres encarceradas, que são um grupo de vulneráveis dentro do sistema prisional a qual merece atenção dos poderes públicos ante a progressão em maior escala que a população carcerária masculina.

À luz do texto constitucional, de acordo com os pressupostos garantidores da liberdade, da não discriminação, do estabelecido na legislação penal e processual vigente, pode ser evidenciado que a lei deixa de ser cumprida a rigor quando se fala em dignidade da pessoa humana.

As crises econômicas que abalaram o Brasil no decorrer de sua história, agravaram ainda mais a precariedade dos direitos sociais, os quais ainda que existentes desde a década de trinta, na verdade, nunca foram amplamente implantados (ALVES, 2013, p. 250).

A ideia que se tem é que ainda que de forma velada, ou em casos mais explícitos, existe uma modalidade de direitos humanos para ricos e outra para pobres, ou seja, duas medidas diferentes para o mesmo peso, dois modos de agir diferenciados para sujeitos na mesma situação. O nome disto é discriminação.

Nas prisões, a esfera privada e a intimidade são esmagadas. O espaço público e o espaço privado recebem outras dimensões. No ambiente prisional preponderam as atividades e a vida pautada no sentido coletivo. Não dá para afirmar que dentro da cela a presa possa ter privacidade, pois sente a necessidade de recuar mediante o fato de que compartilha o espaço com pessoas desconhecidas. A intimidade somente habita os sonhos e a ilusão, o que fazem na verdade, como meio de defesa. (LOPES, 2004, p. 145).

A letra da lei não é nem de longe observada, fruto de uma cultura que apregoa que presos tem que sofrer se olvidam que no Brasil não há prisão perpétua e que eles um dia saem de lá, e certamente piores do que entraram. Se o ser humano no ambiente prisional for tratado pior do que um animal, certamente sairá do cárcere mais feroz do que adentrou. Talvez esse argumento seja capaz de possibilitar o início do debate numa sociedade até então egoísta, vingativa e egocêntrica.

5.3 - O estigma da pessoa encarcerada e a dignidade da pessoa humana

As marcas deixadas pela permanência na prisão e os danos que tal experiência proporciona no âmbito social, profissional, familiar, amoroso, financeiro não se limitam ao tempo de cumprimento da pena e acompanham a pessoa para o resto da vida.

O incremento da repressão na política criminal teve como consequência a rejeição social e o estigma imposto contra aquele que comete um crime. Deste modo, a sociedade vira as costas para quem um dia foi considerado "perigoso", pois perante o imaginário popular esta pessoa carregará para sempre essa marca. Ainda que a pena seja totalmente cumprida, fora dos muros da prisão, seus efeitos se estendem por tempo ilimitado. O preconceito e a ausência de políticas públicas destinadas a atender e a acolher a população egressa, contradiz o princípio ressocializador da execução penal, uma vez que não proporciona a integração daqueles e daquelas que foram afastados do convívio social (ESPINOZA, 2004, p.93).

Aquele ou aquela que esteve na prisão dificilmente vai conseguir se livrar do rótulo de ex-detento (a) ex-presidiário (a), o que refletirá diretamente em dificuldades para se readaptar ao meio social, se relacionar com as pessoas e conseguir um novo emprego. A pessoa, além de ter sofrido privação da liberdade fica, de acordo com o olhar da sociedade, marcada para o resto da vida. O estigma gerado é o principal obstáculo para um verdadeiro “recomeço de vida” (MADRID; SALIBA, 2012, p.374).

“As prisões femininas brasileiras ainda não foram suficientemente estudadas, especialmente no que se refere aos danos psicológicos que elas podem causar para as internas e seus filhos em virtude do isolamento que promovem”. (LOPES, 2004, p. 147).

Em contraposição ao mencionado pela autora do parágrafo anterior, há de ser destacado que há vários estudos que relacionam as prisões e os seus consequentes efeitos psicológicos na vida da pessoa que um dia foi condenada a uma pena privativa de liberdade.

Não há como negar que a execução penal deveria receber mais atenção. Na prática, a penitenciária funciona como se fosse um cemitério, onde o condenado é enterrado vivo. Condenado o réu é como se ele tivesse morrido e não precisasse mais ser alvo de preocupação, todas as pessoas, retornam as suas atividades e não mais se lembram do “morto”. (CARNELUTTI, 2012, p. 102).

Após a sentença penal, a sociedade já saciou o seu desejo de vingança e imagina poder dormir sossegada ao se livrar de um problema, ou seja, de uma pessoa que segundo esta sociedade não pode, não serve para fazer parte do convívio com os demais e, portanto, deve ser excluída.

A punição exacerbada é apontada como a solução de todos os males da sociedade. Sociedade está que autoriza a violência das instituições contra os bandidos, sociedade a qual também autoriza que contra estes sejam aplicadas a pena de morte, comumente traduzida e demonstrada na expressão “bandido bom é bandido morto”. Já com relação a mulher de bandido ou a criminosa, a situação é ainda mais complicada, pois além da violência policial recai também sobre ela, a violência por parte dos homens. (HELPER, 2014, p.50).

Nas sociedades, os sistemas punitivos são realocados em uma “economia política” do corpo, ou seja, mesmo que não mais utilizem oficialmente castigos violentos ou sangrentos, nos “métodos suaves” é sempre o corpo e suas forças que ficam trancadas e submissas. A história dos castigos pode ser legitimamente analisada sob a égide de estruturas morais ou jurídicas, historicamente realizadas com corpos para atingir a alma dos criminosos (FOUCAULT, 2014, p. 28).

A consideração feita há séculos por Beccaria ainda permanece atual, quando assegura que: “Efetivamente, a obscuridade que cercou por muito tempo o crime arrefece em muito a necessidade da exemplificação e permite devolver ao cidadão a sua condição e seus direitos, com o poder de o tornar melhor.” (BECCARIA, 2003, p. 51).

A falta de sucesso e eficácia terapêutica do sistema penitenciário é exaustivamente demonstrada: ao invés de recuperar o delinquente produz o resultado indesejável da reincidência ao consolidar a carreira criminosa, cujo estigma se torna impossível de escapar. O fardo daquele que passou pela prisão, também produz efeitos fora dela: o indivíduo com dificuldades de conseguir emprego vira presa fácil da polícia em um país que até bem pouco tempo atrás, estar sem trabalho era considerado vadiagem e ter frequentado a prisão significa ter uma “ficha suja”. A prisão ao invés de curar o criminoso “agrava seu mal” (RAUTER, 2013, p.104).

Há quem não consiga admitir que a prisão é um instituto fracassado que mantém a delinquência, com altos índices de reincidência e que na verdade, transforma um infrator ocasional em delinquente. Contudo, os condenados de hoje, mesmo após o pagamento da pena, continuam sendo estereotipados e perseguidos como se ainda fossem delinquentes: a vigilância que era um direito do passado ainda hoje acontece de fato, os velhos “passaportes dos degredados” hoje em dia recebem a denominação de “folha corrida” (FOUCAULT, 2014, p.258).

Uma conduta não é necessariamente criminal por si só como uma qualidade negativa ou nocividade inerente, nem tampouco o autor de tal conduta um criminoso devido a concretos traços de personalidade ou influências do meio ambiente. A criminalidade aparece principalmente, como um papel a ser desempenhado e atribuído a determinados indivíduos de acordo com um duplo processo: “a” definição legal de crime, que atribui à conduta o caráter criminal e a “seleção” que etiqueta e estigmatiza um autor como criminoso entre todos aqueles que praticam tais condutas” (ANDRADE 2005, p.26).

Ao adentrar na prisão, passa-se por rebaixamentos, degradações, humilhações e profanações da própria visão que possui de si próprio como uma desconstrução de sua identidade. Assim, o indivíduo morre para o mundo e nasce para o sistema penitenciário; “sua carreira moral” é obrigada a sofrer mudanças radicais, assim como a imagem que possui de si e daquilo que lhe é significativo (GOFFMAN, 2010, p.24).

Ao morrer para o mundo e nascer para o sistema penitenciário, o indivíduo perde as raízes de seu universo. Na prisão, diante do isolamento o indivíduo aos poucos toma consciência de sua fragilidade e de sua condição de absoluta dependência perante a administração. Assim acontece o primeiro estágio da “reformation”, no qual o “sujeito real” (criminoso) é transformado no “sujeito ideal” encarcerado (MELOSSI; PAVARINI, 2010, p.219).

Todas as atividades de uma pessoa dentro de uma instituição total, por mais simples e insignificante que sejam, passam pelo crivo da equipe diretora a qual faz seus julgamentos e análises. A autonomia do ato do presidiário é violentada, todas as suas ações e interações estão a mercê de sanções que vem de cima como uma presença constante na vida do internado, principalmente no período inicial de ingresso ainda antes do internado aceitar os regulamentos sem pensar no assunto. Cada repreensão tira do indivíduo a oportunidade de equilibrar suas necessidades e seus objetivos de maneira pessoal e eficiente (GOFFMAN, 2010, p. 42).

Na prisão, a presa bem-comportada é aquela que possui o seu “eu” morto. Ao adentrar na prisão é como se o indivíduo morresse para o mundo. Aquela presa nada mais sabe fazer do que obedecer sem contestar, o que faz com que a rotina de privação, dominação e humilhação do cárcere seja perpetuada. Por mais contraditório que pareça ser, aquela presa que é uma ótima presa, passa a ser imprestável para a vida extramuros, pois desaprendeu a lutar por si próprio (RAUTER, 2013, p. 106).

A preocupação com a dignidade da pessoa do condenado deve ser do Estado e de toda sociedade. Sociedade está que se olvida que no Brasil, via de regra, não há prisão perpetua e nem pena de morte e um dia este condenado sairá de dentro da estrutura prisional muito pior do que lá adentrou e fatalmente sucumbirá a ser um reincidente.

5.4 - Regras de Bangkok

As Regras de Bangkok, aprovadas pela Assembleia Geral da ONU em 2010, e adotadas em 16 de março de 2011 através de Resolução, constituem um marco na sensibilização dos Estados quanto às necessidades do sistema carcerário para mulheres para potencializar os cuidados com a questão de gênero nos presídios, de modo que essa problemática merece destaque pelas autoridades responsáveis.

Essas Regras visam propiciar um olhar diferenciado e inclusivo para as especificidades de gênero das mulheres em situação de cárcere, no momento da própria execução penal, mas também a partir da priorização de medidas alternativas à privação de liberdade, de modo a evitar a entrada das mulheres no sistema prisional.

Logo, as regras não abordam tão somente a necessidade de se trocar as lentes com relação ao tratamento dado às mulheres nas instituições prisionais, mas “reconhecem que este tratamento tem de considerar a possibilidade de a mulher ter sido

vítima de violência em algum momento da vida, a possibilidade de gravidez e a diversidade cultural, e oferecer tratamento dentro deste contexto⁵¹.

As Regras são um instrumento de proteção às mulheres em tempos de guerra e de paz produzido pela ONU. Tal documento é um conjunto de 70 regras, algumas de fácil e outras de difícil aplicação. Entretanto, no Brasil a efetivação da respectiva regra, deu-se somente e de forma parcial no julgamento do Habeas Corpus n.º 126.107, pelo Supremo Tribunal Federal, em 08 de janeiro de 2015⁵², quatro anos da edição das regras de Bangkok. Atentemos, porém, que estas Regras, que não estão no plano do direito interno, mas sim do direito internacional

Diante do progressivo encarceramento feminino deve haver uma preocupação com políticas públicas para o cárcere. No caso das mulheres encarceradas e seus filhos, o superior interesse da criança tem sido interpretado de uma maneira muito simplista. Muitas mulheres privadas de sua liberdade perdem também direitos que vão muito além da liberdade de ir e vir, os quais não são abarcados pela sentença condenatória.

Na realidade brasileira, crianças vão parar em abrigos e muitas delas são encaminhadas para adoção sem o conhecimento e consentimento da mãe. Realidade está fielmente estampada no documentário intitulado “Mães do cárcere”, produzido pela pastoral carcerária de São Paulo, que expõe relatos da realidade brasileira relativos a

⁵¹ BRASIL. Conselho Nacional de Justiça, Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas. Regras de Bangkok: regras das Nações Unidas para o Tratamento de Mulheres Presas e Medidas Não Privativas de Liberdade para Mulheres Infratoras. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2016. p. 10.

⁵² “HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. SÚMULA 691/STF. AFASTAMENTO. TRÁFICO DE ENTORPECENTES E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. ARTIGOS 33 E 35 DA LEI 11.343/2006. PRISÃO PREVENTIVA. SUBSTITUIÇÃO POR PRISÃO DOMICILIAR. REVOGAÇÃO DO DECRETO PRISIONAL. FUNDAMENTAÇÃO INIDÔNEA. MOTIVAÇÃO GENÉRICA E ABSTRATA. CONCESSÃO DA ORDEM DE OFÍCIO. 1. Em casos excepcionais, viável a superação do óbice da Súmula 691 desta Suprema Corte. Precedentes. 2. Inobstante o pedido defensivo de substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar e o parecer ministerial favorável à adoção da referida medida, a hipótese é de revogação do decreto prisional, porquanto mais favorável a paciente. 3. O decreto de prisão cautelar há de se apoiar nas circunstâncias fáticas do caso concreto, evidenciando que a soltura, ou a manutenção em liberdade, do agente implicará risco à ordem pública, à ordem econômica, à instrução criminal ou à aplicação da lei penal (CPP, art. 312). 4. A motivação genérica e abstrata, sem elementos concretos ou base empírica idônea a amparar o decreto prisional, esbarra na jurisprudência consolidada deste Supremo Tribunal Federal, que não lhe reconhece validade. Precedentes. 5. Substituição da prisão preventiva por medidas cautelares previstas no art. 319 do Código de Processo Penal, a serem fixadas pelo juízo de primeiro grau. 5. Ordem de habeas corpus concedida de ofício, tornando definitiva a liminar anteriormente deferida, para revogar a prisão preventiva da paciente, sem prejuízo da imposição, pelo magistrado de primeiro grau das medidas cautelares ao feito legal”.

situação das mães que foram parar no cárcere com filhos pequenos ou deram à luz na prisão e perderam seus filhos porque foram adotados sem o conhecimento materno ou de suas famílias.

Nem as mães que perderam seus filhos e nem as famílias destas tinham conhecimento de que as crianças foram levadas para um abrigo para serem encaminhadas para a adoção e nunca consentiram para isso e de forma consciente nunca assinaram nenhum documento que fosse destinado a tal fim. O que aconteceu segundo relatos é que as mães destas crianças e suas famílias, não tinham informações exatas de qual abrigo estavam estas crianças, quando descobriam as crianças logo eram remanejadas para outros abrigos e muitos meses depois ficavam sabendo que seus filhos, netos, sobrinhos, foram adotados (BALERA; CERNEKA; GUELLER, 2011).

“Mães presas recordam e sonham. Recordam o que foram, sonham o que querem ser. Os momentos narrados são momentos de dor, dúvida e expectativa” (LOPES, 2004, p.72). Não se sabe ao certo o real interesse de tal atitude, provavelmente casais que não podem ter filhos e que estão na fila da adoção possuem preferência para adotar bebês pequenos, com poucos meses de vida. Entretanto, aquelas assistentes sociais e o poder judiciário em si, prestaram um desserviço, um prejuízo inestimável na vida daquelas mulheres que, provavelmente, jamais será reparado.

O Decreto nº 99.710 de 21 de novembro de 1990, o qual promulga a Convenção sobre os direitos da criança, no seu artigo 09, item 01 e 02 estabelece que:

1. Os Estados Partes deverão zelar para que a criança não seja separada dos pais contra a vontade dos mesmos, exceto quando, sujeita à revisão judicial, as autoridades competentes determinarem, em conformidade com a lei e os procedimentos legais cabíveis, que tal separação é necessária ao interesse maior da criança. Tal determinação pode ser necessária em casos específicos, por exemplo, nos casos em que a criança sofre maus tratos ou descuido por parte de seus pais ou quando estes vivem separados e uma decisão deve ser tomada a respeito do local da residência da criança.
2. Caso seja adotado qualquer procedimento em conformidade com o estipulado no parágrafo 1 do presente artigo, todas as partes interessadas terão a oportunidade de participar e de manifestar suas opiniões.

Nos casos relatados no documentário, foi justamente isto que não aconteceu. O fato delas não terem a intenção de abandonar seus filhos ficou demonstrado de forma nítida em cada um dos depoimentos. Todas as presas que aparecem no documentário foram privadas da liberdade, ou seja, temporariamente tiveram seu direito de ir e vir

limitado, entretanto, nem elas e nem as suas respectivas famílias, perderam os direitos de serem mães, tias, avós, pois neste quesito não há nenhum tipo de acusação ou comportamento que comprometa tal exercício. As mães não queriam abandonar seus filhos nem entregá-los para a adoção (BALERA; CERNEKA; GUELLER, 2011).

O amor materno possui diferentes significados nas relações sociais. Diante deste pressuposto, as mães encarceradas sofrem diversos preconceitos. Aquelas mulheres encarceradas que são mães são duplamente discriminadas: porque rompem com os modelos de entendimento do gênero ainda presentes no mundo contemporâneo. O primeiro destes modelos estereotipa a mulher como um ser frágil, dotada de menos periculosidade e agressividade do que os homens. O outro modelo é daquela mãe que cuida dos seus filhos sem os abandonar (LOPES, 2004, p.70).

Outra situação narrada pelo documentário “Mães do cárcere” é o uso de algemas durante o parto, situação está que fere a regra número 24 das Regras das Nações Unidas para o tratamento de mulheres presas e medidas não privativas de liberdade para mulheres infratoras. Tal documento é mais conhecido por “Regras de Bangkok” e estabelece que “instrumentos de coerção jamais deverão ser usados contra mulheres prestes a dar à luz, durante trabalho de parto nem no período imediatamente posterior” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2010, p.15).

A Súmula Vinculante nº 11 do Supremo Tribunal Federal versa a respeito da necessidade do uso das algemas somente em situações que apresentem algum tipo de risco e de forma fundamentada. As Regras Mínimas de Tratamento do Preso no Brasil, instituídas pela Resolução nº 14, de 11 de novembro de 1994 e a necessidade de aprimorar a Resolução nº 02, de 08 de maio de 2008, do conselho nacional de política criminal e penitenciária a respeito da utilização de algemas na condução de presos e em sua permanência em unidades hospitalares recomenda que:

(...) não sejam utilizadas algemas ou outros meios de contenção em presos que sejam conduzidos ou permaneçam em unidades hospitalares, salvo se restar demonstrada a necessidade da sua utilização por razões de segurança, ou para evitar uma fuga, ou frustrar uma resistência (...).
Art. 2º. Considerar defeso a utilização de algemas ou outros meios de contenção em presos no momento em que se encontrem em intervenção cirúrgica em unidades hospitalares. (...)
Art. 3º. Considerar defeso utilizar algemas ou outros meios de contenção em presas parturientes, definitivas ou provisórias, no momento em que se encontrem em intervenção cirúrgica para realizar o parto ou se estejam em trabalho de parto natural, e no período de repouso subsequente ao parto.

No Brasil, o Conselho Nacional de Justiça, 29 de junho de 2011 proclamou a Carta de Brasília, cuja recomendação é exigir do Poder Executivo, seja ele União ou Estado e do Poder Judiciário brasileiro, assim como todos os órgãos e diferentes instâncias integrantes do sistema de justiça criminal, a necessidade de observar e efetivar no território nacional as Regras das Nações Unidas destinadas ao tratamento das mulheres reclusas e para cumpridoras de penas não privativas de liberdade (Regra de Bangkok). Tudo isso, com total e irrestrita observância aos direitos fundamentais e sem prejuízo da utilização de outros diplomas legais, de caráter nacional ou internacional que se fizerem necessários, em prol das pessoas privadas da liberdade.

Há necessidade de uma reflexão acerca dos óbices culturais para a consolidação de uma política verdadeiramente comprometida com os direitos humanos, que resulte em mudanças efetivas no comprometimento com o respeito à dignidade da pessoa humana de acordo com a previsão do texto constitucional e demais leis previstas no Estado Democrático de Direito e em conjunto com o estabelecido nas regras de Bangkok.

Em suma, da análise das Regras de Bangkok, percebe-se que estas representam um importante conjunto de normas, que ao realizar a análise do encarceramento com enfoque de gênero, evidenciam as especificidades da condição feminina, que contam com necessidades distintas. Uso de absorventes, gravidez, necessidade de idas à ginecologista, histórico de abuso sexual e/ou violência, são algumas das variáveis afetas à vida das mulheres, que não devem ser simplesmente ignoradas pelo sistema penal.

6 - CONCLUSÕES

Da análise qualitativa de pesquisas já realizadas por grandes outros pesquisadores, pôde-se verificar que, apesar da aparente homogeneidade de condutas que levam as mulheres à prisão por tráfico de drogas, são nas especificidades das histórias de vida e das relações sociais que permeiam a realidade de cada uma dessas mulheres que se encontram os motivos para o envolvimento com as drogas.

A realidade das mulheres é complexa. Encarceradas, perdem não só a liberdade, mas também sua identidade, porquanto o tratamento na prisão é coletivo. O cárcere, com seus muros, grades, portões e cadeados faz a ruptura, temporária, na vida da mulher com o mundo exterior. O desafio da sociedade e dos poderes constituídos consiste na busca de pautas mais igualitárias na aplicação da justiça e no reconhecimento da condição de sujeitos de direitos das mulheres.

A vasta gama de dispositivos legais, nacionais e internacionais de proteção à mulher, diversos são os documentos que relatam intenções e políticas públicas para colocar em prática o estabelecido na legislação vigente em relação a mulheres privadas de sua liberdade, porém, como regra, estas legislações não fazem parte da realidade inferida nas fontes pesquisadas.

Constatada a violação da estrutura prevista e confirmada a hipótese de não haver tratamento digno no sistema prisional, há de ser considerado que a eficácia dos direitos fundamentais, a dignidade da pessoa humana, além de ficar comprometida, coloca em cheque valores difundidos por uma sociedade machista, preconceituosa e excludente.

Mas como mudar essa realidade, sem mudar a nossa forma de ver o outro? Se não nos enxergarmos como iguais, jamais acharemos que todos somos dignos do mesmo tratamento. Sempre faremos uma distinção entre nós.

Em relação ao objeto deste estudo, ao analisar a existência ou não de condições mínimas as quais seriam adequadas para o fiel cumprimento no disposto na legislação, podem ser evidenciadas as fragilidades do sistema que é excludente e segrega para manter a política da “lei e ordem”, atendendo aos ditames de uma sociedade que prega a vingança que vai muito além da punição estabelecida pela lei e pelas condições prisionais reais.

O tratamento desumano e degradante, a falta de observância às peculiaridades da mulher em situação de privação de liberdade e as condições do sistema penal fazem com que a possibilidade de manutenção de laços afetivos, de reabilitação e de ressocialização se torne algo ainda mais utópico do que parece ser.

A configuração do sistema de justiça criminal precisa ser repensada e modernizada a fim de repercutir políticas públicas e criminais efetivas, livres de influências leigas, achismos e com critérios pautados na racionalidade e no uso de técnicas adequadas, nunca baseados em mero populismo penal.

Como exemplo de descaso, esta pesquisa, até tentou entrelaçar as teorias criminais e sociais com os dados públicos divulgados pelos órgãos governamentais, entretanto, tais bases de informações, são desatualizados e não raras vezes desconexas, uma vez que não há preocupação por parte dos Estados membros em apontar dados que sejam realmente concretos. Assim, a falta de informações exatas prejudica o conhecimento da situação real. Informações estas que deveriam servir de base para proporcionar a elaboração de políticas públicas concretas e adequadas para as necessidades sociais do grupo em questão, porém, inexistem.

Diante da realidade Paulistana, podemos dizer que existe um enorme desafio para transformar as regras especiais de proteção aos direitos humanos e que observem as especificidades das mulheres em algo que faça parte do atual cenário penitenciário.

Contudo, tal desafio não se refere à atividade legislativa, pois o texto constitucional, o Código Penal, o Código de Processo Penal e a Lei de Execução Penal brasileira possuem conteúdo altamente garantista de acordo com as principais recomendações internacionais demais documentos de proteção aos direitos humanos. Os textos legais estão total consonância com o estabelecido nas regras de Bangkok, entretanto, na prática, tais regras representam um ideal bastante distante da realidade do sistema prisional Paulista e sequer verificamos algum esforço nesse sentido.

As legislações nacionais e internacionais que versam acerca dos direitos da pessoa reclusa, em especial a mulher, deve ser rigidamente observada. Não se trata de ação discricionária do gestor das unidades prisionais. Ante a realidade percebida neste estudo, constata-se que não se trata de falhas isoladas, mas sim de uma falha sistêmicas, que envolvem a omissão das instituições, do poder público e de toda a sociedade.

E mister lembrar que a falta de observância dos direitos referentes a mínima dignidade da pessoa humana, acarretam prejuízos aos direitos da saúde, educação, trabalho, lazer e contato com a família das presas. Por via indireta, também causa prejuízos para a sociedade que recebe aquelas que saem do cárcere piores, mais revoltados e mais rebeldes do que anteriormente estavam.

Faz-se necessário ressaltar também, que não se pretendeu neste trabalho exaurir as questões que permeiam o encarceramento e a criminalidade feminina, tendo em vista, principalmente, a impossibilidade de tal ato.

Creio inclusive que ao final desta pesquisa, eu não tenha cumprido todos os objetivos a que, inicialmente, me propus, embora esteja certo de que muitos aspectos que poderiam ter sido trabalhos ainda o serão. Sempre acho melhor e mais razoáveis, soluções coletivas para os conflitos, pois compreendo agora, que o sistema penal e carcerário “somos nós”, como diz Vera Regina Pereira de Andrade (2001, p. 8).

Mesmo assim, enveredando-me no mundo “macro penal”, busquei observar, as diferentes causas que levam a mulher a participar do tráfico e a sua atuação neste meio. Pretendi examinar de que forma o sistema penitenciário brasileiro trata as mulheres encarceradas e as consequências geradas por este tratamento nas vidas das detentas.

Chegou-se à conclusão assim, que as principais causas que levam a mulher a cometer o crime de tráfico drogas são, principalmente, a influência da conjuntura socioeconômica em que a está inserida, a busca de oportunidades para complementação de renda para o sustento da família, associadas ao baixo grau de escolaridade e, em muitos casos, à influência masculina.

A mulher encarcerada é vítima de preconceitos, abusos e violências uma vez encarcerada, perde muito mais que sua liberdade, haja vista que está submetida ao poder punitivo de um Estado que não se atenta à dignidade feminina e que se mostra incapaz de garantir a correta aplicação das determinações legais. A vida das mulheres egressas no sistema prisional encontra o seu valor e desvalor a partir de uma “construção” jurídica própria.

As condições desumanas e degradantes verificadas, evidenciam a necessidade de investimentos na efetivação de medidas que atendam aos ditames da Lei de Execução Penal. Conforme visto, as determinações contidas no texto constitucional e na Lei de Execução penal cumprem de modo exemplar aquilo que deles é esperado. Ambos respeitam as peculiares das mulheres em situação de cárcere, portanto, o assunto em tela, não é um problema de ordem jurídica, legislativa e sim de ordem política.

Nesse sentido, percebeu-se uma conexão sutil entre os símbolos construídos pelos mitos e as práticas estatais, os quais assustadoramente resistem ao tempo e geram impactos nas escolhas do sistema de justiça relacionadas ao encarceramento feminino, sobretudo derivadas da necessidade de vigilância e controle do corpo da mulher, o qual representa a materialidade da culpa que culturalmente carregam.

Em suma o que se necessita, na verdade, é de uma política de drogas e carcerária que busque a prevenção e não a repressão. Há uma urgente necessidade de soluções alternativas ao cárcere e a criminalização feminina. Enquanto não houver essa reformulação, as mulheres continuarão sendo mais punidas, mais discriminadas e continuarão sofrendo os impactos provenientes de uma política repressiva que só reforça o patriarcado, uma vez que a guerra contra as drogas é uma guerra contra mulheres, principalmente as pobres e negras.

REFERÊNCIAS

- ANGOTTI B. **Entre as leis da ciência, do Estado e de Deus: o surgimento dos presídios femininos no Brasil**. 1ª. Ed. São Paulo: IBCCrim, 2012.
- ADORNO, Sérgio. **Crime, justiça penal e desigualdade jurídica: as mortes que se contam no tribunal do júri**. Revista da USP. São Paulo: EDUSP, março/1994
- ALMEIDA, Rosemary de Oliveira. **Mulheres que matam. Universo imaginário do crime no feminino**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: UFRJ, 2006.
- ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **A soberania patriarcal: o sistema de justiça criminal no tratamento de violência sexual contra a mulher**. Revista Sequência, n. 50, p. 71-102, 2005.
- ALIMENA, Carla Marrone. **A tentativa do (im)possível: feminismos e criminologias**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.
- ALVES, Fernando de Brito. **Constituição e participação popular: a construção históricodiscursiva do conteúdo jurídico-político da democracia como direito fundamental**. Curitiba: Juruá, 2013.
- ALEXANDER, Michele. **A nova segregação: racismo e encarceramento em massa**. Tradução de Pedro Davoglio; Revisão técnica e notas Silvio Luiz de Almeida. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2017.
- BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do direito penal: introdução à sociologia do direito penal**. Tradução: Juarez Cirino dos Santos. Rio de Janeiro: Revan, 2011.
- BARCINSKI, M.; CUNICO, S.D. **Os efeitos (in)visibilizadores do cárcere: as contradições do sistema prisional**. Psicologia, Lisboa, v. 28, n. 2, p. 63-70, dez. 2014.
- BATISTA, Vera Malaguti. **Difíceis ganhos fáceis – Drogas e a juventude pobre do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.
- _____. **O jovem e a droga**. Cadernos do Terceiro Mundo nº 178. Terceiro Mundo, 1995.
- BALERA, Fernanda Penteado; CERNEKA, Heidi Ann; GUELLER, Pedro. **Mães do cárcere**: 2011. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CGIR0Hqsn6k>. Acessado em: 21 maio de 2019.
- BASTOS, M. **Cárcere de mulheres**. Rio de Janeiro: Diadorim Editora Ltda., 1997.
- BECCARIA, Cesar e Bonesana, Marchesidi. **Dos delitos e das penas**. São Paulo: Rideel, 2003.

BODELÓN, Encarna. **Relaciones Peligrosas: Género y Derecho Penal**. Revista Brasileira de Ciências Criminais. n. 29. Jan-mar. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000.

BOITEUX, Luciana. Paulo Teixeira: **A guerra contra as drogas é uma guerra contra as mulheres**. Agência PT de Notícias, [S.l], 10 nov. 2015. Disponível em: <https://pt.org.br/paulo-teixeira-a-guerra-contra-as-drogas-e-uma-guerra-contra-as-mulheres/>. Acessado em: 23 novembro de 2019.

_____. **Drogas e Cárcere: repressão às drogas, aumento da população penitenciária brasileira e alternativas**. In: SHECAIRA, Sérgio Salomão (org.). **Drogas. Uma nova perspectiva**. São Paulo: IBCCrim, 2014.

BORBA, Julian. **Ciência política**. Florianópolis: SEaD/UFSC, 2006.

BRAUNSTEIN, Hélio Roberto. **Mulher encarcerada: trajetória entre a indignação e o sofrimento por atos de humilhação e violência**. (Dissertação de Mestrado). São Paulo: Faculdade de Educação - FEUSP, 2007.

BIRMAN, Joel. **Mal-estar na atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Trad. Maria Helena Kühner. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BUCCI, Maria Paula Dallari. **Fundamentos para uma teoria jurídica das políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2013.

_____. **O conceito de política pública em direito**. IN Políticas Públicas - reflexões sobre o conceito jurídico. Org. Maria Paula Dallari Bucci, São Paulo: Saraiva, 2006.

CAGGIANO, Monica Herman. **Direitos humanos e democracia no século XXI**. IN Direitos humanos, democracia e justiça social, org. Denise Auad e Bruno Costa Oliveira, São Paulo: Letras Jurídicas, 2017.

CARVALHO, Salo de. **A política criminal de drogas no Brasil: estudo criminológico e dogmático da Lei 11.343/06**. São Paulo: Saraiva, 7. ed. atual. e ampl., 2014.

_____. **A política criminal de drogas no Brasil**. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2007.

CARNELUTTI, Francesco. **As misérias do processo penal**. Campinas, SP: Servanda, 2012.

COSTA, Elaine Cristina Pimentel. **Amor bandido -I As teias afetivas que envolvem a mulher no tráfico de drogas**. 2 ed. rev. e ampl. Maceió: EDUFAL, 2008.

CAMPOS, Carmen Hein de (org.); BARATTA, Alessandro; STRECK, Lenio Luiz; ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Criminologia e feminismo**. Porto Alegre: Sulina, 1999

CANCELLI, Elizabeth. **Repressão e controle prisional no Brasil: Prisões Comparadas. História: Questões e Debates**. Curitiba, Editora UFPR, n. 42, p. 141-156, 2005.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. **O espelho do mundo: Juquery, a história de um asilo**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

CUNHA, M. I. P. **O corpo recluso: controle e resistência numa prisão feminina**. In: ALMEIDA, M. V. de (Org.). **Corpo presente: treze reflexões antropológicas sobre o corpo**. Oeiras: Celta, 1996.

DEL OLMO, Rosa. **A legislação no contexto das intervenções globais sobre drogas**. In: **Discursos sediciosos**, n. 12, Rio de Janeiro: Revan, 2002.

DST, AIDS, HEPATITES VIRAIS. **Presas idosas têm um castigo a mais pelo crime cometido: o risco de passar os últimos anos de vida longe da família**. Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais: portal sobre aids, doenças sexualmente transmissíveis e hepatites virais, [S.l]. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/pt-br>. Acessado em 09 de dezembro de 2019.

DEMO, Pedro. **Introdução à metodologia da ciência**. São Paulo. Atlas. 1995.

D'Elia Filho, Orlando Zaconne. **Indignos da vida: a forma jurídica da política de extermínio de inimigos na cidade do Rio de Janeiro**. 1ª ed. Rio de Janeiro. Revan. 2015.

DIUANA, V.; CORREA; M. C. D. V.; VENTURA, M. **Mulheres nas prisões brasileiras: tensões entre a ordem disciplinar punitiva e as prescrições da maternidade**. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro, v. 27, n. 3, p. 727-747, 2017

ESPINOZA, Olga. **A mulher encarcerada em face do poder punitivo**. São Paulo: IBCCRIM, 2004.

FERLA, Luis Antonio Coelho. **Feios, sujos e malvados sob medida: do crime ao trabalho, a utopia médica do biodeterminismo em São Paulo (1920-1945)**. São Paulo, Tese de Doutorado, FFLCH-USP, 2005.

FOUCAULT, Michael. **Vigiar e punir: história das violências nas prisões**. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

FERRARI, Ilka Franco. **Mulheres encarceradas: elas, seus filhos e nossas políticas**. *Revista Mal-estar E Subjetividade*, Fortaleza, v. 10, n. 4, p. 1325-1352, dez. 2010. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27118632012>. Acessado em 10 outubro de 2019.

FERRAJOLI, Luigi. Prólogo. In PITCH, Tamar. **Um derecho para dos. La construção jurídica de gênero, sexo y sexualidad**. Trad. De Cristina Garcia Macual. Madrid: Editorial Trotta, 2003.

FAUSTO, B. **Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2001.

GUIMARÃES, Ana Cláudia. **Mulheres no tráfico: uma vida nada cor-de-rosa nas bocas de fumo**. Jornal Extra, Rio de Janeiro, 27 out. 2007. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/rio/mulheres-no-trafico-uma-vida-nada-cor-de-rosa-nas-bocas-de-fumo-718154.html>. Acessado em 25 de novembro de 2020.

GARLAND, David. **A cultura do controle: crime e ordem social na sociedade contemporânea**. Tradução, apresentação e notas André Nascimento. Rio de Janeiro: Revan, 2008. (Coleção Pensamento Criminológico, n. 16).

GIORGI, Alessandro de. **A miséria governada através do sistema penal**. Tradução Sérgio Lamarão. Coleção Pensamento Criminológico (nº 12). Rio de Janeiro: Revan, 2017.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2010.

HELPE, SINTIA SOARES. **Vidas em jogo: um estudo sobre mulheres envolvidas com o tráfico de drogas**. São Paulo: IBCCRIM, 2014.

HABER, Carolina D.; ABRAMOVAY, Pedro V. **Velhos Problemas e Novos Desafios do Sistema Prisional Brasileiro**. Centro de Estudios de Derecho Penitenciario. Universidad de San Martín de Porres. Facultad de Derecho. Año 1, n. 1, 2011.

HERSCHMANN, Micael M. & PEREIRA, Carlos Alberto M. (Orgs.) **A Invenção do Brasil Moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30**. Rio de Janeiro, Rocco, 1994.

HUANG, K.; ATLAS, R.; PARVEZ, F. **The significance of breastfeeding to incarcerated pregnant women: an exploratory study**. Birth, v.39, n. 2, p. 145-155, 2012.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia: entre a facticidade e validade**, volume II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HULSMAN, Louk; CELIS, Jacqueline Bernat de. **Penas Perdidas: O sistema penal em questão**. Rio de Janeiro: Luam, 1993.

IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada). **A Face Feminina da Pobreza: sobre-representação e feminização da pobreza no Brasil**. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1137.pdf. Acesso em 25 de janeiro de 2020.

JACINTO, Gabriela. **Mulheres presas por tráfico de drogas e a ética do cuidado**. Sociais e Humanas, Santa Maria, v. 24, n. 02, jul./dez. 2011.

_____; MANGRICH, Cláudia; BARBOSA, Mario Davi. **“Esse é meu serviço, eu sei que é proibido”**: **Mulheres aprisionadas por tráfico de drogas**. Disponível em: <https://arquivo.ibccrim.org.br/artigos/2010/12>. Acessado em: 26 maio 2020.

LEMONS BRITO, J. G. **As mulheres criminosas e seu tratamento penitenciário**. In: Estudos Penitenciários, São Paulo, 1943.

LOMBROSO, Cesare and FERRERO, Guglielmo. **Criminal Woman, the Prostitute, and the Normal Woman**. Translated by Nicole Hahn Rafter and Mary Gibson. Durham: Duke University, 2004.

LEMGRUBER, J. **Cemitério dos vivos: análise sociológica de uma prisão de mulheres**. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

LATTAVO, Marina. **A Guerra às Drogas e os Amarildos: uma palestra de Marina Lattavo. Não passarão**: por Rubens R. R. Casara. Rio de Janeiro, 26 ago. 2013. Disponível em: <http://naopassarao.blogspot.com/2013/08/a-guerra-as-drogas-e-os-amarildos-uma.html>. Acessado em: 26 dezembro 2019.

LIMA, Raquel da Cruz. **Mulheres e tráfico de drogas: uma sentença tripla** – parte I. ITTC: Instituto Terra, Trabalho e Cidadania, São Paulo: 29 jul. 2015. Disponível em: <http://ittc.org.br/mulheres-e-trafico-de-drogas-uma-sentenca-tripla-parte-i>. Acessado em: 23 outubro 2019.

_____. **Mulheres e tráfico de drogas: uma sentença tripla** – parte II. ITTC: Instituto Terra, Trabalho e Cidadania, São Paulo: 29 jul. 2015. Disponível em: <http://ittc.org.br/mulheres-e-trafico-de-drogas-uma-sentenca-tripla-parte-ii/>. Acessado em: 23 outubro 2019.

_____. **Mulheres e tráfico de drogas: uma sentença tripla** – parte III. ITTC: Instituto Terra, Trabalho e Cidadania, São Paulo: 29 jul. 2015. Disponível em: <http://ittc.org.br/mulheres-e-trafico-de-drogas-uma-sentenca-tripla-parte-iii/>. Acessado em: 23 outubro 2019.

LOPES, Rosalice. **Prisioneiras de uma mesma história: o amor materno atrás das grades**. 245fls. Tese (doutorado em psicologia) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

LEAL, Maria do Carmo et al. **Nascer na prisão: gestação e parto atrás das grades no Brasil**. In: Ciênc. saúde coletiva, 2016, vol.21, n.7, 2068. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232015217.02592016>. Acessado em 19 de dezembro de 2019.

LIMA, G. M. B. et al. **Mulheres no cárcere: significados e práticas cotidianas de enfrentamento com ênfase na resiliência**. Saúde em Debate, v. 37, n. 98, p. 446-456, 2013.

MARONNA, Cristiano Avila. **Os novos rumos da política de drogas: enquanto o mundo avança, o Brasil corre risco de retroceder**. In: SHECAIRA, Sérgio Salomão (org.). Drogas. Uma nova perspectiva. São Paulo: IBCCrim, 2014.

MARTORELLI, Adriana de Melo Nunes. **As transformações do sistema penitenciário paulista a partir da década de 90**. Monografia apresentada no Curso de Especialização em Direitos Humanos. São Paulo. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

_____. **Mulheres Homicidas: consumo de álcool e drogas ilícitas, sintomas depressivos e aspectos da sexualidade**. São Paulo: LiberArs, 2018.

MENDES, Soraia da Rosa. **Criminologia feminista: novos paradigmas**. São Paulo: Saraiva, 2014.

MELOSSI, Dario; PAVARINI, Massimo. **Cárcere e Fábrica: as origens do sistema penitenciário** (séculos XVI a XIX). 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2010.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Dar à luz na sombra: condições atuais e possibilidades futuras para o exercício da maternidade por mulheres em situação de prisão**. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/news/201clugar-de-crianca-nao-e-na-prisao-nem-longe-desua-mae201d-diz-pesquisa/pesquisa-dar-a-luz-na-sombra-1.pdf>. Acessado em 17 de setembro de 2019.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias. INFOPEN Mulheres**, 2017. Disponível em: http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18.pdf. Último acesso em 13 de março de 2019.

MARREY JÚNIOR. **“Presídio de Mulheres”**. In: Arquivos da Polícia Civil de São Paulo. São Paulo, vol. 2, pp. 478-485, 1941.

_____. **“Presídio de Mulheres”**. In: Arquivos da Polícia Civil de São Paulo. São Paulo, Vol. V, 1 sem. 1943, pp. 655.

MELLO, Thaís Zanetti de. **O tráfico é feminino? É, sim senhora! A faceta inexplorada**. Boletim IBCCRIM, São Paulo, v.17, n. 205, dez. 2009.

MOURA, M. J. de. **Porta fechada, vida dilacerada - mulher, tráfico de drogas e prisão: estudo realizado no presídio feminino do Ceará**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2005. Disponível em: <http://www.uece.br/politicasuece/dmdocuments/dissertacao_juruena_moura.pdf>. Acessado em: 30 de janeiro de 2020.

MADRID, Fernanda de Matos Lima; SALIBA, Maurício Gonçalves. **Pena privativa de liberdade: instrumento de exclusão social**. In: Anais do XXI Congresso Nacional do CONPEDI, Niterói, 2012. p. 354-380. Disponível em: <https://www.conpedi.org.br/>. Acessado em 26 de janeiro de 2020.

MATOS, Ana Carla Harmatiuk; CIRINO, Samia Moda. **Análise crítica da efetividade do direito humano ao trabalho: um impasse na discriminação de gênero**. In: Quaestio Iuris. vol. 09, nº 04, Rio de Janeiro, 2016.

MELLIM FILHO, Oscar. **Criminalização e seleção no sistema judiciário penal**. São Paulo: IBCCRIM, 2010.

MV Bill; ATHAYDE, Celso. **Falcão: mulheres e o tráfico**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

NOGUEIRA, Izildinha. **Significações do Corpo Negro (Tese de Doutorado)**. Apud BORGES, Juliana. O que é encarceramento em massa? Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2018.

NAUMANN, Rita de Cássia Rodrigues Costa. **Rebelião e direitos humanos na prisão feminina**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos e Políticas Públicas, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba, 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Regras das Mínimas para o Tratamento das Presas e Medidas não Privativas de Liberdade para Mulheres que Cometem Crimes (Regras de Bangkok)**, de 2010. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2019/09/cd8bc11ffdc397c32eecd40afbb74.pdf>. Acessado em 17 de setembro de 2020.

PEDROSO, Regina Célia. **Os Signos da Opressão. Condições carcerárias e Reformas Prisionais no Brasil. 1890-1940**. Dissertação (Mestrado em História Social) - São Paulo, FFLCH-USP, 1995.

PERROT, Michelle. **Em que ponto está a história das mulheres na França?** In: Revista Brasileira De História- ANPUH. São Paulo: ANPUH/MARCO ZERO, VOL.14, n.28, 1994.

_____. **Minha história das mulheres**. Tradução Angela M. S Corrêa. São Paulo: Contexto, 2016.

PERRUCCI, M. F. A. **Mulheres encarceradas**. São Paulo: Global, 1983.

PUPPO, Eugenio. **Sem Pena**. Direção de Eugenio Puppo, Heco Produções. São Paulo, 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2pctKmjMigQ>. Acessado em 30 de janeiro de 2020.

QUEIROZ, Nana. **Presos que menstruam**. Rio de Janeiro: Record, 2015.

RAUTER, Cristina. **Criminologia e subjetividade no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2013.

RUSCHE, Georg; KIRCHHEIMER, Otto. **Punição e estrutura social**. Coleção Pensamento Criminológico (nº 03). Rio de Janeiro: Revan, 2004.

RODRIGUES, Luciana Boiteux Figueiredo. **Controle penal sobre as drogas ilícitas: o impacto do proibicionismo no sistema penal e na sociedade**. Tese (Doutorado em Direito). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

RODRIGUES, Thiago. **Drogas, proibição e abolição das penas**. In: Curso livre de abolicionismo penal. NuSol/PUC-SP, Rio de Janeiro, Editora Revan, 2004.

SANTA RITA, Rosângela Peixoto. **Mães e crianças atrás das grades: em questão o princípio da dignidade humana**. 180fls. Dissertação (Mestrado em Política social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

SPOSATO, Karyna Batista. **Mulher e cárcere – uma perspectiva criminológica**. In Mulher e direito penal. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

SILVA, Marina Albuquerque. **Nos Territórios da Desordem: as desordens femininas na ordem da delinquência**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – FFLCH/USP, 1992.

SILVA, Jorge da. **Militarização da Segurança Pública e a Reforma da Polícia: um depoimento**. In: BUSTAMANTE, Ricardo; SODRÉ, Paulo César. Ensaio Jurídico: o Direito em Revista. Rio de Janeiro: IBAJ, 1996.

SOARES, Barbara M. e ILGENTRITZ, Iara. **Prisioneiras: vida e violência atrás das grades**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2002.

_____. **Retrato das mulheres presas no Estado do Rio de Janeiro**. CESeC – Centro de Estudos de Segurança e Cidadania – Rio de Janeiro, Boletim Segurança e Cidadania, ano 1, nº 1, julho de 2002. Disponível em: <https://www.ucamcesec.com.br/wp-content/uploads/2016/03/boletim01.pdf>. Acessado em 30 de janeiro de 2020.

SMART, Carol. **La mujer del discurso jurídico**. In: Mujeres, derecho penal y criminologia. Madri: Siglo Veintiuno, 1994.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Habeas Corpus nº 143.641/SP**. Decisão monocrática. Ministro Ricardo Lewandowski. Disponível em <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/HC143641final3pdfVoto.pdf>

SOUZA, Kátia Ovídia. **A pouca visibilidade da mulher brasileira no tráfico de drogas**. In: Psicologia em Estudo, Maringá, v. 14, n. 4, p. 649/657, out/dez 2009.
SÁ, Alvinho Augusto de. **Criminologia clínica e psicologia criminal**. São Paulo: Editora dos Tribunais, 2007.

SENA, Ana Beatriz Hernandes. **O tráfico de drogas e sua influência no aumento da criminalidade feminina**. 2015, 56 f. Monografia (Bacharelado em Direito). Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, Brasília, 2015. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/>. Acessado em 03 de janeiro 2020.

STELLA, C. **O impacto do encarceramento materno no desenvolvimento psicossocial dos filhos**. Educare. Revista de Educação, v. 4, n. 8, p. 99-111, 2009.

SHECAIRA, Sérgio Salomão. **Reflexões sobre a política de drogas**. In: SHECAIRA, Sérgio Salomão (org.). *Drogas. Uma nova perspectiva*. São Paulo: IBCCrim, 2014.

_____. **Política de drogas, cultura do controle e propostas alternativas**. IBCCRIM. Disponível em: https://arquivo.ibccrim.org.br/grupo_trabalho_politica_nacional. Acessado em 23 de maio 2020.

VARELLA, D. **As prisioneiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017

WACQUANT, Loïc. **Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos**. 3. ed. Tradução: Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação dos Direitos da Mulher**. Tradução Ivania Pocinho Motta. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

WOLFF, Maria Palma; MORAES, Márcia Elayne Berbich de. **Mulheres e tráfico de drogas: uma perspectiva de gênero**. Revista Brasileira de Ciências Criminais, São Paulo, v.18, n.87, nov./dez. 2010.

_____. **A aberração carcerária à moda francesa**. Dados, v. 47, n. 2, p. 215-232, 2004.

YOUNG, Jock. **A sociedade excludente: exclusão social, criminalidade e diferença na modernidade recente**. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

ZAFFARONI, Eugênio Raúl. **Em busca das penas perdidas: a perda da legitimidade do sistema penal**. 5. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2010.

_____. **La muyer y el poder punitivo**. In *Vigiadas e Castigadas*. Lima: CLADEM, 1993.

LEGISLAÇÃO

Ordenações Filipinas.

Lei de 16 de dezembro de 1830.

Decreto nº 1.896, de 14 de fevereiro de 1897.

Constituição de 1824.

Código Criminal Imperial do Brasil de 1830.

Decreto Lei nº. 1331-A de 1854.

Decreto-lei nº. 8.910 de 1883.

Decreto Lei n. 2.040/187128 de setembro de 187

Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890. Código Penal.

Decreto-Lei nº 145, de 11 de julho de 1893.

Decreto nº 206, de 15 de fevereiro de 1890.

Decreto nº 1.132, de 22 de dezembro de 1903.

Decreto nº 1.794, de 11 de setembro de 1894.

Lei nº 429, de 10 de dezembro de 1896.

Decreto nº 2.432, de 12 de janeiro de 1897.

Decreto-lei nº 917, de 29 de dezembro de 1902.

Decreto-Lei nº 4.753, de 28 de janeiro de 1903.

Decreto nº 6.994, de 19 de junho de 1904.

Decreto-lei nº 6994 de junho de 1908.

Decreto-lei nº. 3.071 de 1916.

Decreto-lei nº. 17.943, 12 de outubro de 1927.

LEI Nº 9.034, DE 3 de maio de 1995.

Constituição Federal Brasileira de 1988.

Código Penal Brasileiro

Código de Processo Penal Brasileiro

Lei de execução penal. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984.

Lei Nº 8.072, de 25 de julho de 1990.

Lei Nº 8.930, de 06 de setembro de 1994.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Decreto Nº. 5.015 12/03/2004.

Lei Nº 11.343, de 23 de agosto de 2006.

Lei Nº 12.403, de 04 de maio de 2011.